



**unioeste**  
Universidade Estadual do Oeste do Paraná



**PPGE**  
Programa de Pós-Graduação em Educação  
Mestrado e Doutorado

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ – UNIOESTE  
CENTRO DE EDUCAÇÃO, COMUNICAÇÃO E ARTES/CECA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO  
NÍVEL DE MESTRADO/PPGE  
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: EDUCAÇÃO  
LINHA DE PESQUISA: HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO**

**ANA PAULA VITALI**

**A ESCOLARIZAÇÃO NO MUNICÍPIO DE CORBÉLIA (PR): 1955-1982**

**CASCADEL – PR  
2022**



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ – UNIOESTE  
CENTRO DE EDUCAÇÃO, COMUNICAÇÃO E ARTES/CECA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO  
NÍVEL DE MESTRADO/PPGE  
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: EDUCAÇÃO  
LINHA DE PESQUISA: HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO**

**ANA PAULA VITALI**

**A ESCOLARIZAÇÃO NO MUNICÍPIO DE CORBÉLIA (PR): 1955-1982**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE, área de concentração: educação, linha de pesquisa: História da Educação, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná/UNIOESTE – Campus de Cascavel, como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Educação.

**Orientador:** João Carlos da Silva

**CASCADEL – PR  
2022**

## FICHA CATALOGRÁFICA

Ficha de identificação da obra elaborada através do Formulário de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da Unioeste.

Vitali, Ana Paula  
A ESCOLARIZAÇÃO NO MUNICÍPIO DE CORBÉLIA (PR): 1955-1982 /  
Ana Paula Vitali; orientador João Carlos da Silva. --  
Cascavel, 2022.  
158 p.

Dissertação (Mestrado Acadêmico Campus de Cascavel) --  
Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Centro de Educação,  
Programa de Pós-Graduação em Educação, 2022.

1. História da Educação . 2. História das Instituições  
Escolares. 3. História do Município. 4. Corbélia. I. da Silva,  
João Carlos , orient. II. Título.



## **ANA PAULA VITALI**

O PROCESSO DE ESCOLARIZAÇÃO NO MUNICÍPIO DE CORBÉLIA (PR): 1955-1982

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação em cumprimento parcial aos requisitos para obtenção do título de Mestra em Educação, área de concentração Educação, linha de pesquisa História da educação, APROVADO(A) pela seguinte banca examinadora:

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'João Carlos da Silva'.

Orientador(a) - João Carlos da Silva

Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Campus de Cascavel (UNIOESTE)

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'André Paulo Castanha'.

André Paulo Castanha

Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Campus de Francisco Beltrão (UNIOESTE)

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Paulino José Orso'.

Paulino José Orso

Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Campus de Cascavel (UNIOESTE)

Cascavel, 14 de julho de 2022

## DEDICATÓRIA

Dedico de maneira muito especial ao meu esposo Wagner. Aos meus pais Paulo e Roseli e as minha irmãs Isabella e Pollyana. A todos serei eternamente grata pelo apoio, carinho e compreensão neste período de estudos.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço de maneira muito especial a todos os Professores que fizeram parte de minha formação, desde a Educação Infantil até o Mestrado.

Ao Professor Doutor João Carlos da Silva, por todos os ensinamentos e por acreditar neste trabalho.

A minha família, por entender as ausências e angústias durante o período de estudo.

Aos meus amigos, que sempre estiveram ao meu lado incentivando e ajudando no que foi possível. Em especial, Nayara e Andrise, pelas ideias e incentivo na escrita do projeto.

As diretoras da Escola Municipal 1º de Maio.

As minhas queridas colegas de turma: Amanda e Nathielli, e a minha dupla na direção: Elise, pelo apoio incondicional.

As minhas colegas de turma, Eliza e Daiane, por todos os momentos em que mesmo de maneira virtual, pudemos nos apoiar e trocar experiências.

A Secretaria Municipal de Educação de Corbélia, pelo incentivo a pesquisa, e acesso aos documentos.

A Secretaria Municipal de Educação de Cascavel, pelo incentivo através da Licença para Qualificação Profissional.

Ao Núcleo Regional de Educação, Câmara Municipal de Vereadores de Corbélia, Diretoras dos Colégios Estaduais Amâncio Moro e Duque de Caxias, Escola Municipal Castro Alves e especialmente Adriana Piazza da Escola Municipal São José pelo acesso aos documentos e auxílio durante a pesquisa.

A todos que direta ou indiretamente participaram da pesquisa.

VITALI, Ana Paula. **O processo de escolarização no município de Corbélia (PR): 1955 – 1982.** 2022.158f. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação. Área de Concentração: Educação, Linha de Pesquisa: História da Educação, Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, Cascavel, 2022.

## RESUMO

A presente dissertação discute a História da Educação no Oeste paranaense, mais especificamente no município de Corbélia (PR). Intitulada *A escolarização no município de Corbélia (PR), 1955 a 1982*, tem como objetivo compreender o processo histórico da escolarização a partir de seus determinantes econômicos, sociais, políticos e culturais. Levou-se em consideração o percurso histórico acerca da criação das primeiras escolas até a efetiva implantação da educação pública e seu funcionamento. Aborda-se também o surgimento das primeiras instituições escolares que contribuíram para o processo de escolarização local, em consonância ao fenômeno de abertura e de fechamento de escolas. A pesquisa está pautada no estudo bibliográfico e na pesquisa documental, como: Atas das escolas, fontes iconográficas, legislação federal, estadual e municipal voltada à temática da pesquisa. Foram levantadas fontes junto aos arquivos da Prefeitura Municipal, da Câmara Municipal, da Secretária Municipal de Educação, do Museu Municipal, dos Arquivos das Escolas municipais e estaduais, do Setor de Documentação do Núcleo Regional de Educação de Cascavel, do acervo do Museu da Imagem e do Som de Cascavel e do arquivo da Casa das Irmãs Franciscanas de Corbélia.

**PALAVRAS-CHAVE:** História da Educação no Oeste do Paraná. Escolarização. Corbélia.

VITALI, Ana Paula. **The process of schooling in the municipality of Corbélia (PR): 1955 - 1982.** 2022. 158f. Dissertation (Master's in Education). Graduate Program in Education. Area of Concentration: Education, Research Line: History of Education, Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE, Cascavel, 2022.

### **ABSTRACT**

This study discusses the theme of the History of Education in the Western Paraná, more specifically in the municipality of Corbélia (PR). Entitled The schooling in the municipality of Corbélia (PR), 1955 to 1982, it aims to understand the historical process of schooling from its economic, social, political and cultural determinants. It took into consideration the historical course about the creation of the first schools until the effective implementation of public education and its operation. We also approached the emergence of the first school institutions that contributed to the local schooling process, in line with the phenomenon of opening and closing of schools. The research is based on the bibliographical study and on documentary research, such as: school minutes, iconographic sources, federal, state and municipal legislation related to the research theme. Sources were collected from the archives of the City Hall, the Town Hall, the Municipal Secretary of Education, the Municipal Museum, the Archives of Municipal and State Schools, the Documentation Sector of the Regional Education Center of Cascavel, the collection of the Museum of Image and Sound of Cascavel and the archives of the Franciscan Sisters' House of Corbélia.

**KEY WORDS:** History of Education in Western Paraná. Schooling. Corbélia.

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - População Urbana e Rural do município de Corbélia – 1970-2010.....	41
--	----

## LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - Tratado de Tordesilhas e Madrid .....	21
Mapa 2 - Capitânicas de São Vicente e Santana no Paraná .....	23
Mapa 3 - Guairá e o contorno do atual Estado do Paraná .....	24
Mapa 4 - Território Federal do Iguaçu - 1943.....	27
Mapa 5 - Estado do Paraná (Município de Corbélia em destaque) .....	42

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Corbélia: origem da população por Estado de nascimento no período de 1962 a 1974 .....	36
Tabela 2 - População Urbana, Rural e Total do município de Corbélia – 1960-2010	40
Tabela 3 - População Urbana e População Rural Estado do Paraná – 1960-2010...	41
Tabela 4 - Número de alunos matriculados na Escola São José .....	82

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Diretoras e alguns Professores da Escola São José – 1955 a 1982.....	89
Quadro 2 - Diretoras da Escola São José .....	94
Quadro 3 - Relação de Escolas Rurais Municipais nos anos de 1960-1969.....	103
Quadro 4 - Relação de Escolas Rurais Municipais nos anos de 1970-1979.....	105
Quadro 5 - Relação de Escolas Rurais Municipais nos anos de 1980-1989.....	108
Quadro 6 - Relação de Escolas Rurais Municipais de Corbélia (PR).....	109
Quadro 7 - Professores das Escolas Rurais Municipais de Corbélia nos de 1960 a 1980 .....	112

## LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 - Início do desmatamento do povoado - 1948 .....	32
Imagem 2 - Caravana de Paulistas comprando terras em 1955 .....	38
Imagem 3 - Vista aérea de Corbélia.....	39
Imagem 4 - Casa das Irmãs e Salão Paroquial - 1959.....	51
Imagem 5 - Primeira Igreja Católica de Corbélia.....	76
Imagem 6 - Igreja Católica de Corbélia – Matriz São Judas Tadeu 2022 .....	77
Imagem 7 - Lembrança do Dia das Crianças 12/10/1955 .....	77
Imagem 8 - Desfile Cívico 7 de setembro de 1956.....	81
Imagem 9 - Primeira turma do Jardim da Infância da Escola São José - 1963.....	84
Imagem 10 - Desfile Cívico - 1971 .....	85
Imagem 11 - Jardim da Infância anexo à Escola São José.....	86
Imagem 12 - Foto de Recordação do 1º ano.....	87
Imagem 13 - Primeiro Jardim da Infância da Escola São José .....	100
Imagem 14 - Primeira escola da Penha .....	101

## LISTA DE DOCUMENTOS

Documento 1 - Ata de Fundação da Escola São José .....	79
Documento 2 - Termo de Doação de Terreno.....	107

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

CMEI	Centro Municipal de Educação Infantil
COBRIMCO	Companhia Brasileira de Colonização
EUA	Estados Unidos da América
FPCI	Fundação Paranaense de Colonização e Imigração
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
MHD	Materialismo Histórico-Dialético
PHC	Pedagogia Histórico-Crítica
PPP	Projeto Político Pedagógico
RVMA	Reverendíssima
SEED	Secretaria Estadual de Educação
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>14</b>
<b>CAPÍTULO I - O MUNICÍPIO DE CORBÉLIA: PERCURSOS HISTÓRICOS 20</b>	
1.1 CORBÉLIA NO CONTEXTO DO DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO OESTE DO PARANÁ.....	21
1.2 A COLONIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CORBÉLIA .....	29
1.3 CORBÉLIA NO CONTEXTO NACIONAL E REGIONAL .....	43
<b>CAPÍTULO II - A ESCOLA PÚBLICA NO MUNICÍPIO DE CORBÉLIA NO CONTEXTO DO NACIONAL-DESENVOLVIMENTISMO .....</b>	<b>53</b>
2.1 APONTAMENTOS SOBRE INSTITUIÇÕES ESCOLARES .....	53
2.2 A PESQUISA EM HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO.....	57
2.3 A PRODUÇÃO ACADÊMICA SOBRE O TEMA .....	60
2.4 A ESCOLA PÚBLICA NO BRASIL .....	63
2.5 A ESCOLA PÚBLICA E O DESENVOLVIMENTISMO NO BRASIL .....	69
<b>CAPÍTULO III - A ESCOLARIZAÇÃO NO MUNICÍPIO DE CORBÉLIA.....</b>	<b>72</b>
3.1 A IMPLANTAÇÃO DAS ESCOLAS PÚBLICAS EM CORBÉLIA .....	73
3.2 ESCOLA SÃO JOSÉ: A PRIMEIRA ESCOLA DE CORBÉLIA – 1956 .....	78
3.3 RELIGIOSIDADE E EDUCAÇÃO: O DIÁRIO DAS IRMÃS.....	95
3.4 ESCOLA NOSSA SENHORA APARECIDA – 1958 .....	101
3.5 ESCOLAS RURAIS E URBANAS NAS DÉCADAS DE 1960 A 1980 .....	102
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>122</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>127</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>136</b>
ANEXO A - DIÁRIO DE CRÔNICAS DAS IRMÃS CATEQUISTAS FRANCISCANAS DE RODEIO – SC.....	136
ANEXO B - LIVRO DE REGISTRO DE CLASSE ESCOLA SÃO JOSÉ .....	143
ANEXO C - LISTA DE ESCOLAS MUNICIPAIS – 1980 .....	145
ANEXO D - PLANTA BAIXA DAS ESCOLA RURAIS.....	150
ANEXO E - TERMO DE DOAÇÃO DE TERRENOS PARA ESCOLAS RURAIS MUNICIPAIS .....	155

## INTRODUÇÃO

A história da escola pública tem sido objeto de muitos estudos, algo que me<sup>1</sup> instigou a aprofundar as investigações sobre o tema na região Oeste do Estado do Paraná. Esta dissertação tem como foco a escola pública do município de Corbélia (PR), voltando-se para o estudo das instituições que ofertavam o ensino que hoje corresponde ao Ensino Fundamental.

Considerando a necessidade de aprofundar o tema proposto, a minha condição de corbeliana, de ex-aluna da escola pública e atualmente professora da rede municipal de educação e das lacunas existentes com relação à história da educação local, percebo a importância de estudos sobre a história da escola pública em nosso município.

Desde o início de minha atuação como educadora, sempre cultivei inquietações e tentativas de compreender o processo histórico de constituição da escola pública de maneira ampla. A atuação nas redes municipais de ensino de Corbélia e Cascavel, e em alguns momentos na rede estadual, impeliu-me a analisar o tema em questão em sua complexidade e contradições<sup>2</sup>.

O interesse pela história desenvolveu-se ao longo dos anos, desde o Ensino Médio e quando fui aluna do Curso de Formação de Docentes, antigo Magistério. Durante minha trajetória acadêmica, cursei o Bacharelado em Ciências Contábeis, concluindo em 2014, já atuando nesse período como professora no Ensino Fundamental. Em 2015, busquei a segunda graduação com a Licenciatura em Matemática, por estar mais próxima do curso que havia concluído. Apesar dessa formação, as lacunas sobre a trajetória histórica da educação ainda permaneciam, o que fez com que cursasse Pedagogia, como segunda licenciatura e terceira graduação, em 2018.

---

<sup>1</sup> Nesta introdução, ao se relatar fatos particulares da pesquisadora, utilizou-se a primeira pessoa do singular; nas demais seções desta dissertação, manteve-se a primeira pessoa do plural.

<sup>2</sup>Na teoria marxista, a totalidade social constitui-se em um complexo geral estruturado e historicamente determinado. “Existe nas e através das mediações e transições múltiplas pelas quais suas partes específicas ou complexas – isto é, as “totalidades parciais” – estão relacionadas entre si, numa série de inter-relações e determinações recíprocas que variam constantemente e se modificam. As significações e os limites de uma ação, medida, realização, lei, etc. não podem, portanto, ser avaliados, exceto em relação à apreensão dialética da estrutura da totalidade. Isso, por sua vez, implica necessariamente a compreensão dialética das mediações concretas múltiplas (ver MEDIAÇÃO) que constituem a estrutura de determinada totalidade social.” (BOTTFOMORE, 1988, p. 597).

A atuação em diversos anos do Ensino Fundamental e na Educação Infantil me possibilitaram a oportunidade de atuar como supervisora escolar, mais precisamente coordenadora escolar, e na educação profissional, ensinando Contabilidade.

Em 2019, fui aprovada no processo seletivo do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação, nível de Mestrado, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, com o Projeto de Pesquisa intitulado *A escolarização no município de Corbélia (PR): 1955 a 1982*.

Considerando a necessidade de se considerar o contexto social, econômico e político em que surgiram as primeiras escolas em Corbélia, realizei uma pesquisa documental, que propiciou os dados referentes à História da Educação Pública no município, bem como depoimentos e relatos de professores e demais pessoas que fizeram parte desse processo.

Na história de Corbélia, foram abertas diversas escolas, tanto que, em 1970, para se ter uma noção, havia 123 unidades escolares, a maioria na área rural, funcionando apenas por um período restrito. Procuramos identificar como se deu tal processo, destacando as condições que contribuíram tanto para a abertura quanto para o encerramento.

Atualmente, no município, estão em funcionamento sete instituições escolares municipais que atendem às séries iniciais do Ensino Fundamental: duas localizadas na região central da cidade, três nos bairros e duas nos distritos de Nossa Senhora da Penha e de Ouro Verde do Piquiri.

Como limites temporais, estabeleceu-se para esta pesquisa o período de 1955 a 1982. O marco inicial está relacionado à chegada dos primeiros migrantes vindos principalmente do Rio Grande do Sul; à época, existia apenas uma pequena comunidade próxima a Cascavel. Porém, pelo fato de compreendermos a necessidade e a importância de olhar para o passado, não deixamos de fazer menção aos anos que antecedem à criação do município e à organização escolar local.

Assim, delimitamos um período de quase 40 anos, considerando os primeiros registros referentes à escolarização no município, que datam de 1955. O recorte temporal inicial diz respeito à origem do município. Portanto, o ponto de partida da pesquisa apoia-se na criação da localidade de Corbélia, passando mais tarde a ser distrito de Cascavel, momento que também marcou a chegada das Irmãs Catequistas Franciscanas, estabelecendo o início da escolarização local. O marco final

caracteriza-se pelo movimento de fechamento de escolas, em decorrência da urbanização, a partir da década de 1970.

Não entendemos o local como um espaço desconectado da produção historiográfica mais ampla. O estudo regional, desse modo, será tratado como o palco em que se dão as lutas mais amplas, os embates, as tensões, em correspondência com os acontecimentos nacionais, considerando, dialeticamente, as especificidades locais. Assim, estudamos na região, e não a região, o processo de escolarização e sua dinâmica mais ampla.

Diante dessas percepções, elaboramos a seguinte pergunta de pesquisa: como ocorreu o processo de escolarização em Corbélia (PR), no período de 1955 a 1982? Para esclarecer o problema investigado, levamos em conta o contexto sócio-histórico da implantação da escolarização pública, as primeiras instituições escolares do município e o processo de abertura e de fechamento desses locais.

Em 9 de outubro de 1957, Corbélia passou a ser distrito administrativo de Cascavel, por meio da Lei nº 3356/57. Em 10 de junho de 1961, a partir da Lei nº 4382/61, tornou-se território corbeliano emancipado, tendo como data da Instalação Oficial 8 de dezembro de 1961.

Diante desse percurso, examinamos o processo de escolarização em Corbélia, considerando que é por meio do estudo da história que adquirimos consciência de quem somos e de onde viemos. Compreendemos que a história é produto das condições de produção em que os homens se encontram e não a fazem por vontade própria, mas estão condicionados às condições materiais dadas. Isso significa que a história também é uma produção humana coletiva<sup>3</sup>.

Nessa perspectiva, compreendemos a escola como um local onde se produz e se compartilha o conhecimento historicamente acumulado pelos homens. E não se pensa em escola sem pensar em educação. Devemos levar em consideração que, nem sempre, a escola funcionou da forma como conhecemos atualmente. Se revisitarmos a história da educação, notaremos diversos modelos educacionais, e tal diversidade pode ser vista até hoje, culminando em diversos tipos de escola.

Discutir a história das escolas em Corbélia, analisando sua configuração em determinado momento, é relevante porque ajuda na compreensão da configuração

---

<sup>3</sup> De acordo com Marx e Engels (1984), o trabalho constitui-se socialmente, nas múltiplas relações que existem entre os homens, mediados pela produção em um determinado período histórico; logo, o homem não produz sozinho tudo o que precisa para viver.

atual. Conforme pontua Kosik (1976), a pesquisa, ao desvelar certo fenômeno, não pode considerar apenas aquilo que se revela em sua aparência, que se apresenta de maneira imediata, o que implicaria uma interpretação superficial e simplista. É preciso ir a fundo no objeto, em suas contradições, em sua essência, ir além do que está posto, do visível, e entender as múltiplas relações estabelecidas durante a sua trajetória<sup>4</sup>.

Para compreender a história da escolarização no município de Corbélia, foram necessários o levantamento e a catalogação das fontes nos arquivos das seguintes instituições: Prefeitura Municipal, Câmara Municipal, Secretária Municipal de Educação, Museu Municipal, Arquivos das Escolas municipais e estaduais, Setor de Documentação do Núcleo Regional de Educação de Cascavel, acervo do Museu da Imagem e do Som de Cascavel e Casa das Irmãs Franciscanas de Corbélia.

Nesses locais, levantamos documentos tais como: Leis, Decretos e Resoluções que regulamentaram a escola pública em Corbélia, livros ponto de professores, livros de registro de classe, fotos de escolas, listas de professores e alunos, Ata de fundação da primeira instituição escolar, termos de cedência dos terrenos para escolas rurais e a planta baixa das escolas. As fontes analisadas permitiram o conhecimento das instituições escolares, sendo possível identificar a sua localização e constituição.

Enfrentamos alguns desafios no processo de localização e de catalogação das fontes, parte pelo fato de estarem dispersas e desorganizadas. A pandemia da covid-19 também provocou o fechamento temporário de diversas instituições, o que dificultou o levantamento dos dados. As mudanças de local da Biblioteca Pública Municipal e a sua localização atual afetaram o estado de conservação de algumas fontes, como fotografias.

Sobre a pesquisa em arquivos, Miguel (2007) afirma que

[...] a documentação de instituições escolares, nem sempre está à disposição do pesquisador, em arquivos e de maneira organizada, o que faz com que esta busca, seleção e ordenação das fontes configurem-se como uma das primeiras etapas do trabalho a ser desenvolvido. (MIGUEL, 2007, p. 38).

---

<sup>4</sup> Isso não descaracteriza as informações explícitas, pelo contrário, elas servem como elemento de estudo, só não podem caracterizar-se como o único ponto de vista.

A análise das fontes nos permite reconstruir o objeto por meio do conhecimento de suas origens e das contradições que fazem parte da história da educação. Silva *et al.* (2012) esclarecem que,

Ao estar diante dos arquivos, fontes e documentos escolares, são fundamentais que os mesmos sejam pensados em um contexto amplo, na articulação da singularidade com a totalidade. As fontes e os documentos escolares são produzidos historicamente pela humanidade, e conseqüentemente implementados em um período histórico, cujas necessidades produzidas justificam a necessidade de sua existência. É preciso considerar o fato de que ao se investigar uma instituição, nem sempre seus arquivos, fontes e documentos para fins à análise histórica estão necessariamente guardados ou presente no interior da instituição, podendo ser encontrados em outras dependências, visto que muitas vezes, as instituições escolares, não preservam de maneira adequada sua memória por meio de seus documentos temporais, que não são de uso imediatista. (SILVA *et al.*, 2012, p. 70).

Além dos documentos e registros já mencionados, partimos também do estudo da bibliografia produzida sobre o assunto. Ao realizarmos um levantamento dos estudos sobre a história da educação na região Oeste do Paraná e sobre a história da educação em Corbélia, localizamos somente uma monografia produzida no Curso de Especialização em História da Educação Brasileira, da Unioeste, intitulada *História da Educação no Município de Corbélia nas décadas de 50/60* (MORIRZ, 2005). Todavia, esse estudo monográfico não leva em conta a devida documentação existente, pois tratou de um estudo preliminar. Há, desse modo, uma ausência de pesquisas que abordem a história da educação corbeliana a partir de fontes documentais ainda não exploradas, para além de estudos bibliográficos. É justamente esse o escopo desta pesquisa.

Organizamos a dissertação em três capítulos que se inter-relacionam. No primeiro capítulo, tratamos sobre a constituição do município de Corbélia, como subsídio para entender a história das instituições escolares municipais, considerando a história local e regional.

No segundo capítulo, destacamos a importância da produção acadêmica sobre a história das instituições escolares no Brasil, apresentando um levantamento da referida área de pesquisa focada na região Oeste do Paraná. Discutimos também a importância da escola pública no Brasil e no Paraná, diante do movimento nacional-

desenvolvimentismo e dos aspetos políticos, sociais e económicos do período estudado.

No terceiro capítulo, discutimos como se deu a escolarização no município de Corbélia, destacando o percurso histórico da Escola São José - primeira escola de Corbélia, fundada oficialmente em 1956, porém, em funcionamento desde 1955 - e da Escola Nossa Senhora Aparecida - fundada no distrito de Nossa Senhora da Penha, em 1958 -. Para compreendermos as particularidades das escolas, abordamos a relação entre religiosidade e educação, a partir do Diário das Irmãs Catequistas, fonte que consideramos de grande relevância para a discussão do objeto em questão. Por fim, contextualizamos a atuação e o processo de abertura e fechamento de escolas rurais e urbanas nas décadas de 1960 a 1980.

A compreensão da história permite-nos entender a sociedade e as suas relações, tornando possível sua transformação. Salientamos que o estudo e o domínio do conhecimento historicamente acumulado são de grande importância para a produção científica.

## CAPÍTULO I

### O MUNICÍPIO DE CORBÉLIA: PERCURSOS HISTÓRICOS

#### Hino de Corbélia

Tu nasceste qual nascem as flores  
Duma prece do sol sobre o chão  
Tem nome a magia das cores  
Que matizam a linda região.

Quando oscilas a messe dourada  
As espigas de milho e de arroz  
Te assemelhas a tela animada  
Que com tinta de luz Deus compôs.

Corbélia bênção divina  
És a lídima expressão  
O milagre que germina  
A cidade do sertão.

Veja o teu perfil seguro  
Que esperança e paz nos dá  
A homenagem do futuro  
Despertar ao Paraná.

Nessa esplendida força da terra  
Em audácia e labor dessa gente  
E que o grande segredo se encerra  
No progresso que brota a fermente.

Conta o rio Piquiri toda a história  
De bravura de fé de união  
Que te mostra a feliz trajetória  
Rumo ao plano ideal da nação.  
(Letra por Vera Vargas)  
(Melodia por Sebastião Lima)

A epígrafe em destaque releva importantes elementos sobre a trajetória do município de Corbélia, os quais pontuamos neste capítulo. Analisamos a formação e o desenvolvimento da região Oeste do Paraná, onde Corbélia está inserida, considerando seus aspectos sociais, políticos, culturais e econômicos. Abordamos, também, elementos históricos referentes à colonização da referida região e como tal processo determinou a criação do município e condicionou a ampliação dos elementos educacionais.

## 1.1 CORBÉLIA NO CONTEXTO DO DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO OESTE DO PARANÁ

Para compreendermos como se deu o processo de escolarização em Corbélia, é necessário destacar elementos da história do Paraná, sobretudo, referentes à colonização do Oeste, região onde o município está inserido.

Antes mesmo da ocupação, a região era objeto de disputa entre Portugal e Espanha. Com a assinatura do Tratado de Tordesilhas (1494), parte das terras pertenciam a Portugal e parte à Espanha; o território hoje conhecido como Oeste do Paraná pertencia à Espanha. Mais tarde, o Tratado de Madri (1750), que substituiu o Tratado de Tordesilhas, redefiniu as fronteiras considerando interesses políticos da época. Os rios e as serras foram utilizados para definir os novos limites, delineando os contornos aproximados do atual território paranaense, como se vê no Mapa 1.

Mapa 1 - Tratado de Tordesilhas e Madrid



Fonte: Crestani (2021, p. 6).

Em 1777, o Tratado de Santo Ildefonso foi elaborado com o objetivo resolver a disputa entre os dois países pela Colônia do Sacramento e pela região dos Sete Povos

das Missões, onde, atualmente, parte da área é ocupada pelo estado do Rio Grande do Sul. De acordo com Wachovicz (1982), com esse Tratado, “[...] a Espanha reconhecia como fronteira portuguesa ocidental em território hoje paranaense, os rios Paraná e Iguçu” (WACHOVICZ, 1982, p. 13).

A colonização espanhola ocorreu por meio das *encomiendas* e das reduções jesuíticas. Para Gomes (2011), “As *encomiendas* foram um sistema de ocupação que tinha como objetivos principais: a catequização dos índios e sua iniciação em um ofício e a defesa do território contra possíveis inimigos.” (GOMES, 2011, p. 44). Por um longo período, a região foi habitada por espanhóis e indígenas (Guaranis e Kaingangues).

Outro aspecto importante no desenvolvimento da região foi movimento das bandeiras paulistas, que se iniciou no século XVII. Devido à falta de mão de obra escrava, realizavam-se frequentes excursões pelo país em busca de indígenas livres para torná-los escravos, e, com isso, alcançou-se a região Oeste do Paraná.

Os bandeirantes, como eram conhecidos, acabavam aprisionando os indígenas das reduções, pois já estavam reunidos em apenas um local, além de terem grande valor no comércio de escravos, pois tinham conhecimentos sobre agricultura e trabalhos manuais como a marcenaria e a carpintaria.

As reduções, destruídas pelos bandeirantes, frustraram também as pretensões espanholas de expansão rumo ao atlântico. Como não encontraram metais preciosos nos sertões, os portugueses adiaram a colonização do local. Interesses políticos fizeram com que o território paranaense mudasse de forma muitas em função dos tratados assinados entre Portugal e Espanha. A área pertencente a Portugal estava dividida em duas capitânicas hereditárias: ao Norte do litoral, a Capitania de São Vicente (1532); ao Sul, a Capitania de Sant’Ana (1535)<sup>5</sup>, como evidencia o Mapa 2:

---

<sup>5</sup> No ano de 1753, diante da união dessas duas capitânicas, constituiu-se a capitania de São Paulo, subdividida em duas comarcas: Comarca de São Paulo e Comarca de Paranaguá. O atual território paranaense muito se parece com a abrangência da Comarca de Paranaguá. Desde 1811, muitos foram os movimentos organizados em prol da separação da denominada Comarca de Curitiba e Paranaguá do território pertencente à província de São Paulo. Somente em 29 de agosto de 1853, por meio da Lei nº 704, sancionada pelo Imperador D. Pedro II, conseguiu-se a aprovação do projeto, que tornava o Paraná a mais nova província do Império. A instalação oficial ocorreu no dia 19 de dezembro do mesmo ano, definindo-se como capital oficial a cidade de Curitiba.

Mapa 2 - Capitânicas de São Vicente e Santana no Paraná



Fonte: Crestani (2021, p. 7).

Referindo-se a esse período, Wachowicz destaca:

Em 1660, o Governo do Rio de Janeiro criava a capitania de Paranaguá, constituída pelos territórios que outrora compunham a capitania de Sant'Anna. Essa criação vinha beneficiar ao Marquês de Cascais, um dos herdeiros de Pero Lopes de Souza, donatário da capitania. A capitania de Paranaguá existiu até 1710, quando foi extinta e incorporada ao território da Capitania de São Vicente e Santo Amaro. (WACHOWICZ, 2002, p. 113).

Considerando a abrangência do território brasileiro, os moradores da província do Paraná representavam uma pequena parcela dos habitantes do país, já que não havia potencial econômico e humano para sequer tentar colonizar seus sertões, localizados na região Oeste.

Wachowicz (1982) analisa que houve dois acontecimentos internacionais envolvendo o governo imperial brasileiro e o provincial paranaense que se relacionam aos territórios ocidentais: A Guerra do Paraguai (1864-1869) e a do Contestado (1912-1916).

A região Oeste do Paraná compreende o território entre os rios Guarani, Iguçu, Paraná e Piquiri (Mapa 3). Pelo fato de a fronteira brasileira com o mundo espanhol ter sido fixada pelo Rio Paraná, o desinteresse pela colonização do local provavelmente se deu pela solidez do limite. Na visão de Wachowicz (2002), a região permaneceu inalterada durante todo o período imperial<sup>6</sup>.

Mapa 3 - Guairá e o contorno do atual Estado do Paraná



Fonte: Crestani (2021, p. 9).

Diante do descaso do Império e da política centralizada da República Velha (1889-1930), a Colônia Militar de Foz do Iguçu não obteve êxito, sendo entregue à administração estadual, em 1914. Peris (2001) relata:

A necessidade de defesa do território fez surgir o Município de Foz do Iguçu, desmembrado do Município de Guarapuava. Quando de sua criação, em 14 de março de 1914, através da Lei Estadual 383/14, o Município de Foz do Iguçu abrangia todo o território da atual Região

<sup>6</sup> Após a assinatura de alguns acordos de navegabilidade entre Brasil, Paraguai e Argentina, permitiu-se o acesso aos rios Paraná e Paraguai, a fim de que os brasileiros chegassem à isolada província mato-grossense. Assim, a Argentina obteve do Brasil a permissão para navegar pelo rio Paraná, da foz do Iguçu até as Sete Quedas. Com a descoberta de que argentinos e paraguaios exploravam e contrabandeavam a erva-mate da região, pois não havia nenhuma forma de fiscalização local, surgiu a necessidade de proteger a fronteira, criando-se, para isso, a Colônia Militar de Foz do Iguçu.

Oeste do Paraná, com exceção da área do Município de Guaraniaçu, que pertencia a Guarapuava. (PERIS, 2001, p. 60-61).

A colonização dos sertões do Oeste não foi o foco dos governadores da província. Todavia, em 1921, no governo de Munhoz da Rocha, declarou-se que a região necessitava de “braços fortes” e “inteligentes desbravadores”. Considerando a análise de Crestani, Baller e Oliveira (2016), essa declaração referia-se aos imigrantes europeus que fugiam da grave crise em seu continente, sendo atraídos para cultivar as terras devolutas do Oeste paranaense. A intenção era criar colônias de povoamento agrícola, por meio da vinda dos imigrantes europeus.

Nadalin (2001) afirma que nos últimos 20 anos do século XIX foram iniciados os projetos que finalizariam a colonização das regiões Oeste e Sudoeste do Paraná: “Concederam-se imensas áreas de terras devolutas nacionais à companhias como estímulo à colonização nas margens das estradas de ferro que deveriam ser construídas na região” (NADALIN, 2001, p. 84).

Para o autor, essas companhias mantinham o foco principal na exploração da erva-mate e da madeira de lei, mas sem a intenção real de ocupar e colonizar a área. Dessa forma, depredavam e exploravam “[...] a mão-de-obra local, que se encontravam sem proteção legal.” (NADALIN, 2001, p. 84).

Após 1930, tais colônias, que se caracterizavam por imensos latifúndios, foram parar nas mãos de companhias colonizadoras particulares, que visavam à exploração das riquezas e fertilidade da terra. Getúlio Vargas, como Presidente da República no período de 1930 a 1945, propôs uma política de teor nacionalista, com diversos desdobramentos, como a articulação do movimento de migrações internas conhecido como “Marcha para o Oeste”. Esse movimento se refere à ocupação territorial dos sertões do extremo Oeste paranaense, no sentido de integrar diferentes regiões do Brasil, ainda pouco povoadas.

Ness sentido, Wachowicz destaca:

A revolução de 1930 veio encontrar o oeste do Paraná ainda dominado pelos *obrageros*. Só que uma nova mentalidade começou a aparecer entre os homens que realizavam a revolução de 1930. Muitos de seus líderes haviam passado pelo oeste do Paraná, em 1924. (WACHOWICZ, 1982, p. 140).

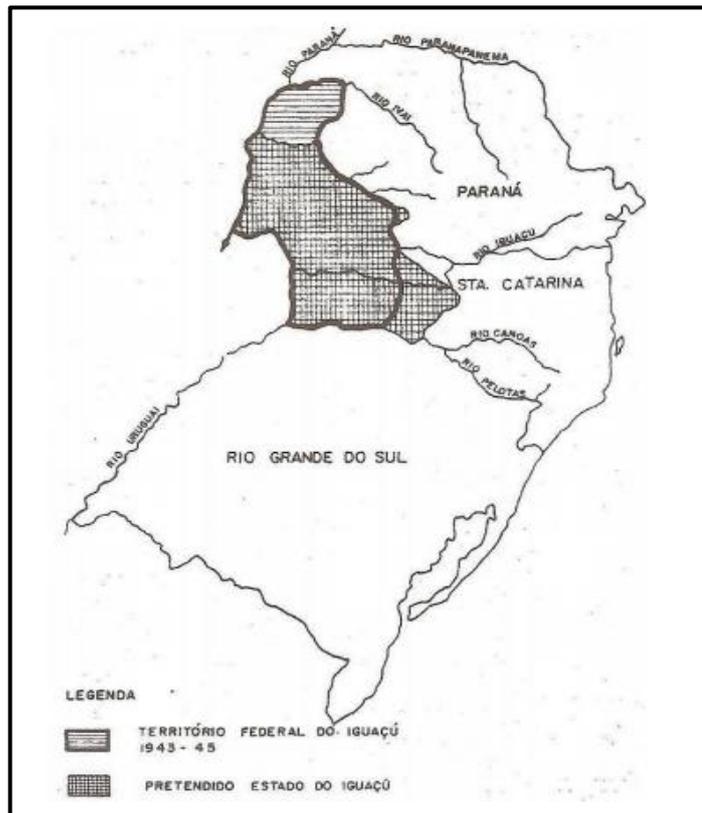
Mário Tourinho, nomeado para o cargo de Interventor Federal, enfrentou diversos desafios, sendo um deles a nacionalização da fronteira guarani (região de fronteira com o Paraguai e a Argentina). A respeito disso, Wachowicz (2002) salienta que,

Após a revolução de 1930, o interventor no Paraná, General Mário Tourinho, tomou as primeiras providências nesse sentido. Através da prefeitura de Foz do Iguaçu tomou novas medidas: 1 – os documentos que entrassem na Prefeitura Municipal só seriam despachados se redigidos em português; 2 – os anúncios comerciais, listas de preços, avisos, só seriam permitidos se escritos em português; 3 – os impostos e taxas só seriam cobrados se fossem pagos em moeda brasileira. (WACHOWICZ, 2002, p. 243-244).

A adoção de tais medidas foi considerada necessária para “nacionalizar” a chamada fronteira guarani, porém, na realidade, havia outros interesses por parte de Vargas, como suprimir grandes extensões de terra dos estados do Paraná e de Santa Catarina para contemplar interesses do Rio Grande do Sul.

Segundo Piori *et al.*, “Além dos argumentos de defesa e povoamento existem acusações que afirmam que a criação do Território do Iguaçu estava envolvida em interesses imobiliários de companhias gaúchas.” (PRIORI *et al.*, 2012, p. 66). Nesse contexto, houve a criação de cinco territórios federais: nas regiões do Amapá, Guaporé (atual Rondônia), Rio Branco (atual Roraima), Iguaçu (compreendendo as regiões Oeste do Paraná e de Santa Catarina) e Ponta Porã (parte do atual estado de Mato Grosso do Sul).

Mapa 4 - Território Federal do Iguazu - 1943



Fonte: Wachowicz (1982, p. 131).

Após a queda da ditadura estadonovista em 1945, na Constituinte de 1946, foram extintos os territórios federais do Iguazu e de Ponta-Porã, sendo os territórios reintegrados aos estados de origem. Os deputados paranaenses tiveram uma significativa participação, com destaque a Bento Munhoz da Rocha Neto, que posteriormente seria Governador do Paraná, como enfatizam Piori *et al.* (2012):

Com a emenda apresentada por Bento Munhoz da Rocha Neto na elaboração da Constituição de 1946, o Território do Iguazu foi extinto e a parte territorial que cabia ao Paraná foi reintegrada ao seu mapa. Ele qualificou de 'absurdo monstruoso' a criação do Território e afirmou que sua extinção não prejudicou, mas favoreceu o crescimento da região Oeste. (PRIORI *et al.*, 2012, p. 71).

Apesar da extinção do território federal, inseriram-se na região inúmeras companhias colonizadoras, majoritariamente gaúchas, como evidenciado pelos autores supracitados:

Os projetos de colonização pela iniciativa privada foram mais eficientes do que os projetos da iniciativa do Estado. Isso pode ser explicado pela experiência das empresas no ramo. Geralmente essas empresas conheciam quais as melhores técnicas a serem utilizadas tanto para um bom desenvolvimento econômico da área a ser colonizada, como para aumentar seus lucros. Dentre as empresas que atuaram no Oeste do Estado merecem destaque as companhias Industrial Madeira e Colonizadora Rio Paraná Ltda (Maripá); Pinho e Terras Ltda; Industrial Agrícola Bento Gonçalves; Colonizadora Gaúcha Ltda.; Colonizadora Matelândia; Colonizadora Criciúma; Sociedade Colonizadora União D'Oeste Ltda; e Colonizadora Norte do Paraná. (PRIORI *et al.*, 2012, p. 82).

Tais empresas, juntamente com outras de menor destaque, colonizaram uma área equivalente a mais de dois milhões de hectares. Com base em um acordo firmado com o Governo do Estado, as companhias tinham que se dedicar à atividade madeireira, à indústria, ao comércio e à venda das terras. A comercialização dos lotes, urbanos ou rurais, ocorria de maneira planejada, como é possível verificar em um relatório da Pinho e Terras LTDA, citado por Myskiw (2002):

Os lotes coloniais, medindo em torno de 25 hectares, formariam perímetros de área diferentes de acordo com o relevo e a hidrografia. Ao redor dos núcleos populacionais foram criados lotes de 2,5 hectares, chácaras destinadas ao cultivo de hortigranjeiros. Internamente, os núcleos populacionais urbanos (vilas e cidades) seriam divididos em quarteirões, medindo geralmente 100 x 100 metros, ou seja, 10.000 metros quadrados (um hectare), contando cada quarteirão com 10 lotes de 1000 metros quadrados. (MYSKIW, 2002, p. 67).

Diante das condições favoráveis ao desenvolvimento da agricultura, a região foi ocupada por muitos imigrantes italianos e alemães, vindos dos estados de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul. Essa movimentação também gerou diversos conflitos pela posse das propriedades, pois as terras vendidas ou doadas às colonizadoras estavam ocupadas por posseiros, que foram expulsos pelas companhias. Conforme descreve Nath (2010), “Entre as décadas de 1930 e 1940, colonos sulistas de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, descendentes de poloneses, alemães e italianos migraram para a região puxados por carroções, trazendo ferramentas, sementes e utensílios para o trabalho.” (NATH, 2010, p. 29).

O município de Corbélia consolidou-se nessa dinâmica de desenvolvimento nacional, destacando-se na prática do extrativismo de madeira e erva-mate cujos produtos eram enviados pelos portos do Rio Paraná, conforme considerado nas

seções posteriores deste capítulo. A seguir, concentramo-nos mais especificamente na colonização de Corbélia.

## 1.2 A COLONIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CORBÉLIA

Corbélia está situada atualmente em um território que pertencia à Foz do Iguaçu, sendo parte do distrito administrativo de Cascavel. Em 14 de novembro de 1951, por meio da Lei nº 790, Cascavel tornou-se município emancipado. Em 1957, Corbélia foi distrito de Cascavel, sendo elevada à categoria de município em 1961.

Corbélia encontra-se a 519,3 km da capital do estado, com população aproximadamente de 16.000 habitantes e um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,738, sendo 62º no ranking estadual, conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE - (BRASIL, 2010).

Os primeiros habitantes da região foram os indígenas *Kaigangues* e *Avá Guaranis*. Fósseis e instrumentos encontrados às margens do Rio Piquiri indicam que eles produziam vasos de barro e instrumentos de caça. Já nos anos de 1800, as terras eram ocupadas por paraguaios e argentinos para exploração da erva-mate.

A história da ocupação territorial de Corbélia está ligada à de Cascavel, explicadas pelo deslocamento da população da região de Guarapuava para o Oeste do Paraná, entre as décadas de 1920 e 1930, movimento conhecido como “Frente Cabocla”. No final da década de 1930 e início da de 1940, muitas levas de colonos catarinenses e gaúchos, conhecidos como “Frente Sulista”, se espalharam pela região em busca de terras férteis e riquezas naturais. Inicialmente, de acordo com Ferreira (1996),

[...] a tomada da terra foi tranquila, em função de serem devolutas, configurando-se o estado de “posse”. Preocuparam-se os colonos dos núcleos Colônia Nova, São Pedro, Esperança e São João em explorar a imensa mata de araucária que existia no território do atual município. (FERREIRA, 1996, p. 248).

Uma das primeiras famílias que chegaram à Corbélia, em 1947, foi a de Pedro e Valdomira Druczciski, vindos da região de Mallet, no Paraná. Pedro era serrador de madeiras em uma das serrarias da região. Ferretti (1994) explica que ele “[...], escolheu Corbélia para morar, devido a facilidade de se comprar terras e pagava-se

em prestações enquanto em outros lugares, tinha que se pagar à vista.” (FERRETI, 1997, p. 17).

Já em 1948, vinda de Canoinhas (RS), a família do Sr. Joroslau Schuckak se instalou onde hoje se encontra a comunidade de São Pedro. Aldino Formighieri, natural de Passo Fundo (RS), mudou-se para a região no mesmo ano, quando tinha 20 anos de idade e atuava como Fiscal Geral da **Fundação Paranaense de Colonização e Imigração** (FPCI).

Em 1949, José Skottki transferiu-se de Santa Catarina e estabeleceu-se às margens do Rio Melissa. Nos anos posteriores, em 1951, a família Casagrande veio para a região, iniciando o cultivo de café, e, em 1953, a chegada de Isidoro Primo Frare marcou a abertura da localidade inicialmente denominada Rio Tigre, onde atualmente situa-se o município de Braganey.

Ferreti (1994), em seu estudo monográfico, apresenta a seguinte relação dos pioneiros que colaboraram com a colonização de Corbélia: Fiorello Barela, Pedro Zilso Barela, Joaquim Furtado, Maria Nenevê Furtado, Apélio Casagrande, Edvino Sauter, Gustavo Scharlau, Alfredo Saturno, Egon Vogt, Fridolino Schneider, Clóvis Avelino Dillemburg, Vítório Forcolin, Euclides Campos, Almerindo Ribeiro dos Santos, Lidia Santos, Isano Souza Oliveira, Artemio Denardin, Ervino Berté, Julio Tozzo, Alindo Augusto Pereira, Wilson Dias Ribeiro, Lorena Maria Sales Forte, Nelson Angelin Lengler, Amélia de Jesus, Carino Luzitani, Valdomiro Huff, José Rubin, Ronaldo Alves de Souza, Nelson Ivo Koch, Beno Sauter, Fridolino Ari Allebrandt, Valdir Scharlau, Davi Carmo Lube, Fiorindo Lodi, Silvério Musskopf, Berto Bauni, Angelo Sé, Argentino Domingos Soldatelli, Hugo Becker, Dionísio Boraczinski, Neivo Picolli, Alfredo Sauter, José Bernardi, Albino Prevedello, Wilibaldo Bohem, Rodolfo Neuhaus, Benno Geiss, Garmo Adelino Prediger, Arlindo Adelino Almagro, Victor Ignácio Backes, Lurdes Giacomelli, Darci Weber, Antônio Antonello e Homero Baú.

Nesse período, o fluxo migratório para a região intensificou-se; as pessoas eram atraídas pela qualidade das terras e o baixo custo. Como narra Ferreti (1994),

No ano de 1948, Aldino Formighieri chega a Corbélia para comprar terras, sendo contratado pela Fundação Paranaense de Colonização e Imigração prestando serviços como guarda da gleba. Ele conta que quando Moisés Lupion esteve em Corbélia pela primeira vez, foi recebido por várias pessoas que reivindicaram um pedaço de terra. Os pioneiros cadastrados eram respeitados como proprietários. Ninguém comprava ou se apossava de um lote, sem a autorização da Fundação

Paranaense de Colonização e Imigração, que tinha os guardas da gleba percorrendo a área, impedindo a invasão de novos posseiros. Os que não podiam comprar lotes eram expulsos da área e muitas vezes mediante violência física, caso resistissem. As sequelas disso se prolongaram por muito tempo. Grande parte dos migrantes vindos do Rio Grande do Sul e Santa Catarina utilizaram à rota feita pela cidade de Pato Branco. Nesta conjuntura, intensificou-se o fluxo migratório causando preocupação ao Governo do estado que acionou a F.P.C.I. Esta, por sua vez, realizou vistorias nas terras ocupadas a fim de legalizá-las, à frente deste trabalho esteve Joaquim F. do Amaral Filho. A intervenção do Estado, legalizando os títulos e amparando os colonos, possibilitou que estes, munidos dos documentos de posse, se efetivassem como proprietários legais das terras que ocuparam. (FERRETI, 1994, p. 23).

O início da colonização de Corbélia, em território pertencente à Cascavel, coincide com o desmembramento do Distrito Administrativo de Cascavel do Município de Foz do Iguaçu. Em 1951, a FPCI contratou o Senhor Armando Zanatto, que era colonizador no estado do Rio Grande do Sul, para realizar a venda de terras e acertos com os posseiros que habitavam a localidade próxima à Cascavel. Esse local, com terras fecundas, passou a ser conhecido como Colônia Corbélia. Zanato (2014) fornece mais alguns detalhes desse acontecimento:

[...] Armando Zanato foi apresentado ao representante da FPCI, que se identificou como Frederico Augusto Picoli, de Nonoai – RS. Este lhe mostrou mapas de glebas, lotes, listas de preços e tudo mais que tratava do assunto de venda de terras. O representante da empresa estatal já nomeou Armando Zanato como sub corretor com a relação de lotes que poderiam ser vendidos e a lista de preços. (ZANATO, 2014, p. 48).

Ao lado de Aldino Formigheri, que era funcionário da colonizadora desde 1948, iniciou-se a colonização, com a vinda das famílias de João Fridolino Dillemburg, de Homero Bau e de Francisco Manica, que iniciaram as derrubadas de árvores e a construção de estradas. O local era rico em madeira de lei, e largamente explorado pelos paraguaios, que retiravam clandestinamente erva-mate e madeira, escoando os produtos em balsas pelo Rio Paraná. Na década de 1950, uma quantidade expressiva da madeira retirada dessa região foi enviada à Brasília, para as obras da capital federal. Nessa época, foram instaladas grandes serrarias, dando início ao ciclo econômico madeireiro.

Na Imagem 1, verificamos o início do desmatamento para a formação do povoado.

Imagem 1 - Início do desmatamento do povoado - 1948



Fonte: Peroza (2014).

Armando Zanatto, colonizador de maior expressividade, fez diversas viagens entre o Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina em busca de compradores para as terras. Peroza (2005) menciona que, “Em busca de novas famílias, Armando Zanato faz um verdadeiro trabalho de publicidade, divulgando em rádios e através de visitas aos mais diferentes lugares, nos Estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, a nova cidade que surgia.” (PEROZA, 2005, p. 22).

Nessa dinâmica, formou-se um povoado às margens da estrada que liga a cidade de Cascavel, conhecido como Colônia Corbélia. Outros pioneiros de grande importância para a idealização e colonização desse município foram Homero Baú, João Fridolino Dillemburg e Francisco Manica, que chegaram à Corbélia por volta de 1953. De acordo com Mortiz (2005),

A área onde se localiza a sede de Corbélia pertencia ao senhor Elvino Nascimento de Souza e foi adquirida pelo senhor Armando Zanato, conforme consta em documento manuscrito datado de 29 de julho de 1953, época em que o senhor Elvino vendeu o lote nº 83 da gleba 02 da fundação já referida, pela quantia de vinte e cinco mil cruzeiros. Conforme registro original, este pioneiro pagou dez mil cruzeiros

quarenta dias após “fechar o negócio” e o restante, mais quinze mil cruzeiros, com prazo de cento e vinte dias. (MORITZ, 2005, p. 20).

Diante da iniciativa dos colonizadores que estabeleceram suas moradias às margens dos rios Rancho Mundo, Arroio dos Porcos e Sapucaia, o fluxo migratório intensificou-se. O crescimento econômico do povoado só foi possível diante da força e da perseverança dos primeiros moradores. Depois da interferência do governo estadual e da legalização das terras, os lavradores ficaram amparados e com suas propriedades documentadas.

Peroza (2005), ainda se referindo ao princípio da colonização de Corbélia, relata:

O processo de colonização de Corbélia, em área pertencente a Cascavel, começou ainda em 1951, ano em que Cascavel se desmembrava de Foz do Iguaçu. A nova frente foi empreendida pela Fundação Paranaense de Colonização e Imigração, que havia contratado Armando Zanato para promover a venda de terras e procurar entendimento com os posseiros da região. Como sertanista nato, o senhor Armando Zanato entreviu a possibilidade de criação de um núcleo habitacional, e iniciou suas atividades no sentido de colonizar uma área de terras de ótima qualidade que passou a ser conhecida por Colônia Corbélia. (PEROZA, 2005, p. 21).

Por volta de 1952, a família do Sr. Atílio Cesário Barzotto iniciou o plantio de café na região de Corbélia. Essa cultivar, como assevera Peroza (2005), foi,

[...] na verdade, um dos grandes responsáveis pela abertura de estradas, desbravamento de novas fronteiras agrícolas, construção de pontes, estradas e igrejas naquela região, pois se a madeira ainda imperava absoluta no Oeste, a contribuição regional para forte presença do Paraná na produção do café já se afigurava expressiva. (PEROZA, 2005, p. 24)

Com a melhora nos preços do café, seu cultivo atraiu novos plantadores e famílias de diversas regiões com tradição cafeeira. Esse movimento ficou conhecido como “Frente Nortista” ou “Frente Cafeeira”.

Paralelamente à colonização oficial, promovida pelo governo, por meio da FCPI, a venda das terras onde se localiza Corbélia chamou atenção de colonizadores particulares, como a Companhia Brasileira de Colonização (COBRIMCO), que adquiria terras da FCPI, dividindo-as em lotes menores e vendendo-os a quem chegava à região; essa ação deu origem ao povoado de Anahy.

Contratado pela FPCI, Pedro Zilso Barella tinha como atribuição abrir estradas no interior do município. Ele, como ressalta Peroza (2005), “Depois, na década de 60, iria se integrar à direção do Parque de Máquinas da Prefeitura de Corbélia.” (PEROZA, 2005, p. 23).

Apélio Casagrande, além de ser agricultor, também esteve envolvido com a abertura de estradas e com a construção de pontes e escolas. Anos mais tarde, foi Vereador em Corbélia, representando o distrito de Nossa Senhora da Penha.

O nome Corbélia vem do francês *Corbeille*, que designa um pequeno cesto de flores. O nome teria sido sugerido por Iracema Zanato, que era artesã e se dedicava ao cultivo de flores. Armando Zanato, por sua vez, propôs como padroeiro da cidade São Judas Tadeu, algo que foi aceito pelos demais moradores, tanto que a Lei nº 11 de 27 de maio de 1972, de autoria do Vereador José Rubin, estabeleceu que o dia 28 de outubro, dia de São Judas Tadeu, seria feriado municipal.

Em um vídeo encontrado na plataforma *YouTube*<sup>7</sup>, um dos filhos do casal Armando e Iracema Zanato, Elmar Zanato, relata que a mãe foi incumbida da função de encontrar um nome para a nova cidade. Diante das muitas sugestões, inclusive coletadas em um programa de rádio, ela inspirou-se nos vastos campos de flores silvestres da região, indicando o nome Corbélia. Mortiz (2005) também narra esse fato:

O senhor Armando Zanato, numa de suas viagens a Carazinho – Rio Grande do Sul, resolveu instituir um concurso para escolher o nome da futura cidade através de uma emissora de rádio daquela localidade. Sua esposa, a senhora Iracema Zanato, que era florista, sugeriu Corbélia, que vem do francês “corbeille” que significa pequeno cesto de flores. (MORITZ, 2005, p. 24).

Em 1955, o Sr. Julio Tozzo abriu a primeira Serraria; na época existiam em torno de 42 casas na localidade. Alguns anos depois, em um novo empreendimento de colonização, Isidoro Primo Frare, juntamente com Joaquim Correa e Pedro Pereira de Godoy, organizaram a venda de lotes urbanos e rurais, na região do Rio Tigre, formando um povoado, que deu origem ao Distrito de Braganey mais tarde desmembrado de Corbélia.

---

<sup>7</sup> Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=vm3iG4Gisf0&t=351s>. Acesso em: 15 out. 2021.

No dia 09 de outubro de 1957, a Lei nº 3.356 criou o Distrito Administrativo de Corbélia, pertencente à Cascavel, ganhando visibilidade, por ser um eixo rodoviário entre Foz do Iguaçu, Maringá, Toledo e Curitiba. O desejo do povo corbeliano pela emancipação política foi representado em um projeto do senhor Élcio Zanato, juntamente com seu pai, Armando Zanato, Clóvis Dillemburg e Calixto Tomazzoni, que pleitearam a emancipação política, citando os limites e as confrontações do futuro município. Ferretti (1994) destaca:

Através do Deputado Estadual Nilson Ribas e Guatassaro Borba Carneiro, Presidente da Assembleia Legislativa do Paraná, foi encaminhado o processo de emancipação sendo normal e rápido a sua tramitação, dentro de pouco tempo estava criado o município de Corbélia. (FERRETTI, 1994, p. 56).

Em 10 de junho de 1961, a Lei Estadual nº 4.382 tornou Corbélia um município, sendo desmembrado do território de Cascavel em 08 de dezembro de 1961. O primeiro prefeito foi o Sr. Júlio Tozzo, conforme relata Sperança (1992): “A partir de 1961, registra-se a sequência dos procedimentos que determinariam num futuro próximo uma sucessão de desmembramentos no território municipal, iniciando com a criação do município de Corbélia.” (SPERANÇA, 1992, p. 198).

De acordo com a Lei Municipal nº 18 de 05 de dezembro de 1964, foram criados os seguintes distritos administrativos: Nossa Senhora da Penha, Ouro Verde do Piquiri, Anahy, Braganey, Samália e São Pedro<sup>8</sup>.

O crescimento do município de Corbélia se deu rapidamente; na década de 1960, havia aproximadamente 8.212 habitantes, mas, já no início de 1970, houve um salto para 39.834 habitantes. Ferretti (1994), em consulta a cartórios, fez uma busca nos registros de casamento (de 1962 a 1974) para identificar o estado de origem dos cônjuges. Os dados foram extraídos de 1.277 casamentos realizados no período mencionado e estão compilados na Tabela 1:

---

<sup>8</sup> Peroza (2005) comenta que “Em 1962, Astrogildo da Silva e Anacleto Pantano começaram a povoação da região de Iguatu.” (PEROZA, 2005, p. 24).

Tabela 1 - Corbélia: origem da população por Estado de nascimento no período de 1962 a 1974

UF	1962		1964		1966		1968		1970		1972		1974	
	Nº	%												
<b>AL</b>	04	3,8	04	2,6	04	0,7	02	0,7	04	0,9	06	1,0	04	0,6
<b>BA</b>	06	5,7	10	2,6	10	3,7	07	2,4	07	1,6	15	2,5	12	1,9
<b>CE</b>	-	-	-	-	03	1,1	01	0,4	02	0,4	01	0,2	04	0,6
<b>ES</b>	01	0,9	19	2,1	19	7,3	24	8,4	29	6,4	48	8,1	49	7,6
<b>MG</b>	06	5,7	-	-	25	9,2	34	11,9	61	13,6	91	15,4	97	15,1
<b>MT</b>	-	-	01	0,5	01	0,4	-	-	-	-	01	0,2	-	-
<b>PE</b>	-	-	01	0,5	01	0,4	03	1,0	05	1,1	05	0,8	06	0,9
<b>PI</b>	-	-	-	-	01	0,4	01	0,4	-	-	-	-	-	-
<b>PR</b>	09	8,6	44	20,5	44	16,2	78	29,3	151	33,7	18	31,7	249	38,7
<b>RJ</b>	04	3,8	01	0,5	01	0,3	01	0,4	-	-	03	0,5	04	0,6
<b>RS</b>	20	19,2	67	29,4	67	24,2	64	22,4	81	18,0	101	17,6	114	17,7
<b>SC</b>	43	41,3	66	26,3	66	24,4	51	17,8	72	16,0	51	8,6	43	6,7
<b>SE</b>	-	-	03	1,5	01	0,4	-	-	-	-	06	1,0	05	0,8
<b>SP</b>	07	6,7	25	6,3	25	9,6	18	6,3	36	8,0	69	11,6	51	7,9
<b>N.I.</b>	04	3,8	02	0,8	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>EST.</b>	-	-	-	-	-	-	01	0,4	-	-	-	-	06	0,2
<b>TOTAL</b>	<b>104</b>	<b>-</b>	<b>268</b>	<b>-</b>	<b>270</b>	<b>-</b>	<b>286</b>	<b>-</b>	<b>448</b>	<b>-</b>	<b>592</b>	<b>-</b>	<b>664</b>	<b>-</b>

Fonte: Ferretti (1994, p. 45).

Com base na tabela, é possível perceber que, ao longo dos anos, em número de pioneiros, destacam-se como origem os estados de Santa Catarina, entre 1964 e 1968, e Rio Grande do Sul, em 1970 a 1972. No recorte temporal da pesquisa de Ferretti (1994), o Paraná é estado de origem da maior parte dos cônjuges que registrou a união em Corbélia.

Em 1 de julho de 1963, ocorreu a divisão territorial do município, que passou a ser constituído do distrito sede, permanecendo assim até 31 de dezembro de 1971. Em 2 de setembro de 1977, foram criados e anexados ao município de Corbélia os

distritos administrativos denominados: Anahy<sup>9</sup>, Braganey<sup>10</sup>, Iguatu<sup>11</sup> e Ouro Verde do Piquiri<sup>12</sup>.

Apesar da boa propaganda realizada por Armando Zanato sobre as terras de boa qualidade e a possibilidade de prosperidade, a viagem dos novos moradores até Corbélia era uma empreitada marcada por muitas dificuldades. Entre os desafios estavam rios sem pontes, ausência de estradas e o trajeto era realizado de carroça, que transportava as famílias, os seus pertences, e muita esperança.

Devido ao esforço em atrair pessoas para região, Moritz (2005) explica que

O senhor Armando Zanato recebeu o título de Fundador do Município, pois foi quem se empenhou na divulgação das boas qualidades da terra, atraindo numerosas famílias para Corbélia. Foi também o responsável pela vinda das irmãs franciscanas e dos padres da congregação do Verbo Divino. (MORITZ, 2005, p. 23-24)

A Imagem 2 retrata uma caravana de pessoas oriundas de São Paulo interessadas em adquirir terras em Corbélia, no ano de 1955.

---

<sup>9</sup> Lei Estadual nº 6917, que cria o distrito administrativo de Anahy.

<sup>10</sup> Lei Estadual nº 6918, que cria o distrito administrativo de Braganey.

<sup>11</sup> Lei Estadual nº 6922, que cria o distrito administrativo de Iguatu.

<sup>12</sup> Lei Estadual nº 6926, que cria o distrito administrativo de Ouro Verde do Piquiri.

Imagem 2 - Caravana de Paulistas comprando terras em 1955



Fonte: Peroza (2014).

A foto nos dá a dimensão do cenário em que ocorriam as negociações das terras, em um espaço aberto rodeado pela natureza. As vestimentas revelam a tradição e a formalidade inerentes ao período. O mapa, observado por todos, provavelmente demonstra as terras disponíveis para venda.

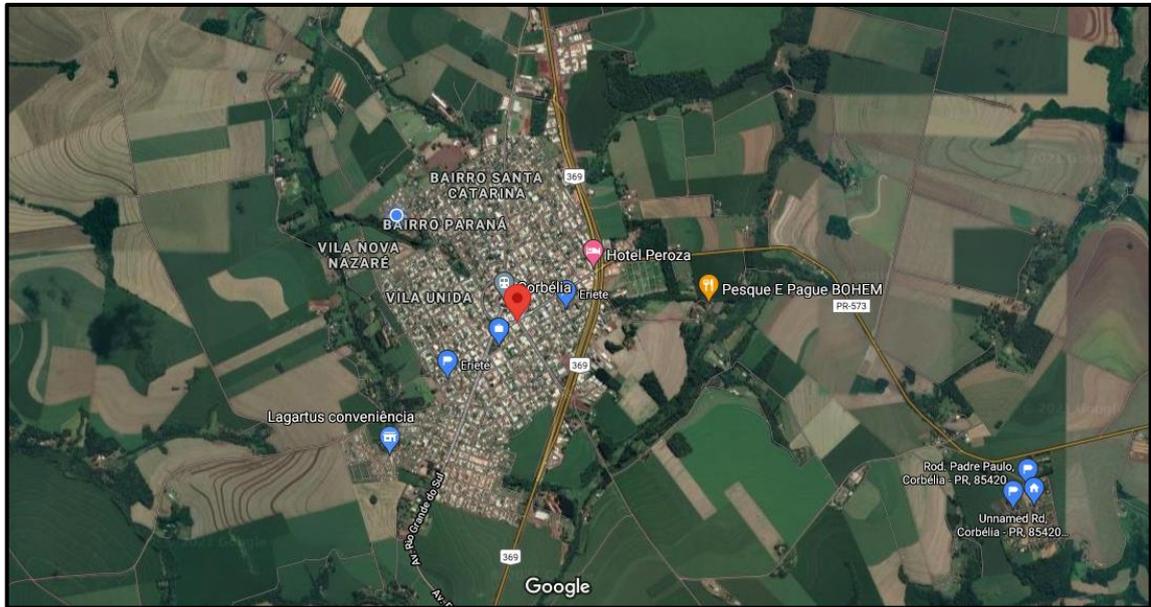
Armando Zanato recebeu como homenagem o título de Cidadão Honorário de Corbélia das mãos do então prefeito, o Sr. Camilo de Lelles Gazineu, por ocasião da comemoração dos 12 anos do município. Meses depois, após uma intoxicação causada por veneno para pulgões, muito debilitado, Armando foi levado a Curitiba em busca de recursos médicos, porém, faleceu aos 65 anos de idade, no dia 7 de junho de 1973. Atendendo à sua vontade, o corpo foi transladado e sepultado no município de Corbélia.

A cidade de Corbélia, como informa Moritz (2005),

[...] foi planejada por Leão Trauchinski, residente em Curitiba, com um traçado radiocêntrico. No centro estava localizada a praça Paraguai, juntamente com a concentração de diversos bancos, igrejas, posto de saúde, prefeitura e escola. As ruas foram organizadas seguindo a distribuição espacial dessa área central, como é possível observar na foto abaixo. (MORITZ, 2005, p. 24).

Os aspectos mencionados pela autora podem ser visualizados na Imagem 3:

Imagem 3 - Vista aérea de Corbélia



Fonte: Google Maps (2022).

Devido à origem do seu nome, as ruas receberam nomes de flores. As Avenidas, por sua vez, levam o nome dos colonizadores e seus estados de origem, como forma de homenageá-los.

Os distritos anexados à cidade em 1977, como já mencionado, foram, aos poucos, tornando-se independentes. Em 1982, por meio da Lei Estadual nº 01, de 3 de maio de 1982, o distrito de Braganey foi desmembrado do território de Corbélia, tornando-se município independente. O mesmo ocorreu com Iguatu, em 1990, por meio da Lei Estadual nº 9.276, de 28 de maio de 1990, e com Anahy, no mesmo ano, conforme a Lei Estadual nº 9.292, de 11 de agosto de 1990.

A partir de da década de 1990, Corbélia contava somente com os Distritos de Ouro Verde do Piquiri e Nossa Senhora da Penha. Essa variação territorial também causou expansões e reduções populacionais. Utilizando os índices populacionais do IBGE, advindos dos Censos demográficos de 1960, 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010, na Tabela 2 é possível verificar tais mudanças.

Tabela 2 - População Urbana, Rural e Total do município de Corbélia – 1960-2010

<b>ANO</b>	<b>POPULAÇÃO TOTAL</b>	<b>POPULAÇÃO URBANA</b>	<b>POPULAÇÃO URBANA (%)</b>	<b>POPULAÇÃO RURAL</b>	<b>POPULAÇÃO RURAL (%)</b>
<b>1960*</b>	8 212	-	-	-	-
<b>1970</b>	39 824	3 025	7,6	36 799	92,4
<b>1980</b>	36 395	14 306	39,3	22 089	60,7
<b>1991</b>	22 803	13 923	61,1	8 880	38,9
<b>2000</b>	15 803	14 298	90,5	1 505	9,5
<b>2010</b>	16 312	13 976	85,6	2 336	14,4

\* Não há informação da divisão de população urbana e rural, visto que em 1960 Corbélia ainda era distrito de Cascavel.

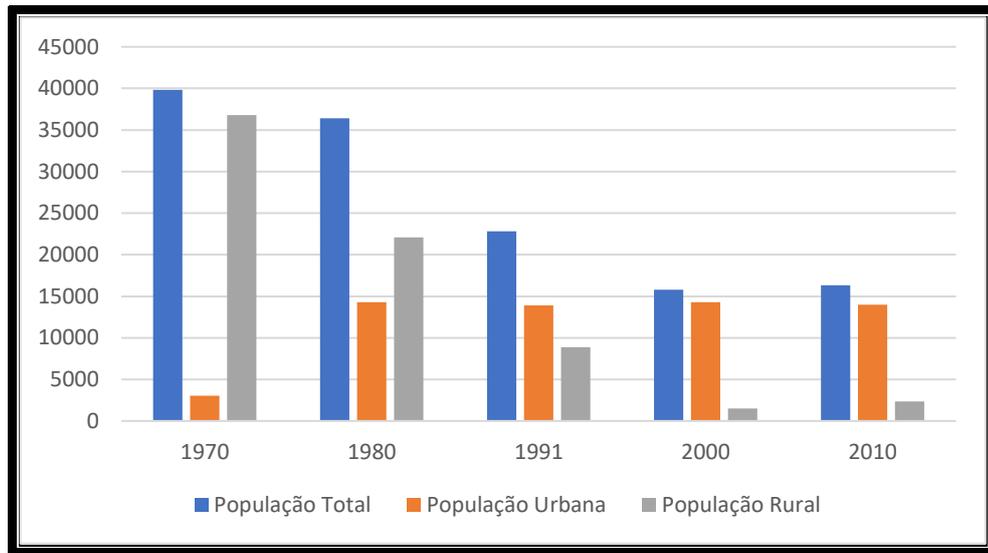
Fonte: Censo Demográfico do IBGE de 1960-2010 - Elaborada pela autora.

A partir da análise dos dados da tabela, verificamos que o ápice populacional do município ocorreu nos anos de 1970, totalizando 39.824 habitantes. Nessa época, grande parte da população se concentrava na zona rural (92,4%), enquanto a zona urbana concentrava 7,6% da população. Desde então, observamos uma inversão na ordem desses fatores, pois o Censo de 2000 indicou que 90,5% da população residia na zona urbana e somente 9,5% na zona rural. No Censo de 2010, houve uma pequena diminuição da população urbana, compreendendo 85,6% dos munícipes, e a ocupação da zona rural passou a representar 14,4% da população total.

A diminuição gradativa do número de habitantes do município se justifica por diversos fatores, dentre eles a perda territorial pela emancipação dos distritos de Braganey, Iguatu e Anahy e o êxodo rural, que tem expressão em todo o país, fazendo com que as pessoas migrassem em direção aos centros urbanos em busca de empregos no setor fabril, em expansão na época.

Os índices apresentados no Gráfico 1 revelam o movimento da população urbana e rural do município de Corbélia, nas últimas décadas.

Gráfico 1 - População Urbana e Rural do município de Corbélia – 1970-2010



Fonte: Censo Demográfico do IBGE de 1960<sup>13</sup>-2010 - Elaborado pela autora.

Os dados referentes ao estado do Paraná demonstram que o êxodo rural ocorreu simultaneamente em todo o seu território, como podemos verificar na Tabela 3:

Tabela 3 - População Urbana e População Rural Estado do Paraná – 1960-2010

Ano	População Total	População Urbana	População Urbana (%)	População Rural	População Rural (%)
1960	4 296 375	1 327 982	30,9	2 968 393	69,1
1970	6 997 682	2 546 899	36,4	4 450 783	63,6
1980	7 749 752	4 566 755	58,9	3 182 997	41,1
1991	8 443 299	6 192 976	73,3	2 250 323	26,7
2000	9 558 424	7 781 664	81,4	1 776 790	18,6
2010	10 444 526	8 912 692	85,3	1 531 834	14,7

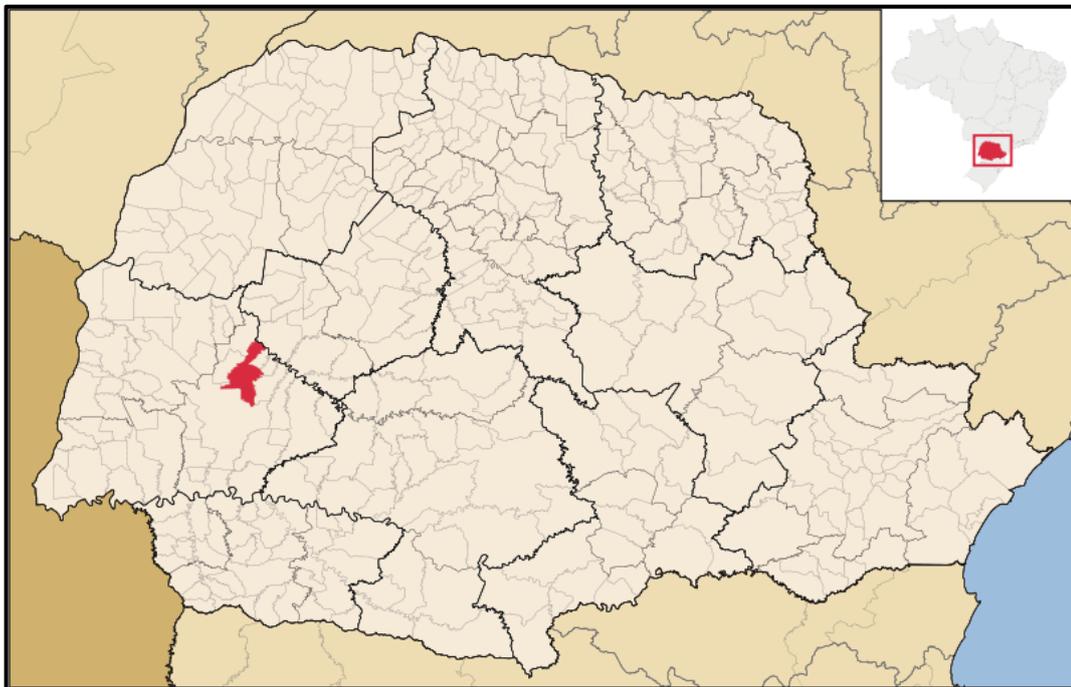
Fonte: Censo Demográfico do IBGE de 1960 – 2010 - Elaborada pela autora.

<sup>13</sup> No Censo de 1960, não há dados da divisão populacional entre zona urbana e rural.

Entre 1960 e 2010, a população rural paranaense diminuiu, passando de 69,1% para 14,7%. A população urbana, pelo contrário, aumentou gradativamente, passando de 30,9%, em 1960, para 85,3%, em 2010. É notável que, até 1970, a população do Paraná vivia na zona rural, mas dessa década em diante houve uma inversão nos índices, com um intenso movimento migratório do campo para a cidade, concentrando a maior parte da população na zona urbana. Os dados apresentados confirmam a dimensão do êxodo rural que ocorreu dentro do estado, impactando diretamente a organização dos municípios.

É possível também observamos o movimento migratório dentro do município, porém, devemos ter cautela ao abordar os conceitos de localização urbana e rural, tendo em vista que se trata de um município com economia baseada essencialmente na agroindústria<sup>14</sup>. No Mapa 5, vemos Corbélia em destaque no mapa do Paraná:

Mapa 5 - Estado do Paraná (Município de Corbélia em destaque)



Fonte: Abreu (2006).

<sup>14</sup> Geograficamente, Corbélia integra a região Oeste do Paraná, constituída por 50 municípios<sup>14</sup>. De acordo com o IBGE, atualmente, a região Oeste do Paraná tem uma população estimada em 1.211.977 de habitantes, e abrange uma área de 22 851 km<sup>2</sup>, o que corresponde a 11,46% do território estadual.

O território de Corbélia compreende 529,384 km<sup>2</sup>, distribuídos em área urbana e rural. Além da sede, conta com dois distritos administrativos - Nossa Senhora da Penha e Ouro Verde do Piquiri - e diversas comunidades rurais. Faz limite com os municípios de Anahy, Braganey, Cafelândia, Cascavel, Iguatu, Nova Aurora e Ubiratã.

Os dados e as informações apresentadas a respeito da constituição do município de Corbélia são fundamentais para esta pesquisa, considerando que os aspectos históricos e sociais têm relações intrínsecas com a educação. Na sequência, pontuamos melhor essa questão, confrontando dados históricos, populacionais e escolares a fim de compreendermos a trajetória da escola no contexto sócio-histórico de Corbélia.

### 1.3 CORBÉLIA NO CONTEXTO NACIONAL E REGIONAL

Emer (1991) ressalta que “[...] a primeira lei que dispôs sobre a instrução pública data ainda do Primeiro Império e manteve-se até a década de 1930” (EMER, 1991, p. 197). Nesse período, a maioria da população era excluída das questões políticas, e a questão educacional ficava a cargo de outros seguimentos sociais, tais como igrejas.

Em 1826, no Império, com a reabertura do parlamento, a temática da instrução popular voltou a ser discutida. Em 1827, foi aprovado um projeto de criação de Escolas das Primeiras Letras, mas veio acompanhado de uma dualidade, pois propunha não ultrapassar as primeiras letras, criando apenas escolas secundárias onde houvesse escolas de nível superior. A esse respeito, Gomes (2012) esclarece: “Pode-se dizer que a primeira proposta de criação de escolas primárias foi o Projeto Januário da Cunha Barbosa, resultando no decreto de 15 de outubro de 1927, o que finalmente garantia educação primária a todos os cidadãos do império.” (GOMES, 2012, p. 44).

O Ato Adicional de 1834 responsabilizou as Assembleias Legislativas das províncias com relação ao ensino primário e secundário, reservando ao governo central a responsabilidade de legislar sobre o ensino superior. No caso do Paraná, Trindade e Andreazza (2001) pontuam:

No Paraná, quando da instalação da Província, a situação da instrução pública era precária. Apenas 615 alunos frequentavam os cursos de

primeiras letras, numa população de 62.000 habitantes. O ensino secundário era praticamente inexistente e o pouco que havia em Curitiba buscava atender à população local e do interior da província. (TRINDADE; ANDREAZZA, 2001, p. 61).

Em 1846, como tentativa de introduzir na Comarca o ensino secundário, foi criado um Liceu destinado apenas a pessoas do sexo masculino. A sua estruturação era marcada por diversas imperfeições, principalmente no tocante aos conteúdos a serem ensinados. Mesmo assim, funcionou de maneira intermitente até o final do século. Trinta anos depois, o Liceu foi reaberto sob a denominação de Instituto Paranaense, funcionando junto com a Escola Normal. Todavia, não obteve muito êxito até o período republicano. A quantidade de inscritos, nos dois estabelecimentos, não ultrapassava 20 alunos por ano.

Em meados de 1870, diante da regulamentação dos cursos preparatórios para as academias superiores (Direito, Medicina, Farmácia, Exército e Marinha) por parte do governo imperial, houve um desenvolvimento do ensino secundário, principalmente por instituições particulares, o que lhe concedeu um cunho elitizado.

A primeira Constituição Republicana (1891) estabeleceu que o ensino público deveria ser leigo, porém, permanecia omissa quanto à educação e ao ensino. Em outras palavras, a educação não era considerada um dever do Estado. A segunda Constituição Republicana, promulgada em 1934, deixava claro que a educação era direito de todos, mas o Estado ainda era relutante quanto ao seu dever de fornecer tal educação para todos.

Os debates entre católicos e liberais resultaram no Manifesto dos Pioneiros, em 1932, refletindo-se no capítulo da educação, na Constituição de 1934. Mesmo não assumindo a responsabilidade pela educação, a Constituição previa a sua gratuidade, sendo pioneira no reconhecimento da necessidade de um Plano Nacional de Educação, destinando-se recursos para o ensino na zona rural.

A constituição de 1937, outorgada por Getúlio Vargas, diante do golpe que estabeleceu o Estado Novo, considerou a educação dever dos pais, das associações e de pessoas coletivas particulares. O Estado se preocupava em suprir lacunas do particular, ofertando educação apenas às classes menos favorecidas, o que atenderia aos interesses dos parceiros ideológicos do Estado Novo.

No Paraná, como já ressaltado, a colonização iniciou no fim da década de 1930 e começo da de 1940, efetivando-se nas duas décadas seguintes. Nesse contexto, a

escola surgiu por meio de reivindicações ao poder público e forças religiosas, como um direito de todos, ou ao menos daqueles que tinham a consciência de sua necessidade.

A província do Paraná foi criada na época do Ato institucional de 1834, desmembrando-se da Província de São Paulo em 1853, ficando responsável de desenvolver e implantar as e escolas. De acordo com Emer (1991),

Em síntese, sem perder de vista o pressuposto de que a escola é parte integrante do processo histórico e gerada no interior da formação social, no Paraná, a primitiva escola espelhava as relações sociais impostas pela oligarquia campeira que detinha a hegemonia política no período provincial. (EMER, 1991, p. 204).

Com o declínio do Ciclo de comércio de gado e muares e do ciclo da erva-mate, desponta-se a comercialização da madeira, mas isso não favoreceu a urbanização. Foi somente após a 1ª Guerra Mundial, com a vinda dos imigrantes europeus, que se estabeleceram na capital e em cidades próximas, iniciou-se industrialização e elevou-se o índice de crescimento urbano. “A tardia urbanização do Paraná atrasou o desenvolvimento da instituição escolar” (PAGNONCELLI, 2015, p. 73)

A primeira iniciativa adotada pela província foi a de Casas Escolares. O governo provincial contratava o professor, e ele providenciava uma sala ou uma casa e formava as turmas de primeiras letras. Emer (1991) pontua que

Em 1854 foi estabelecida na Província a obrigatoriedade da instrução às crianças dos 6 aos 14 anos residentes a menos de uma légua da casa escolar. Essa obrigatoriedade não foi cumprida por falta de pessoas preparadas para o magistério ou dispostas a executar esse trabalho mal remunerado. Para o cumprimento da obrigatoriedade da instrução, um Inspetor Geral da época propôs a criação de asilos para crianças indigentes e lá seriam preparadas para o magistério de primeiras letras. Essa proposta também não foi levada adiante. (EMER, 1991, p. 204).

A reforma eleitoral do Império, de 1882, exigiu para o voto que as pessoas assinassem seu nome. A realidade constatada foi que 80% da população da província não sabia ler nem escrever. Assim, a criação de escolas cresceu motivada pela necessidade de votos, contudo, permaneciam fechadas pela ausência de professores. Ainda nos primeiros anos da república, mais da metade das escolas não funcionava por falta de alguém que lecionasse.

A partir do início do século XX, o poder público estadual, seguindo uma tendência nacional, introduziu nos principais centros urbanos um novo modelo de escola, denominado Grupo Escolar. Os grupos escolares destacavam-se pela divisão do ensino em quatro séries, com evolução gradual de conteúdos. Cada série era regida por um professor, e todos eram coordenados por um diretor de grupo.

Diante do novo modo de organização escolar, é possível identificar a divisão social do trabalho, em que a produtividade do professor passou a ser avaliada pela quantidade de alunos que conseguia manter na escola e pelo percentual de aprovados nos exames. Esse cenário motivou a obrigatoriedade da profissionalização do professor, que deveria frequentar a Escola Normal, que se constituiu

Visando à preparação de professores para as escolas primárias, as Escolas Normais preconizavam uma formação específica. Logo, deveriam guiar-se pelas coordenadas pedagógico didáticas. No entanto, contrariamente à essa expectativa, predominou nelas a preocupação com o domínio dos conhecimentos a serem transmitidos nas escolas de primeiras letras. O currículo dessas escolas era constituído pelas mesmas matérias ensinadas nas escolas de primeiras letras. Portanto, o que se pressupunha era que os professores deveriam ter o domínio daqueles conteúdos que lhes caberia transmitir às crianças, desconsiderando-se o preparo didático pedagógico. (SAVIANI, 2009, p. 145).

No final do século XIX e início do XX, entre os imigrantes europeus cresceu a iniciativa de escolarização presente desde à sua chegada ao Paraná, determinada pelo crescimento populacional, pelo aumento da produção agrícola e pelo modelo social e político da época. Os grupos de crianças reuniam-se nas casas de pessoas com disposição para ensinar a leitura e a escrita. O modelo educacional dos imigrantes tinha como foco a manutenção dos costumes do país de origem, e seu crescimento chamou atenção do poder público. A falta de escolas era percebida principalmente fora dos núcleos de imigrantes, pois esses, não esperando a ação governamental, providenciavam suas próprias escolas e professores, no sentido de disseminar a cultura, os costumes e a religião do seu país<sup>15</sup>.

---

<sup>15</sup> Se o ensino fosse unicamente em língua portuguesa, os pais retiravam seus filhos e criavam uma escola particular, assim, muitas escolas públicas foram fechadas pela falta de alunos. Isso evidenciava o conflito de interesses entre o governo e os imigrantes diante do tema educação, pois um propunha a nacionalização e a homogeneização populacional, enquanto o outro a manutenção da sua cultura materna.

O fato de se ensinar o idioma de origem dos imigrantes levou ao fechamento de diversas escolas a partir de 1914. As escolas mais visadas eram as de origem alemã, em razão da primeira Guerra Mundial. Muitos professores passaram por exames, e, a partir da fluência em língua portuguesa, muitas escolas puderam ser reabertas. A relação entre a escola do governo e a escola dos imigrantes é enfatizada por Emer (1991):

Na década de 1920, continuou a existir uma competição, um conflito entre a escola pública do governo e a escola dos imigrantes. Em razão da endêmica falta de recursos para atendimento dos serviços públicos, o Estado passou a receber subvenções federais para manutenção das escolas públicas nos núcleos coloniais de imigrantes. A aplicação desses recursos onde já existiam escolas em funcionamento evidencia que o governo procurava fechar a escola dos colonos e obrigá-los a matricular os filhos na escola pública para nacionalizar a população em idade escolar. (EMER, 1991, p. 208).

Foi somente em 1925 que o Estado se deu conta de que o grande esforço para fechar as escolas dos imigrantes resultou em muitas crianças fora da escola. Com a falta de recursos para prover as escolas públicas, o Paraná passou a receber subvenções do Governo Federal para a aplicação exclusiva em escolas rurais destinadas a crianças e adultos; nesses casos, geralmente o professor dos adultos, no período noturno, era o mesmo do diurno.

Desde os tempos da Província, houve tentativas de escolarização no Paraná. Entretanto, foi com a industrialização que surgiu a necessidade de se aprender a ler, a escrever e a calcular. A educação, nesse caso, passou a ser ferramenta de barganha de votos.

Emer (1991) relata que, durante a colonização da região Oeste do Paraná, a primeira forma de escolarização conhecida foi informal. Por iniciativa pessoal, alguém dispunha de seu tempo para ensinar as crianças em idade escolar, reunindo-as em sua casa para aprender a ler, escrever e calcular, com os objetivos estabelecidos pelos pais. A instrução particular e domiciliar não pode ser confundida com a instrução familiar, em que os pais, quando alfabetizados, ensinavam os filhos a escrita do nome, de maneira esporádica e fragmentada.

Uma segunda modalidade conhecida era a Casa Escolar, construída pelo grupo pioneiro. Nessa, exigia-se maior qualificação do professor, que devia ensinar mais que na educação domiciliar. As duas formas relatadas até o momento têm muitas

características das escolas dos imigrantes europeus, pois não esperavam do poder público a iniciativa para escolarizar seus descendentes.

As Casas Escolares Rurais, conhecidas como Escolas Isoladas, apresentavam atributos diferentes das demais, pois era mantida pelo poder público e criada por meio de atos oficiais. O Estado assumia uma casa escolar já estabelecida ou construía uma, além de manter o professor. Os alunos passavam por exames públicos para avaliar o aprendizado, mas isso não significava o acesso à educação ginásial, que necessitava de aprovação em exames de admissão. O certificado de conclusão da escola primária auxiliava na comprovação da qualificação para o trabalho.

Houve ainda uma quarta forma escolar distinta das demais citadas, denominada Grupo Escolar. Era marcada pela exigência de comprovação de conhecimentos previamente elencados pelo sistema educacional, como requisito para a progressão para a próxima série.

O sistema educacional na região Oeste do Paraná pode ser analisado pela sua ordem cronológica, porém, os tipos de escola variavam de acordo com as características de cada povoamento (EMER, 1991). No núcleo de Foz do Iguaçu, pioneiro na colonização do estado, desde a época da Colônia Militar, a escola foi pensada para instruir os filhos dos militares e funcionários do fisco que ali habitavam. Era, desse modo, restrita aos filhos dos funcionários dos postos importantes na modalidade de escolarização domiciliar particular. Desde a criação da Colônia Militar até sua extinção, não havia em Foz do Iguaçu Casa Escolar que atendesse aos demais brasileiros. Por isso, as famílias com posses buscavam a escolarização dos filhos na região ou mesmo nos países vizinhos.

Muitos foram os fatores que fizeram a população de Foz do Iguaçu crescer consideravelmente, tornando a educação domiciliar inviável. Em função das constantes cobranças para que a administração municipal atendesse a essa demanda, entre 1915 e 1916, foi implantada uma Casa Escolar mantida pelo município. Diante da precariedade do ensino, ainda se percebeu educação domiciliar particular até 1928, quando se instalou o primeiro grupo escolar.

Já nas décadas de 1940 e 1950, as colonizadoras reservavam espaços para os novos núcleos urbanos, mas era preciso contemplar os anseios dos colonos, e um fator essencial para que comprassem as terras era a presença de escolas. Esse processo foi um pouco diferente em outras localidades, como em Cascavel, que apenas dois anos após a chegada dos primeiros moradores já tinha sido

providenciada uma escola, o que se deu, sobretudo, devido às características dos moradores: comerciantes, trabalhadores rurais e descendentes de poloneses com diversos ramos de atividades.

Em 1932, Capela Nossa Senhora Aparecida passou a ser o local de escolarização das crianças. Sem ato oficial, funcionava na modalidade de Casa Escolar e nos primeiros anos foi mantida pela população, conforme contam Sperança e Sperança (1980): “A primeira escolinha de Encruzilhada, criada em 1932, é um pequeno rancho de pinho lascado, que também serve de capela religiosa, tendo entre seus primeiros professores Orozendo Cordeiro de Jesus e as irmãs Genoveva e Estanislava Boiarski” (SPERANÇA; SPERANÇA, 1980, p. 118).

Em 1935, a professora passou a receber seus honorários da Prefeitura de Foz do Iguaçu. Em 1938, Cascavel foi elevada a distrito administrativo, criando-se a primeira Casa Escolar oficial pública; onze anos depois, foi transformada em Grupo Escolar, passando o Estado a manter a escola e a pagar os professores. Nesse sentido, Nath (2010) destaca:

A professora Genoveva Boiarski assumiu a escola ainda na modalidade de Casa Escolar e permaneceu no exercício do magistério no período de 1935 até 1938, ano em que, com a criação do Distrito Administrativo de Cascavel, a Casa Escolar foi instituída mediante ato oficial e passou a ser mantida pelo Município de Foz do Iguaçu. (NATH, 2010, p. 35).

Diante de dados históricos, é possível constatar que 1947 foi um ano de grande avanço para a educação de Cascavel, pois a Casa Escolar foi elevada a Grupo Escolar. Posteriormente, a manutenção da escola e o pagamento dos professores passou a ser realizado pelo governo do Estado, estadualizando a educação. No mesmo ano, por determinação do então governador Moysés Lupion, foi construído o novo prédio escolar.

Teoricamente, ao se estabelecer o Grupo Escolar, o Governo do Paraná precisaria dotá-lo de condições para o seu funcionamento, conforme as determinações da própria organização da escola. Entre as especificidades, destaca Nath (2013) que, “Na época, um Grupo Escolar tinha a necessidade de um Diretor e um professor regente de classe para cada uma das classes existentes.” (NATH, 2013, p. 80).

Não obstante a isso, ao recorrermos aos elementos históricos, percebemos que o prédio construído na época era simples e destoava dos modelos que já se espalhavam pelo país. A situação remete ao fato de que Cascavel era apenas uma vila em desenvolvimento.

Thomé (2005) assim descreve a estrutura do Grupo Escolar:

O Grupo Escolar construído em Cascavel não seguia os moldes e a grandiosidade dos grupos escolares construídos em São Paulo, por exemplo, que tinha toda uma arquitetura planejada para atender a demanda dos grandes centros urbanos. O Grupo Escolar de Cascavel era uma casa simples, de madeira, uma construção apenas um pouco maior, em condições de atender um número um pouco maior de alunos, já no sistema de séries separadas umas das outras ou então juntando terceira e quarta séries e primeira e segunda séries, no início. (THOMÉ, 2005, p. 58).

Diante dos estudos realizados por Thomé (2005) e Nath (2013), o Grupo Escolar fundado em Cascavel, que começou como “escolinha”, ainda na década de 1930, deu origem ao atual Colégio Estadual Eleodoro Ébano Pereira.

Os dados históricos apontam que a educação em Corbélia seguiu um caminho semelhante ao de Cascavel durante sua colonização. Com a chegada das primeiras famílias, surgiu a necessidade de instrução escolar para os seus descendentes, conforme relata Moritz:

Inicialmente, quando as primeiras famílias de pioneiros chegaram em Corbélia, não havia a instituição escolar responsável pela instrução ou escolarização dos pequenos a elas pertencentes. Alguns colonos trouxeram consigo a professora que iria ocupar-se da catequização (inicialmente) de seus filhos. Essa primeira instrução, se assim pode ser chamada, acontecia em uma pequena cabana de madeira lascada, construída à margem direita do Rio dos Porcos a mil metros da futura cidade de Corbélia. As aulas de catequese eram ministradas pela senhora Joana Reway, conforme constam nos históricos da Paróquia São Judas Tadeu. (MORITZ, 2005, p. 40).

Com o intuito de que a população criasse raízes e como muitos tinham filhos pequenos, tornou-se necessário ter uma escola para educar os seus descendentes. Por isso, ocorreram diversas discussões entre o pároco Bernardo Lube, o Senhor Armando Zanato, João Fridolino Dillemburg e outros pioneiros, com a intenção de tornar possível a construção de uma escola. Por orientação do Padre, dialogaram com

a Congregação das Irmãs Catequistas Franciscanas, de Rodeio, Santa Catarina, para que coordenassem a referida escola.

As Irmãs Franciscanas aceitaram a missão e inicialmente foram acolhidas na residência de Armando Zanato, enquanto era construída a casa das Irmãs em um terreno reservado para esse fim, pelo fundador, conforme visualizamos na Imagem 4:

Imagem 4 - Casa das Irmãs e Salão Paroquial - 1959



Fonte: Peroza (2014).

Zanato (2014) também narra esse episódio:

Em pouco tempo estava construída a “Casa das Irmãs” com ajuda de toda a população. Faltava autorização do Estado do Paraná para o funcionamento da escola e para o pagamento dos professores da velha capela que passariam à escola nova a ser construída. Outra viagem a Curitiba e Armando volta com os atos de nomeação das professoras, das irmãs e a autorização para a construção da primeira escola estadual: Escolas Reunidas São José. Inicialmente a escola foi construída às pressas em madeira para o próximo ano letivo e posteriormente em alvenaria. (ZANATO, 2014, p. 96).

Essa escola foi um marco importante na história de Corbélia. No próximo capítulo, abordamos a trajetória educacional de Corbélia, desde a fundação da

“Colônia Corbélia” até a década de 1980, quando o município já se encontrava emancipado.

## CAPÍTULO II

### A ESCOLA PÚBLICA NO MUNICÍPIO DE CORBÉLIA NO CONTEXTO DO NACIONAL-DESENVOLVIMENTISMO

Neste capítulo, discutimos sobre a escola pública, considerando o nacional-desenvolvimentismo, que teve início na década de 1930, ganhando relevância no mandato do Presidente da República Juscelino Kubitschek (1956-1961). O desenvolvimentismo significou uma ideologia disseminada pelo capitalismo em expansão, compreendendo um conjunto de ações econômicas e políticas que visavam a acelerar o processo de industrialização e a superar a condição de subdesenvolvimento do país. Entre seus objetivos estava definir metas, no sentido de atrair cada vez mais capital estrangeiro, com foco na geração de emprego para a população mais pobre, na urbanização e na industrialização<sup>16</sup>.

O desenvolvimentismo, de acordo com as demandas da expansão capitalista, exalta a ideologia de um desenvolvimento em defesa da acumulação, da riqueza nacional, da ordem e da segurança.

#### 2.1 APONTAMENTOS SOBRE INSTITUIÇÕES ESCOLARES

Segundo Marx e Engels (1984), as condições sociais, econômicas e políticas condicionam o processo de construção da história, da institucionalização e da expansão da escola. Portanto, pesquisar de que forma isso ocorreu até os dias atuais é muito mais do que apenas levantar dados históricos e estatísticos, arrolando datas e fatos. É preciso analisar que interesses econômicos, sociais e ideológicos tais mudanças atenderiam.

Na visão de Marx e Engels (1984),

Somos forçados a começar constatando que o primeiro pressuposto de toda a existência humana, e, portanto, de toda a história, é que os homens devem estar em condições de viver para poder fazer história. [...] O segundo ponto é que, satisfeita esta primeira necessidade, a

---

<sup>16</sup> O desenvolvimentismo como modelo econômico postulava que o crescimento dependia diretamente da quantidade dos investimentos e da produtividade marginal do capital. Esses dois elementos estavam ligados ao investimento estrangeiro, que os fazia variar em função de sua própria importância. O desenvolvimentismo como ideologia de um desenvolvimento autônomo no âmbito do sistema capitalista proclamava por sua vez a riqueza e a grandeza nacional, a igualdade social, a ordem e a segurança.

ação de satisfazê-la e o instrumento de satisfação já adquirido conduzem a novas necessidades – e esta produção de novas necessidades é o primeiro ato histórico. [...] A terceira condição que já de início intervém no desenvolvimento histórico é que os homens, que diariamente renovam sua própria vida, começam a criar outros homens, a procriar: é a relação entre homem e mulher, entre pais e filhos, a família (MARX; ENGELS, 1984, p. 39-41).

De acordo com o Currículo Básico para a Escola Pública Municipal da região Oeste do Paraná, “o ato pedagógico não é neutro: carrega implicações sociais, está marcado pela prática de todos os envolvidos no processo educativo e é mediado por relações sócio-históricas” (AMOP, 2014, p. 28). Nessa mesma direção, Hobsbawn (2013) argumenta que todo ser humano tem noção do passado, sendo esse uma dimensão permanente da consciência humana, um componente inevitável das instituições, valores e outros padrões da sociedade humana. Tendo em vista que a história é construída pelo passado, a educação, formal ou informal, torna-se imprescindível nesse processo.

Ao pensarmos os estágios da educação brasileira, recorreremos a Saviani (2008), que institui uma nova periodização das ideias pedagógicas no Brasil:

**1º Período** (1549 – 1759): Monopólio da vertente religiosa da pedagogia tradicional, subdividido nas seguintes fases: 1 – Uma pedagogia brasílica ou período heroico (1549-1599); 2 – A institucionalização da pedagogia jesuítica ou o *Ratio Studiorum* (1599-1759).

**2º Período** (1759 – 1932): Coexistência entre as vertentes religiosa e leiga da pedagogia tradicional, subdividido nas seguintes fases: 1 – A pedagogia pombalina ou as ideias pedagógicas do despotismo esclarecido (1759-1827); 2 – Desenvolvimento da pedagogia leiga: ecletismo, liberalismo e positivismo (1827-1932).

**3º Período** (1932 – 1969): Predominância da pedagogia nova, subdividido nas seguintes fases: 1 – Equilíbrio entre a pedagogia tradicional e da pedagogia nova (1932-1947); 2 – Predomínio da influência da pedagogia nova (1947-1961); 3 – Crise da pedagogia nova e articulação da pedagogia tecnicista (1961-1969).

**4º Período** (1969-2001): Configuração da concepção pedagógica construtivista, subdividido nas seguintes fases: 1 – Predomínio da pedagogia tecnicista, manifestação analítica da filosofia da educação e concomitante desenvolvimento da visão crítico-reprodutivista (1969-1980); 2 – Ensaio contra hegemônicos: pedagogias da “educação popular”, pedagogias da prática, pedagogia crítico-social dos conteúdos e pedagogia histórico crítica (1980-1991); 3 – Neoprodutivismo e suas variantes: neo-escolanovismo, neoconstrutivismo e neotecnicismo (1991-2001). (SAVIANI, 2008, p. 19-20).

Ao analisar a história das ideias pedagógicas no Brasil, compreendemos que seis ideários atenderam às demandas da classe dominante daquele período determinado, como pontua Saviani (2008):

O primeiro governador geral do Brasil chegou em 1549 trazendo consigo os primeiros jesuítas, cujo grupo era constituído por quatro padres e dois irmãos chefiados por Manoel de Nóbrega. Eles vieram com a missão conferida pelo rei de converter os gentios: “Porque a principal coisa que me moveu a mandar povoar as ditas terras do Brasil foi para que a gente delas se convertesse a nossa santa fé católica” de modo que os gentios “possam ser doutrinados e ensinados nas coisas de nossa santa fé” (DOM JOÃO III, 1992 pp. 145 e 148). Para atender a esse mandato os jesuítas criaram escolas e instituíram colégios e seminários que foram espalhando-se pelas diversas regiões do território. Por essa razão considera-se que a história da educação brasileira se inicia em 1549 com a chegada desse primeiro grupo de jesuítas. (SAVIANI, 2008, p. 25-26).

O caráter de aculturação dos povos nativos evidenciava a intencionalidade presente na criação das primeiras instituições escolares no Brasil ainda no século XVI, expressando seu aspecto dualista, no que se referia aos conteúdos e aos conhecimentos repassados aos filhos da classe trabalhadora e aos filhos da classe dominante.

Nesse sentido, Nagel (2001) assevera que

A educação ou a formação do homem, nessa perspectiva, é vista como um complexo e largo processo humano prenhe de possibilidades contraditórias, posto que, pode encaminhar comportamentos e/ou atitudes favoráveis à atualização das formas de trabalho adjetivando esta atualização de progresso, sem levar em consideração que este progresso pode ser o desenvolvimento natural da mesma ordem social. A educação, pois, no interior de sua complexidade, nas mãos dos educadores, tomados de forma genérica, pode concretizar, tanto a possibilidade de alterar essa ordem social pari passu com modificações estruturais no trabalho, como pode objetivar apenas uma prática otimizada da economia, tomada, à moda burguesa, de modo independente das relações sociais. (NAGEL, 2001, p. 100).

A Pedagogia Histórico-Crítica (PHC) considera a educação escolar como meio de humanização dos indivíduos, devendo configurar ato consciente e intencional de produção e reprodução do conhecimento historicamente acumulado pelos homens. Esse fator é o que diferencia os homens dos animais, pois o homem necessita produzir continuamente sua existência, que só é possível por meio do trabalho. Não se trata

apenas de uma atividade produtora de mercadorias, como é concebido pelo capitalismo, mas o trabalho é tido como “[...] atividade criativa explicitadora das potencialidades humanas.” (TONET, 2006, p. 2).

A educação tem papel fundamental no rompimento e na transformação da realidade, porém, sozinha não tem poder para isso. Assim, são necessárias condições sociais e políticas para que cumpra seu papel, sendo o conhecimento um pilar essencial para a transformação da sociedade.

Adam Smith (1996) recomendava que os trabalhadores tivessem acesso à instrução, mas em “doses homeopáticas”, ou seja, o mínimo possível, para que se tornassem produtivos. Essa visão de Smith se confirma, pois, no modo de produção capitalista, os bens produzidos, inclusive a educação, não são distribuídos de maneira igualitária. Esse caráter desigual marca a educação, haja vista que, quando foi instituída a escola para todos, a classe dominante garantiu maior acesso aos seus, e à classe trabalhadora continuou sendo ofertado o básico para desenvolvimento do trabalho.

Existem diversas formas de educação, conforme explicita Kuenzer (2002):

[...] para os que vivem das diferentes formas de trabalho, onde a precarização econômica dificulta o acesso à produção cultural dominante, a escola passa a ser espaço fundamental para a aquisição dos conhecimentos que permitam o desenvolvimento das competências requeridas na vida social e produtiva. (KUENZER, 2002, p. 2).

Quando a autora menciona as competências, não podemos confundir com o sentido do termo também utilizado na Base Nacional Comum Curricular (BNCC). A palavra na citação em destaque refere-se à qualificação necessária para a vida em sociedade e para o trabalho.

A escola configura-se como um dos principais espaços de aprendizagem e deveria estar ao alcance de todos. No entanto, no Brasil, e como consequência em Corbélia, a educação foi ofertada preferencialmente à classe privilegiada, como discorre-se a seguir.

## 2.2 A PESQUISA EM HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO

A pesquisa em história da educação é desafiadora, sobretudo, porque a preocupação com a relevância dos arquivos ainda é recente. Silva *et al.* (2012) enfatizaram que

Pesquisar em arquivos é uma atividade dura e desafiadora, ao exigir muita paciência do pesquisador. O trabalho do pesquisador via de regra consiste na busca de papéis desorganizados cabendo a ele descobrir onde localizá-los. Nesta empreitada muitas vezes é preciso superar obstáculos de ordem burocrática, da capacitação atendente na localização de arquivos. Nesta direção, a internet tem sido reconhecida como o novo recurso tecnológico para assegurar o acesso a documentação e a informação. (SILVA *et al.*, 2012, p. 64-65).

Na década de 1990, diante do neoliberalismo, alastrou-se a ideia de administração empresarial nos estabelecimentos públicos, com aplicação também nas escolas. São comuns nas instituições escolares relatos de aplicação dos 5 “s”<sup>17</sup>, realizando-se uma limpeza documental, sob a justificativa de que a sujeira e os papéis velhos deveriam ser removidos. Nessa ação, muitos documentos foram destruídos, o que permaneceu, ficou exposto a ação do tempo.

Os autores supracitados ressaltam a realidade documental nas escolas:

A situação precária nos acervos das escolas tem sido um dos problemas mais observados, consistindo na eliminação indiscriminada dos documentos. O conhecimento da documentação visa levar alunos e professores a compreender a importância na reconstrução da memória institucional. (SILVA *et al.*, 2012, p. 65).

A pesquisa em história da educação regional tem se expandido consideravelmente desde a década de 1990, principalmente devido aos estudos desenvolvidos em programas de pós-graduação, que reconhecem a importância das instituições escolares para a história da educação brasileira.

Saviani (2013) destaca que “propor-se a reconstruir historicamente as instituições escolares brasileiras implica a existência dessas instituições que, pelo seu

---

<sup>17</sup> O 5”S” é um programa de gestão de qualidade empresarial, que teve origem no Japão na Segunda Guerra Mundial. Consiste em um sistema que prevê os sentidos de utilização, organização, limpeza e padronização. A implementação do referido sistema, foi encarada principalmente em relação a limpeza, onde muitos documentos foram eliminados.

caráter durável, têm uma história que nós não apenas queremos, mas também necessitamos conhecer.” (SAVIANI, 2013, p. 29).

De acordo com Andrade e Toledo (2011),

A possibilidade de se escrever a história da educação brasileira e regional sob um prisma diferente daquele que dá espaço apenas às narrativas emanadas de documentos oficiais tem sido um importante elemento motivador para as pesquisas sobre instituições escolares. É uma proposta que visa à valorização das peculiaridades regionais, sem desconsiderar as dimensões nacionais. Ao analisar as características de uma determinada instituição, espacial e geograficamente determinada, nasce a possibilidade de conhecer o contexto histórico-político e social que a criou. (ANDRADE; TOLEDO, 2014, p.180).

Compreender a trajetória histórica da educação no município de Corbélia pressupõe analisar o contexto das esferas nacionais e estaduais durante o período pesquisado. Em nível nacional, levando em consideração a ordem cronológica dos fatos, durante o processo de industrialização no século XX, houve uma certa emergência em alfabetizar os trabalhadores para que eles tivessem condições de operar os maquinários.

Barros (2009) argumenta que

A história local é uma realidade no quadro geral de modalidades historiográficas contemporâneas, notadamente no Brasil - país com vasta extensão territorial e, conseqüentemente, dotado de uma enorme multiplicidade de espaços internos, concretos e imaginários. (BARROS, 2009, p. 1).

Estudar a história local é uma forma de conhecer o espaço escolhido, não só em aspectos geográficos ou naturais, mas os fatos e momentos que marcaram o espaço e o tempo, escrevendo, assim, a história do objeto de pesquisa. Barros (2009) ainda pontua: “Quando se diz que “Toda História é Local”, pretende-se lembrar assim como toda história é pronunciada de um certo momento no tempo, qualquer história é produzida a partir de um lugar.” (BARROS, 2009, p. 3).

Para preservar a história local, necessita-se primeiramente preservar as fontes históricas, que têm tido relevância e importância por parte dos pesquisadores apenas recentemente. Nessa tarefa, requer-se persistência, pois geralmente se investiga em papéis desorganizados e, para chegar ao resultado esperado, são impostos diversos

obstáculos, como arquivos descentralizados, documentos em péssimo estado de conservação e dificuldade de acesso às informações.

As fontes de pesquisa da história das instituições escolares devem ser vistas como uma ponte entre passado, presente e futuro. Ao serem produzidas, deixam suas marcas naquele momento histórico, ao serem indagadas no futuro, fazem parte do passado, e o futuro é construído a partir das análises de quem as resgata.

A esse respeito, Lombardi (2003) comenta que,

Às vezes existe o problema das fontes serem lacunares, parciais, escassas, raras ou dispersas. Assim, é preciso usar as informações iniciais, para que essas nos levem a novos dados, lendo “nas linhas e entrelinhas” e atentos aos indícios que levam a novas perguntas e a novas fontes – formando, dessa forma, uma rede de informações. Importa não recorrer a uma única fonte, mas sim confrontar várias fontes que dialoguem com o problema de investigação e possibilitem (ou não) que se dê conta de explicar e analisar o objeto investigado. (LOMBARDI, 2003, p.12).

A pesquisa relacionada à história da educação se justifica na busca de novos conhecimentos na compreensão da realidade em questão. Além disso, para se ter uma visão completa do objeto, é necessário ir do abstrato ao concreto, “[...] através do efetivo movimento da teoria para a prática e desta para a teoria [...] buscando sua concretude”. (KUENZER, 1998, p. 64)<sup>18</sup>.

Por mais relevantes que sejam as fontes, elas não se explicam por si só, requerendo uma investigação minuciosa do pesquisador. Essas fontes só apresentam sentido caso sejam analisadas diante do contexto político e social de cada época, considerando a categoria da totalidade.

Ao nos depararmos pela primeira vez com as fontes, é possível extrair elementos importantes para a pesquisa, os quais nos levam a responder às questões propostas, porém, é impossível esgotá-las. Diante das respostas que elencamos, outros questionamentos serão feitos, e, ao retornar às fontes, teremos nossa

---

<sup>18</sup> Tal movimento busca, por meio do empírico, reconstruir e reformular uma teoria já posta, na sua relação com o objeto de investigação, trazendo à tona o conhecimento verdadeiro. Diante disso, a totalidade, as categorias de contradição e a mediação devem ser consideradas durante o processo de investigação da realidade. A contradição irá desvelar, no movimento, as contradições, continuando, assim, o percurso histórico. Já a mediação está ligada ao Materialismo Histórico-Dialético (MHD), no sentido de que o todo não é simplesmente uma junção das partes, mas sim a sua relação com as partes. De acordo com Kuenzer (1998), “[...] no contexto do real nada é isolado; isolar os fatos significa privá-los do sentido e inviabilizar sua explicação, esvaziando-os de seu conteúdo.” (KUENZER, 1998, p. 65).

percepção modificada, transformada pelo movimento histórico estabelecido e a percepção de novos elementos.

A seleção das fontes e a escolha de algumas em detrimento de outras se explicam pelo problema e pelos objetivos do trabalho. Manacorda (1989) destaca a responsabilidade assumida pelo pesquisador nesse aspecto, considerando a quantidade de documentos e informações acumulada ao longo dos anos. Portanto, entendemos que as escolhas estão repletas de intencionalidades e interesses, representam valores que podem estar implícitos ou explícitos no decorrer da pesquisa.

Diante desses aspectos, fica evidente que a escrita da história não é meramente uma enumeração de fatos ou eventos, já que o historiador não é um sujeito imparcial ou neutro no processo, mas movido por sua personalidade, que é condicionada ao meio social em que convive.

Considerando que as pesquisas em história da educação têm aumentado nos últimos anos, na seção seguinte, ressaltamos a produção acadêmica acerca do tema proposto.

### 2.3 A PRODUÇÃO ACADÊMICA SOBRE O TEMA

Ao realizar uma busca sobre a produção acadêmica relacionada ao tema estudado, foi possível identificar trabalhos em nível de graduação, de especialização e de mestrado, alguns dos quais abordaram a educação no Oeste do Paraná.

Grindier Forte (2017), graduada em História pela Universidade Tuiuti do Paraná, em seu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), intitulado *Festa das mães. A construção da identidade e a manutenção dos laços de sociabilidade no distrito Nossa Senhora da Penha (1996-2016)*, discutiu a história do município de Corbélia, com foco em uma tradição do distrito de Nossa Senhora da Penha.

Em nível de especialização, foram encontrados seis trabalhos. Em 2005, Leila Lucia Pavan Moritz, especialista em História da Educação Brasileira pela Unioeste, produziu a monografia intitulada *História da Educação no município de Corbélia – Pr nas décadas de 50/60*, que relata o estudo realizado sobre a educação no município de Corbélia, resgatando o processo histórico em que ela estava inserida no período de 1940 a 1970.

Também em 2005, Sérgio Antônio Thomé discute a gênese da primeira escola primária no município de Cascavel a partir de sua monografia, intitulada *A primeira escola primária em Cascavel*.

Em 2007, Denise Kloeckner Sbardelotto escreveu uma monografia de especialização, intitulada *História do Colégio Estadual Bartolomeu Mitre: Primeiro Grupo Escolar do Oeste do Paraná*. Seu objetivo foi investigar a história das primeiras iniciativas educacionais na região “pioneira” de ocupação brasileira do Oeste do Paraná, que culminou na criação da primeira instituição de ensino pública: o Grupo Escolar Caetano Munhoz da Rocha, que, posteriormente, passou a chamar-se Grupo Escolar Bartolomeu Mitre.

Ainda em 2007, Marisa Marta Moenster Reimann, descreve, por meio da monografia intitulada *História da Educação em Mercedes: uma perspectiva*, a trajetória educacional no atual município de Mercedes, a fim de compreender o contexto de colonização, de estruturação do espaço, de caracterização da população e a forte corrente migratória ocorrida no século passado para a região.

Tatiane Zanin, em 2010, obteve o título de Especialista em História da Educação Brasileira pela Unioeste, com o trabalho *História da escolarização de Guaraniaçu: da colonização aos nossos dias*. A pesquisadora relatou os aspectos históricos, econômicos, geográficos, políticos e educacionais do Município de Guaraniaçu, desde sua colonização até os dias atuais, analisando como esses aspectos contribuíram para a ascensão e declínio das escolas rurais dessa cidade.

No mesmo ano, Patrícia Pacheco discutiu a relação entre a instituição ensino Manoel Ludgero Pompeu e o projeto de sociedade vigente no período de sua constituição, compreendendo como se articula a educação pública no contexto histórico, político e econômico da época e analisando que efeitos causaram na região e no município de Cascavel. Sua monografia intitula-se: *História das instituições escolares: Escola Manoel Ludgero Pompeu (1967-1997) Cascavel rumo ao progresso*.

Partindo para os estudos realizados em nível de mestrado, localizamos no programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação da Unioeste, *campus* de Cascavel, seis pesquisas, e no Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em História da Unioeste, *campus* de Marechal Cândido Rondon, uma, as quais são descritas a seguir.

Maria Valdeny Ferreira Gomes, em 2012, desenvolveu sua dissertação a partir do tema *A expansão da escola pública primária na região Oeste do Paraná (1970-*

1980). A pesquisadora discutiu como se deu a expansão da escola pública no estado do Paraná nas décadas de 1970 e 1980.

Em 2013, Tatiane Zanin defendeu a dissertação *A constituição da escola pública no município de Guaraniaçu: Percursos históricos*. A autora buscou compreender o processo de constituição da escola pública primária no município de Guaraniaçu, evidenciando elementos históricos da organização da educação institucionalizada.

No mesmo ano, Valdecir Antonio Nath apresentou o estudo intitulado: *A primeira escola secundária pública de Cascavel: O Ginásio Wilson Joffre (1960-1980)*, em que destaca a trajetória histórica do Colégio Wilson Joffre e seu pioneirismo no município de Cascavel.

Também em 2013, Jehnny Zélia Kalb Facchi, defendeu sua pesquisa de Mestrado, com o título *História da formação de professores em Cascavel entre 1951 e 1971: a trajetória das escolas normais Carola Moreira e Irene Rickli*, onde estudou sobre a formação dos educadores no município de Cascavel, entre os anos de 1951 e 1971, com foco para a Escola Normal Regional Carola Moreira (1956-1968) e Escola Normal Colegial Irene Rickli (1963-1971).

Em 2015, Claudia Pagnoncelli desenvolveu uma pesquisa que descreve o processo de institucionalização da Educação Infantil no município de Cascavel. A dissertação recebeu o seguinte título: *A institucionalização da educação infantil no município de Cascavel: Uma abordagem histórica (1970-2013)*.

Em 2016, Lidiane Maciel Mufatto apresentou sua pesquisa intitulada *O projeto especial multinacional de educação – Brasil – Paraguai – Uruguai e a concepção de escola pública na região Oeste do Paraná: 1975 a 1983*, que teve como objetivo analisar o referido projeto, discutindo a concepção de escola pública presentes nos documentos em confronto com as demandas sociais e históricas da região Oeste do Paraná.

Em 2019, Sandra Inês Lindner, defendeu a dissertação *A escolarização em Toledo: Uma luz na escuridão da mata – Fundação Educacional de Toledo – FUNET (1974 – 1984)*, na qual discute o papel desempenhado pela FUNET na escolarização em Toledo, após o desmembramento do município de Foz do Iguaçu.

Em 2020, Sander Fernando de Paula, defendeu a dissertação *A escolarização no Oeste do Paraná: Os grupos escolares de Medianeira (1950-1978)*, na qual discute a constituição dos Grupos Escolares no município de Medianeira.

No Programa de Pós-Graduação em História da Unioeste, *campus* Marechal Cândido Rondon, localizamos somente uma pesquisa, produzida por Claudia Ferreira de Melo, em 2016, intitulada *Cidade, ensino e memórias públicas em Cascavel – Pr.* A pesquisadora discutiu o ensino de História local e a sua relação com a memória.

Ao buscarmos estudos acadêmico-científicos voltados à história da educação regional, fica evidente que o tema ganhou relevante interesse na área de resgate das memórias educacionais da região. Não identificamos nenhuma pesquisa que abordasse a escolarização em Corbélia, o que permite que nossa investigação preencha tal lacuna historiográfica.

## 2.4 A ESCOLA PÚBLICA NO BRASIL

Diante das dificuldades enfrentadas pelos portugueses para administrar o regime de capitâneas hereditárias, criou-se o Governo Geral, tendo como incumbência apoiar as capitâneas, a fim de que o processo de colonização seguisse um fluxo normal. Dentre as mudanças impostas pelo Regimento de D. João III estava a conversão dos indígenas à fé católica, por meio da catequese e da instrução. Assim, a história da educação, no Brasil, tem início em 1549, com a chegada dos Jesuítas. “Em cumprimento a isto, chegam, com Tomé de Souza, quatro padres e dois irmãos jesuítas, chefiados por Manoel de Nóbrega (1549).” (RIBEIRO, 2007 p. 18).

Acreditava-se que somente por meio da aculturação indígena e da conversão aos valores morais e espirituais do catolicismo seria possível solidificar definitivamente a colonização portuguesa no Brasil. É possível concluirmos, desse modo, que a organização escolar no Brasil Colônia estava intimamente ligada aos interesses políticos dos portugueses.

Devido aos costumes indígenas, a criança participava diretamente das atividades da tribo, e o aprendizado decorrente dessa prática fornecia a formação necessária para a vida adulta. Não havia entre eles traços de escolarização.

Desde o princípio, a educação brasileira foi marcada por uma dualidade, pois a Companhia de Jesus exercia sua ação educativa de maneira distinta entre indígenas e os filhos da classe dominante. As aulas ofertadas aos indígenas ocorriam em espaços improvisados, que eram por eles construídos nas missões. Já aos filhos da aristocracia eram destinados os colégios, construídos para atendê-los.

Romanelli (1986) destaca que a educação escolar atendia a um grupo restrito de pessoas que fazia parte da classe dominante, pois “[...] deveriam estar excluídos dessa minoria as mulheres e os filhos primogênitos, aos quais se reserva a direção dos negócios paternos. Destarte, a escola era frequentada pelos filhos homens que não os primogênitos.” (ROMANELLI, 1986, p. 33).

Por mais de 200 anos, os jesuítas foram os principais educadores presentes no Brasil. Embora tenham fundado inúmeras escolas para ensinar a ler, a escrever e a contar, a prioridade dos colégios era o ensino secundário. Todavia, diante da assinatura do Tratado de Madri, em 1750, as relações entre Portugal e a Companhia de Jesus se deterioraram, culminando na expulsão dos Jesuítas em 1759.

A respeito disso, Romanelli (1986) relata que

Inúmeras foram as dificuldades daí decorrentes para o sistema educacional. Da expulsão até as primeiras providências para a substituição dos educadores e do sistema jesuítico transcorreu um lapso de 13 anos. Com a expulsão desmantelou-se toda uma estrutura administrativa de ensino. (ROMANELLI, 1986, p. 36).

A reforma Pombalina, ocorrida em 1759, configurou-se como os primeiros resquícios de educação pública no Brasil. O sistema era formado por Aulas Régias de latim, grego, filosofia e retórica, ministradas por professores mantidos pelo Estado. Pedagogicamente, esse sistema pode ser visto como um retrocesso em relação ao Curso de Humanidades, estruturado pelos Jesuítas. Em 1807, Portugal foi invadido pelas tropas francesas, situação que levou à fuga da família para o Brasil, sob a guarda inglesa. Diante disso, em 1808, o príncipe regente foi obrigado a decretar a abertura dos portos, tão pleiteada pelos grupos coloniais e ingleses.

O estabelecimento do Brasil como sede do reinado português precedeu uma reorganização administrativa, incentivando o aumento da vida urbana não só no Rio de Janeiro, que era a capital, mas também em Vila Rica, Salvador e Recife. Isso demandou medidas imediatas relacionadas ao campo intelectual, como atesta Ribeiro (2007):

[...] a criação da Imprensa Régia (13-05-1808), Biblioteca Pública (1810 – franqueada ao público em 1814), Jardim Botânico no Rio (1810), Museu Nacional (1818). Em 1808 circula o primeiro jornal (A Gazeta do Rio), em 1812 a primeira revista (As Variações ou Ensaios de Literatura), em 1813, a primeira revista carioca – O Patriota. (RIBEIRO, 2007, p. 40).

A educação escolarizada<sup>19</sup> apresentou-se como fator determinante de ascensão de uma camada intermediária na organização social presente no Brasil no século XIX, a pequena burguesia. Esse grupo tem suas raízes na mineração, porém, havia também pessoas ligadas ao jornalismo, às letras e à política.

As relações de poder mediadas por essa demanda social revelam as características dominantes do ensino brasileiro. Apesar de a pequena burguesia conquistar o direito à escolarização, o sistema de ensino continuava voltado às elites rurais.

A declaração de Independência, de 1822, trouxe a emancipação política do Brasil. A partir de medidas institucionais, a questão do ensino público entrou em expansão. Até esse período, a educação era precária, tendo apenas algumas Aulas Régias. O discurso da época era marcado pela necessidade de construção de escolas, para que a nação tivesse acesso à educação. Aranha (1996) assevera que,

Logo após a independência, já na Assembleia Constituinte de 1823, com a vitória dos liberais sobre os conservadores, as discussões voam alto demais. Inspiradas nos ideais da Revolução Francesa, aspiram um sistema nacional de instrução pública que resultou em lei nunca cumprida. (ARANHA, 1996, p. 152).

Com a dissolução da Assembleia Constituinte e a outorga da Constituição pela Coroa, em 1824, o princípio da liberdade de ensino foi mantido, contudo, sem restrições ou intenção de instrução primária gratuita a toda a população. É possível afirmar que a primeira proposta de criação de escolas primárias foi o Projeto Januário da Cunha Barbosa, que culminou no Decreto de 15 de outubro de 1827, que finalmente citava a garantia de instrução primária a todos os cidadãos do Império<sup>20</sup>.

---

<sup>19</sup> A presença de D. João, príncipe regente, por 12 anos, trouxe mudanças significativas no campo educacional, como a criação dos primeiros cursos superiores não teológicos na colônia. Apesar da organização em aulas avulsas, os cursos tinham sentido profissional. Destacam-se a Academia Real da Marinha e a Academia Real Militar, que mais tarde foi convertida em Escola Central e Escola Militar de Aplicação. Criaram-se também os cursos médico-cirúrgicos, que mais tarde deram origem às Faculdades de Medicina, o curso de Economia Política, além da tentativa de implantação do ensino técnico superior, por meio da constituição do Gabinete de Química e do curso de Agricultura, mas esses não tiveram êxito. Não podemos deixar de assinalar a presença da Missão Cultural Francesa, que mais tarde deu origem à Escola Nacional de Belas Artes.

<sup>20</sup> Apesar do projeto fazer menção ao modelo Europeu, a legislação vigente o converteu em simples Escolas de Primeiras Letras, que tinham como objetivo o ensino da leitura e da escrita, além das quatro operações matemáticas, noções de geometria, gramática e doutrina católica. De acordo com Aranha (1996), “Os resultados, porém, dessa lei que fracassou por várias causas, econômicas, técnicas e políticas, não corresponderam aos intuítos do legislador.” (ARANHA, 1996, p. 152).

Nesse caso, descentralizou-se a responsabilidade sobre a educação elementar e secundária para as províncias e manteve-se a cargo da Coroa apenas o ensino superior. Romanelli (1986) salienta que, a partir disso, tentou-se

[...] reunir antigas aulas régias em liceus, sem muita organização. Nas capitais, foram fundados os liceus provinciais. A falta de recursos, no entanto, que um sistema falho de tributação e arrecadação da renda acarretava, impossibilitou as Províncias de criarem uma rede organizada de escolas. O resultado foi que o ensino, sobretudo o secundário, acabou ficando nas mãos da iniciativa privada e o ensino primário foi relegado ao abandono, com pouquíssimas escolas, sobrevivendo à custa de alguns mestres-escola, que, destituídos de habilitação para o exercício de qualquer profissão rendosa, se viam na contingência de ensinar. (ROMANELLI, 1986, p. 40).

Constatamos, nas palavras da autora, a educação destacando a sua dualidade. O fato de os cursos secundários, em sua maioria, serem ofertados em instituições particulares, tornava a educação cada vez mais classista e excludente, visto que só os mais abastados poderiam arcar com os estudos de seus filhos<sup>21</sup>.

No que tange ao ensino elementar, apesar de estar previsto em lei desde 1824, com a reforma de 1834, foi descentralizado para as províncias. Como a conclusão do ensino primário não era exigida para ascensão aos demais níveis, os filhos da elite eram educados em casa, por preceptores. Para os demais, o que restava eram as pouquíssimas escolas, conforme é possível perceber nas palavras de Ribeiro: “A instrução primária continuou constituída de aulas de leitura, escrita e cálculo. Pressupõe-se que cerca de um décimo da população a ser atendida o era realmente. Não se tem certeza, já que não existiam estatísticas educacionais.” (RIBEIRO, 2007, p. 56).

Desse modo, o modelo de ensino mútuo inspirado no Pedagogo inglês Lancaster fracassa, haja vista que objetivava instruir o maior número de alunos no menor tempo possível. Mesmo com a comprovada ineficiência, a utilização desse modelo é percebida entre os anos de 1823 e 1838<sup>22</sup>. Os embates entre os intelectuais

---

<sup>21</sup> Aos poucos, o ensino secundário foi se transformando em meros cursinhos preparatórios para o ensino superior. Nem os liceus provinciais escaparam da legislação que isentou a obrigatoriedade de frequência, instituindo a matrícula por disciplinas e eliminação da seriação.

<sup>22</sup> A reforma constitucional de 1881 trouxe consigo a obrigatoriedade do domínio da leitura e da escrita para aquisição do direito ao voto. Isso tornou esse direito ainda mais restrito, pois também existia a seleção pela renda. A pequena burguesia, de composição heterogênea, não se contentava com o modelo simplista ofertado, e diante de uma pressão histórica, lutou pelo rompimento das limitações

e homens públicos da época ficam evidentes na reflexão da autora. Alguns admitiam o caráter de exclusão social, com a obrigatoriedade de alfabetização para ter acesso ao voto.

Sob a liderança da camada média da sociedade, composta em sua maioria por militares e com o apoio significativo da elite cafeeira, em 1889, foi proclamada a República. Com ela surge um novo modelo de governo no Brasil, pautado no presidencialismo. O período foi marcado por diversas reformas relacionadas à educação, com grande influência do ideário liberal e do positivismo.

Em 1891, foi aprovada a Constituição Republicana, cujo critério de renda foi retirado das exigências para o alistamento eleitoral, mas permaneceu a restrição do voto para os analfabetos. Claramente, o poder público não tinha interesse em expandir o sistema escolar<sup>23</sup>.

O período da Primeira República pode ser definido pela presença de dois movimentos ideológicos, que expressavam as demandas dos intelectuais de setores dominantes: entusiasmo pela educação” e otimismo pedagógico<sup>24</sup>. Ghirardelli (1992) assim os explica:

O entusiasmo pela educação teve um caráter quantitativo, ou seja, em última instância resumiu-se na ideia de expansão da rede escolar e na tarefa de desanalfabetização do povo. O otimismo pedagógico insistiu na otimização do ensino, ou seja, na melhoria das condições didáticas e pedagógicas da rede escolar. Portanto, muitas vezes atuando em separado e até mesmo contra o entusiasmo, o otimismo caracterizou-se por sua ênfase nos aspectos qualitativos da problemática educacional. (GHIRARDELLI, 1992, p. 15).

O analfabetismo era utilizado como fator de exclusão social, visto como uma incapacidade, desconsiderando o analfabeto como cidadão. Essa postura reforçava o

---

impostas pela constituição. Como pontua Romanelli (1986), “E a instituição da escola, calcada no princípio da dualidade social, iria aos poucos ter seus alicerces comprometidos pelo crescimento e complexificação dessas camadas.” (ROMANELLI, 1986 p. 42).

<sup>23</sup> O contexto político da época não contava com uma base de representação popular, e tampouco tinha interesse em criá-la. Assim, a composição dos colégios eleitorais era restrita, possibilitando fraudes eleitorais.

<sup>24</sup> O otimismo é cronologicamente posterior ao entusiasmo. Surgido nos anos de transição do Império para a República, principalmente entre 1887 e 1896, o entusiasmo sofreu um recuo entre 1896 e 1910, depois nos anos 10 e 20 alcançou seus melhores dias. O otimismo, ao contrário, é típico de meados dos anos 20 e alcançou seu apogeu já na Segunda República, nos anos 30 (GHIRARDELLI, 1992).

preconceito das elites com relação às camadas populares, o que as distanciava ainda mais da vida política do país<sup>25</sup>.

Dessa forma, a organização escolar da Primeira República foi marcada por uma dualidade, advinda da descentralização que determinava que à União competia legislar sobre o ensino superior na capital, podendo criar instituições de ensino secundário nos estados, mas não como prioridade. Assim, os estados com maior poder aquisitivo assumiram a responsabilidade pelo ensino, ao passo que os menos abastados transferiram a responsabilidade aos seus municípios, ainda mais pobres.

Essa forma de organização veio acompanhada de graves danos ao sistema educacional, como podemos verificar na afirmação de Xavier (1994):

A consequência dessa política foi, sem dúvida, a perpetuação da precariedade da escola primária, tanto do ponto de vista da sua qualidade, como da sua expansão. Consolidava-se ainda a extrema disparidade dessa espécie de atendimento escolar, nas várias regiões do país, presente em todo o Período Imperial. <sup>26</sup>(XAVIER, 1994, p. 105).

Foi somente quando a estrutura agroexportadora passou a ser substituída pelo modelo agroindustrial que o quadro educacional passou por diversas alterações significativas, principalmente no que se refere à escola pública primária. Romanelli (1986)<sup>27</sup> pontua:

---

<sup>25</sup> Diante da adoção do modelo político norte-americano, e para atender aos interesses tanto dos setores liberais quanto dos senhores do café, houve uma descentralização de recursos, com o intuito de concentrar a renda e não a dividir com os demais.

<sup>26</sup> Ciente dessa dualidade, na Primeira República, houve diversas tentativas de reformas para a solução dos problemas educacionais mais graves, porém, não lograram êxito. A primeira e mais ampla foi a de Benjamin Constant, que não chegou a ser posta em prática na maioria de seus aspectos. Ele sugeriu mudanças no ensino primário e secundário, consagrou a divisão por séries e a valorização das disciplinas científicas em detrimento das humanas. A resistência da elite e da Igreja Católica impediu o avanço do projeto, como é possível perceber nas palavras Romanelli (1986): “Se a reforma de Benjamin Constant teve o mérito de romper “com a antiga tradição do ensino humanístico”, não teve, porém, o cuidado de pensar a educação a partir de uma realidade dada, pecando, portanto, pela base e sofrendo dos males de que vão padecer quase todas as reformas educacionais que se tentou implantar no Brasil.” (ROMANELLI, 1986, p. 42).

<sup>27</sup> Devido à autonomia dada aos Estados, as diferenças se deram não só no que tange à economia, mas também à educação. Os Estados que detinham o poder na política e eram mais abastados financeiramente puderam equipar seu sistema educacional, já os mais pobres ficavam à mercê da própria sorte, distanciando-se cada vez mais os sistemas escolares estaduais. O quadro educacional na Primeira República foi delineado pelos interesses e pela realidade da população, que, na sua maioria, residia no campo e trabalhava com técnicas arcaicas de cultivos, as quais não exigiam nem mesmo a alfabetização como requisito para o trabalho. Já as classes operárias e médias, que habitavam os centros urbanos, buscavam a escolarização, pois era necessária para garantir emprego nas poucas fábricas existentes ou para ascender socialmente.

De um lado, no campo das ideias, as coisas começaram a mudar-se com movimentos culturais e pedagógicos em favor de reformas mais profundas; de outro, no campo das aspirações sociais, as mudanças vieram com o aumento da demanda escolar impulsionada pelo ritmo mais acelerado do processo de urbanização ocasionado pelo impulso dado à industrialização após a I Guerra e acentuado depois de 1930. (ROMANELLI, 1986, p. 45).

Diante do exposto, é possível entender que a educação correspondia cada vez mais às reais exigências da sociedade vigente mediante as condições socioeconômicas, políticas e culturais existentes no período.

## 2.5 A ESCOLA PÚBLICA E O DESENVOLVIMENTISMO NO BRASIL

A queda do governante Washington Luiz, em outubro de 1930, ocorreu diante de um movimento armado, que surgiu ao Sul do país, com repercussão em diversos pontos do Brasil. Romanelli (1986) explica que “Esse movimento era um dos aspectos assumidos pela crise do desenvolvimento, crise que vinha de longe acentuando-se nos últimos anos da década de 20.” (ROMANELLI, 1986, p. 47).

Os anos de 1930 significaram o processo de muita efervescência política no rompimento com aquelas estruturas tradicionais oligárquicas do Império. Assim, tem-se origem, “[...] mesmo que de uma maneira um pouco confusa de início, a ideologia política – o nacional-desenvolvimentismo – e o modelo econômico compatível – a substituição de importações.” (RIBEIRO, 2007, p. 103).

O primeiro período do governo de Vargas foi marcado pela instabilidade gerada a partir do conflito de interesses entre as classes sociais. Os 15 anos em que Vargas esteve no poder podem ser divididos em períodos distintos: de 1930 a 1937, o governo foi marcado pela instabilidade; de 1937 a 1945, por uma ditadura.

Anísio Teixeira, recém-chegado dos Estados Unidos da América (EUA), onde estudou com John Dewey, assumiu, em meados de 1932, a obra de reformulação pedagógica do Distrito Federal, iniciada por Fernando de Azevedo. Teixeira tentou implantar seus princípios pedagógicos, juntamente com uma política educacional no sentido da democratização do ensino, no estilo do novo liberalismo americano, que via a escola como meio de diminuir as desigualdades sociais impostas pelo capitalismo.

A Constituição de 1934, no capítulo da educação, apresentou pontos contraditórios ao atender às pretensões de reformadores e católicos. Apesar disso, deu bastante ênfase à educação, dedicando-lhe o Capítulo II. Sobre isso, Ribeiro (2007) destaca:

A reivindicação católica quanto ao ensino religioso é atendida, assim como outras ligadas aos representantes das “ideias novas”, como as que fazem o Brasil ingressar numa política educacional de educação desde que atribui a União a competência privativa de traçar as diretrizes da educação nacional (cap.I art. 5º, XIV) e de fixar o plano nacional de educação (art. 151). Aos estados, segundo este artigo, competia organizar e manter os seus sistemas educacionais, respeitadas as diretrizes definidas pela União. (RIBEIRO, 2007, p. 116).

Da mesma forma que a expansão capitalista não aconteceu de forma igualitária no país, a expansão da demanda por educação só se desenvolveu nos espaços onde se intensificaram as relações de poder capitalista, conforme assevera Romanelli (1986):

[...] de um lado, iniciamos nossa revolução industrial e educacional com um atraso de mais de 100 anos, em relação aos países mais desenvolvidos, de outro, essa revolução tem atingido de forma desigual o próprio território nacional. Daí, resultou uma defasagem histórica e, se assim podemos exprimir-nos, geográfica que se tem traduzido pela presença de contradições cada vez mais profundas patenteadas através dos seguintes fatos:

- a) O fato de vivermos, em matéria de educação, como nos demais aspectos da vida social, duas ou mais épocas históricas, simultaneamente, e de sermos com isso obrigados a resolver problemas que outros povos já resolveram há um século ou mais, enquanto enfrentamos situações mais complexas, cuja superação está a exigir uma tradição cultural e educacional, que ainda não temos.
- b) E, com isso, o fato de expor-nos ao risco de enfrentar e até mesmo, a nosso ver, de passar a viver o dualismo educacional que se traduz pela presença do analfabetismo e ausência de educação primária gratuita e universal, ao lado de uma profunda e sofisticada preocupação pedagógica. (ROMANELLI, 1986, p. 60-61).

A luta de classes se acirrando à expansão escolar oscilou entre as necessidades sociais decorrentes das relações capitalistas e das tensões entre essas

lutas<sup>28</sup>. O período entre 1956 e 1961 significou a fase áurea do desenvolvimento econômico capitalista industrial, com grandes possibilidades de empregos, porém, com lucros expressivos. Leôncio Basbaum (1975), sobre esse cenário, afirmou que o pensamento dominante inverteu a proposição “um povo rico faz uma nação rica”, confundindo a expansão industrial com industrialização e desenvolvimento nacional, além de abandonar a região nordestina e de aceitar a estrutura agrária incompatível com a expansão industrial e o desenvolvimento nacional.

Neste capítulo, destacamos a importância da produção acadêmica sobre a história das instituições escolares no Brasil, apresentando um conjunto de estudos que focalizaram a educação na região Oeste do Paraná. Discutimos também a importância da escola pública no Brasil e no Paraná, diante do movimento nacional-desenvolvimentismo e dos aspectos políticos, sociais e econômicos do período estudado. No capítulo seguinte, discutimos como se deu a escolarização no município de Corbélia, destacando o percurso histórico da Escola São José e da Escola Nossa Senhora Aparecida.

---

<sup>28</sup> No início da década de 1950, o governo tomou diversas medidas a fim de incentivar o desenvolvimento econômico, enfatizando a industrialização. Por meio de um crédito externo de 500 milhões de dólares, realizaram-se investimentos nos sistemas de transporte e energia. Fausto (2013) salienta que “Em 1952, foi fundado o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), diretamente orientado para o propósito de acelerar o processo de diversificação industrial.” (FAUSTO, 2013, p. 349).

### **CAPÍTULO III**

#### **A ESCOLARIZAÇÃO NO MUNICÍPIO DE CORBÉLIA**

A partir das considerações realizadas nos capítulos anteriores, neste terceiro capítulo concentramo-nos mais diretamente no processo de escolarização em Corbélia nas décadas de 1950-1980. Para tanto, levamos em conta os aspectos sociais, políticos, econômicos e religiosos que permearam o campo educacional nessa localidade.

O modelo de desenvolvimento econômico, com base na industrialização e na urbanização, sobretudo, a partir de 1950, em nível nacional, influenciou, nas décadas de 1960 a 1980, a expansão da região Oeste do Paraná, promovendo o crescimento dos municípios. Para atender às demandas educativas, houve nesse período a criação de diversas escolas municipais, principalmente no campo. Nesse sentido, examinamos o processo de abertura e de fechamento dessas instituições no período em destaque.

Conforme ressaltamos nos capítulos anteriores, o período republicano, especialmente a partir de 1950, significou a fase áurea do desenvolvimento econômico capitalista industrial, em face do processo de urbanização e de modernização, resultando em um novo modelo escolar. Na década de 1960, o Brasil viveu momentos decisivos.

Com a Ditadura civil-militar, os militares assumiram o poder, elaborando um conjunto de medidas relacionadas à educação, conforme revela Ribeiro (2007):

[...] em primeiro lugar a criação do MOBRAL (Movimento Brasileiro de Alfabetização) em 15-12-1967 (Lei nº 5.370) que, no entanto, teve suas atividades regularmente iniciadas apenas em setembro de 1970; em segundo lugar, a aprovação da Lei nº 5.540/68, de 28-11-1968, que fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e suas articulações com a escola média e dá outras providências; em terceiro lugar a aprovação da Lei nº 5.692/71 de 11-08-1971, que fixa diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º grau e dá outras providências. (RIBEIRO, 2007, p. 190-191).

Para analisar as medidas mencionadas pela autora, devemos levar em consideração a concepção tecnicista de educação, especialmente quando trata da

“teoria do capital humano” e da concepção crítico-reprodutivista<sup>29</sup>. Segundo Fausto, “[...] foi o instrumento de uma revolução dentro da revolução ou, se quiserem de uma contrarrevolução dentro da contrarrevolução.” (FAUSTO, 2013, p. 409). Diferente dos atos anteriores, não era uma medida transitória, pois não tinha prazo de vigência<sup>30</sup>.

O período entre 1969 e 1973 ficou conhecido como “Milagre Brasileiro”, que corresponde à disponibilidade de recursos internacionais na economia, abrindo possibilidades para empréstimos externos. Ocorreu também no país o crescimento nos investimentos de capital estrangeiro, principalmente no setor da indústria automobilística. Outro fator relevante foi a expansão do Comércio exterior, que foi estimulado e incentivado pelo governo por meio da concessão de crédito, da isenção ou da redução de tributos e outras medidas.”

O “Milagre econômico” significou uma disparidade entre o desenvolvimento econômico e o abandono dos programas sociais. De um lado, destacava-se em seu potencial de modernização industrial, de outro, havia um baixo índice de investimento na saúde, na educação e na habitação, aprofundando as desigualdades sociais. Todo esse cenário teve impacto no município foco desta pesquisa, como destacamos a seguir.

### 3.1 A IMPLANTAÇÃO DAS ESCOLAS PÚBLICAS EM CORBÉLIA

De acordo com os dados do IBGE (BRASIL, 2010), o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) em Corbélia, em 2019, foi de 6,3, o décimo melhor índice em relação à microrregião. No caso dos anos finais do Ensino Fundamental, o município ocupou o oitavo da região, com um índice de 5,1.

No Censo de 2010, o IBGE apurou que, na cidade, a taxa de escolarização era de 97,9% na faixa etária dos seis aos quatorze anos. Em 2020, o total de matrículas no Ensino Fundamental (anos iniciais e finais) foi de 2.115 alunos, ao passo que no

---

<sup>29</sup> Esse período foi marcado por diversos Atos Institucionais, com destaque ao Ato Institucional nº 5 (AI-5), que removeu direitos civis e individuais, fortalecendo a censura e a tortura, época de grande repressão da ditadura.

<sup>30</sup> Diante da falta de colaboração dos setores que tinham influência na sociedade, em meados de 1963, o fracasso do Plano Trienal já era visível, e para acabar com a esperanças, houve um aumento de 70% para o funcionalismo, quando a inflação acumulada nos primeiros meses do ano era de 25%. O PIB também declinou de 5,3%, em 1962, para 1,5%, em 1963. Assim, houve uma reformulação nos Ministérios da Fazenda e do Trabalho; com a posse dos novos ministros, os proprietários de terra começaram a se armar contra a reforma agrária, articulando-se o Golpe de 1964.

Ensino Médio 652 alunos estavam matriculados, inclusive, com algumas turmas do Curso de Formação de Docentes e Técnico em Informática.

Atualmente, Corbélia conta com cinco escolas municipais e dois Centros Municipais de Educação Infantil (CMEIs), além de dois colégios estaduais e uma escola na modalidade de educação especial situados na sede administrativa. O distrito de Nossa Senhora da Penha tem um CMEI, uma escola municipal e uma escola estadual, e Ouro Verde do Piquiri uma escola municipal e um colégio estadual.

O Censo Educacional 2020 indicou que Corbélia tem 91 docentes na Educação Infantil, dos quais 56 atuam com crianças de 6 meses a 3 anos de idade, nos CMEIs, e 37 trabalham com crianças de 4 e 5 anos nas escolas municipais e privadas. No Ensino Fundamental, há um total de 145 docentes: 86 atuam nos anos iniciais, na rede municipal e na escola especial, e 63 nos anos finais, na rede estadual de ensino. Com relação ao Ensino Médio, na rede estadual, há 65 professores.

Ao longo da história, antes do desmembramento dos municípios de Anahy, de Braganey e de Iguatu, a população de Corbélia era maior. O número de escolas chegou a 123, na década de 1970, sendo a maioria no interior.

Ferreti (1994) relata que a Senhora Maria Nenevê foi uma das primeiras professoras a lecionar na região de Corbélia, quando a localidade ainda pertencia a Foz do Iguaçu:

[...] residia em colônia Sapucaí, Cascavel, onde lecionava desde 1948. Lembra das dificuldades da época, como falta de material didático, de um lugar adequado para as crianças se acomodarem e estudar, as longas distâncias percorridas pelos alunos até a pequena escola. (FERRETTI, 1994, p. 38).

Segundo relatos do autor, essa professora ia todos os meses de carroça ou a cavalo da Colônia Sapucaí, na zona rural de Corbélia, até a sede de Foz do Iguaçu para receber seu salário. Passados alguns anos, foi nomeado um procurador para que recebesse seus vencimentos e os enviasse a ela.

O rendimento escolar era verificado ao final de cada ano letivo, por uma banca examinadora organizada pela Inspeção de Ensino do Município de Foz do Iguaçu, que decidia pela aprovação ou pela reprovação dos alunos. Nesse sentido, Ferretti (1994) comenta:

Os resultados nem sempre eram satisfatórios, e um dos fatores eram simplesmente a presença de pessoas desconhecidas, abalando emocionalmente o estado normal das crianças, que ficavam nervosas, irritadas, inseguras e com medo, chegando até adoecer quando se aproximava a data prevista dos exames. (FERRETTI, 1994, p. 38).

Por conta da distância e da dificuldade de acesso para os Inspetores Municipais, em 1951, por meio de um comunicado oficial, recomendaram que a professora Maria Nenevê organizasse a banca avaliadora, que devia ser composta pela professora da escola mais próxima e uma pessoa idônea da comunidade. Também ficou sob sua responsabilidade a elaboração da prova, o preenchimento dos boletins e o lavramento de ata em duas vias, uma sendo enviada a Foz do Iguaçu.

Com a emancipação de Cascavel, em 1952, a responsabilidade administrativa das escolas passou de Foz do Iguaçu para o novo município. Nos arquivos da Escola São José, encontramos registros escolares datados de 1955, em que constam 93 alunos matriculados. Esses documentos evidenciam que os alunos foram divididos em três turmas de primeiro ano, sendo as professoras Cleyr Karam Silva, Delza Maria Pereira e Elba Lídia Zanato responsáveis pelo ensino. As aulas ocorriam na Igreja (Imagem 5) onde está localizada atualmente a Praça Paraguai.

Imagem 5 - Primeira Igreja Católica de Corbélia



Fonte: Peroza (2014).

O prédio de madeira, visualizado na imagem, servia como Igreja e como escola para as crianças. A primeira Igreja Católica de Corbélia foi construída pela família do Sr. Atílio Cesário Barzotto, que, assim como a maioria dos pioneiros, era católico. As condições da época são evidenciadas na fotografia: uma capela modesta com pátio de terra e local para prender o cavalo, pois esse era meio de transporte mais comum na região nessa época.

Na Imagem 6 é possível notar a diferença da atual Igreja da cidade:

Imagem 6 - Igreja Católica de Corbélia – Matriz São Judas Tadeu 2022

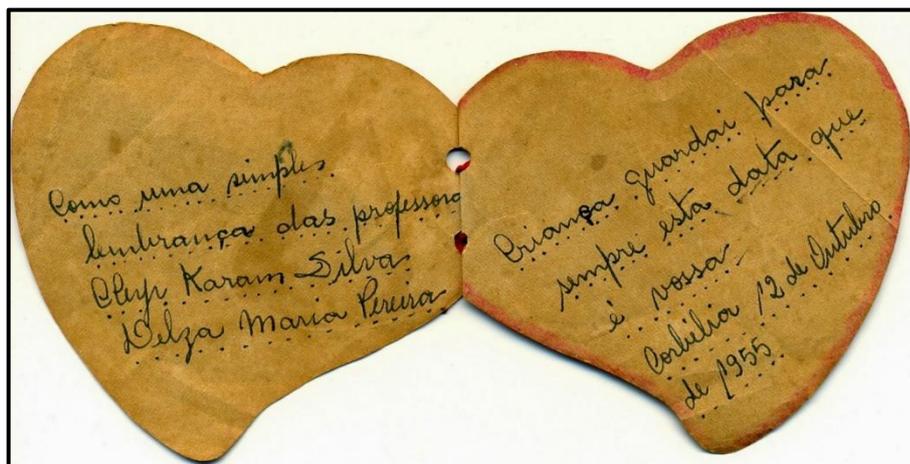


Fonte: Acervo da autora.

Conforme consta no livro de matrículas, os alunos até então não tinham nenhum contato com a escolarização. As datas de nascimento variavam de 1940 até 1948, logo, tinham entre 7 e 15 anos de idade.

Localizamos uma pequena lembrança, como vemos na Imagem 7:

Imagem 7 - Lembrança do Dia das Crianças 12/10/1955



Fonte: Peroza (2014).

A lembrança foi carinhosamente confeccionada pelas professoras Cleyr Karam da Silva e Delza Maria Pereira, datada do ano de 1955, quando a escolarização já

aconteciam em Corbélia, período anterior à chegada das Irmãs Catequistas Franciscanas.

Na sede do povoado, que se tornou Corbélia, houve um aumento significativo na população, o que enfatizou a necessidade de uma escola para suprir a nova demanda. Em 1956, por meio do Sr. Armando Zanato e do Pároco Bernardo Lube, chegaram ao município as primeiras religiosas da Congregação das Irmãs Catequistas Franciscanas, as quais, a partir de 1956, tornaram-se as responsáveis pela escolarização das crianças.

Moritz (2005) argumenta a respeito desses eventos:

Acompanhando o processo histórico da educação em Corbélia, parece ficar mais evidente que a determinação do tipo de escola está intrinsicamente ligada às condições materiais e sociais, bem como aos interesses específicos do grupo social dominante em dado momento histórico. O interesse das famílias colonizadoras na escolarização de seus filhos demonstrava o desejo de “reprodução” de suas condições sociais bem como de sua consciência de classe que, a princípio, parecia ser de cunho liberal. Obviamente que a construção da escola ocupava uma posição de destaque juntamente com a fé dentro da cultura italiana católica e a alemã luterana, que foram as raízes mais evidentes da colonização de Corbélia, haja visto que o pároco Padre Bernardo estabeleceu-se neste município a convite da própria colonizadora F.P.C.I., e foi também, por intermédio do mesmo, que vieram as três religiosas que fundaram a primeira escola oficial. (MORITZ, 2005, p. 46).

Em função da necessidade de locais destinados à educação, para atender aos filhos dos que se mudaram para a região, em 1956 surge a primeira escola. Na próxima seção, descrevemos este capítulo da história.

### 3.2 ESCOLA SÃO JOSÉ: A PRIMEIRA ESCOLA DE CORBÉLIA – 1956

Em 1 de fevereiro de 1956, foi fundada a “Escolas Reunidas São José”<sup>31</sup>, conforme pode ser observado na Ata de fundação (Documento 1), que formaliza a

---

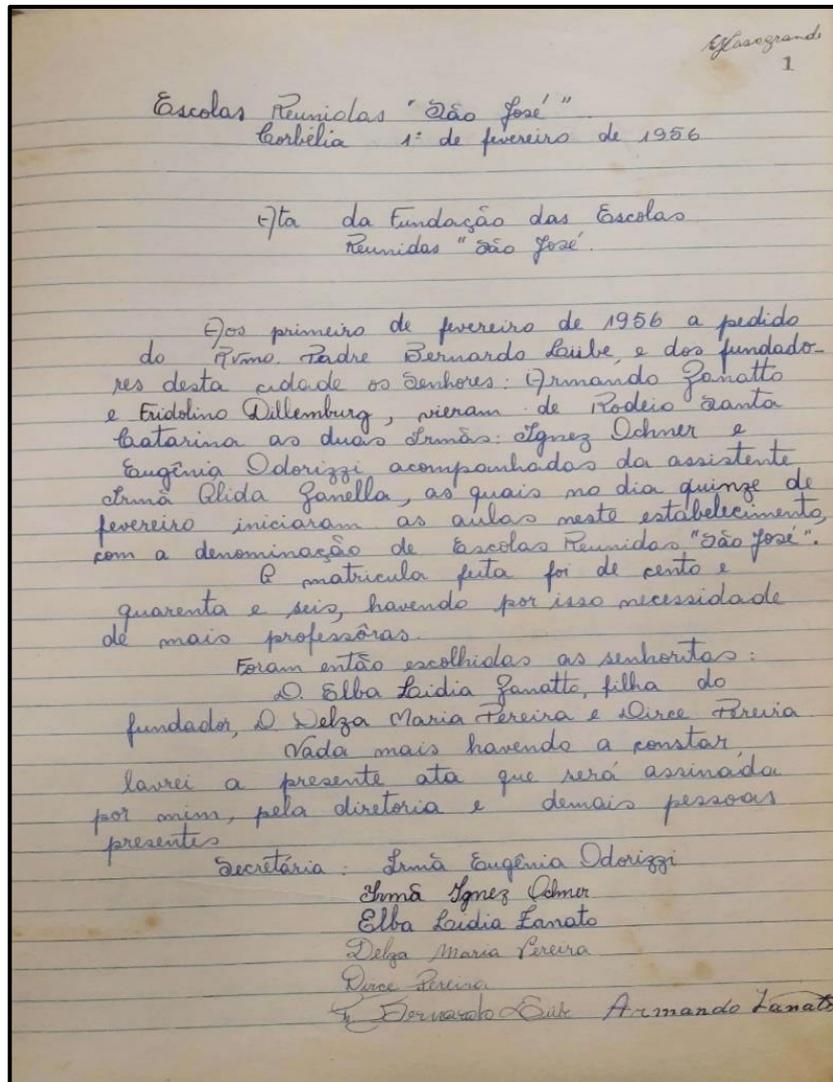
<sup>31</sup> De acordo com o Decreto Lei 8.529/1946:

Art. 28. Serão assim designados os estabelecimentos de ensino primário mantidos pelos poderes públicos:

I. Escola isolada (E.I.), quando possua uma só turma de alunos, entregue a um só docente.

abertura da escola. Todavia, antes mesmo da chegada das Irmãs, a escolarização já ocorria em Corbélia.

### Documento 1 - Ata de Fundação da Escola São José



Fonte: Arquivo da Escola Municipal São José.

II. Escolas reunidas (E.R.), quando houver de duas a quatro turmas de alunos, e número correspondente de professores.

III. Grupo escolar (G.E.), quando possua cinco ou mais turmas de alunos, e número igual ou superior de docentes.

IV. Escola supletiva (E.S.), quando ministre ensino supletivo, qualquer que seja o número de turmas de alunos e de professores.

Art. 29. As escolas isoladas e escolas reunidas ministrarão somente o curso elementar; os grupos escolares poderão ministrar o curso elementar e o curso complementar; as escolas supletivas ministrarão apenas o curso supletivo. (BRASIL – 1946)

Conforme visualizamos, a ata registra a fundação da escola sob a responsabilidade das Irmãs Ignez e Eugênia, além da assistente Alida, em primeiro de fevereiro de 1956, com início das aulas em 15 de fevereiro do mesmo ano. O documento revela a forte influência dos representantes da igreja Católica com a primeira instituição educacional, visto que cita que as Irmãs vieram a Corbélia a pedido do Padre. A ata foi assinada pelas Irmãs Eugênia Odorizzi, Ignez Ochner, por três professoras - Elba Lídia Zanato, Delza Maria Pereira e Dirce Pereira -, pelo Padre Berardo Lube e pelo Sr. Armando Zanato, considerado fundador do município.

Segundo registros levantados junto à Associação das Irmãs Catequistas da Diocese de Joinville, em Corbélia, registraram-se a chegada e o início das atividades na pequena vila que se tornou Corbélia:

Nos dias 10-11 e 12 de fevereiro matriculamos os alunos para a entrada na escola, onde por espanto, o número chegou a 117. Onde abrigar tanta gente? A pequena capela que servia de escola só podia abrigar uns 40 alunos, e os outros? Apelamos, então, que quanto antes terminassem com a Escola provisória. (DIÁRIO DE CRÔNICAS DAS IRMÃS CATEQUISTAS DE RODEIO – SC, 1956).

Apenas duas Irmãs não eram suficientes para o atendimento do número elevado de alunos. Diante de diversos apelos, foram nomeadas pelo Estado Elba Lídia Zanato e Delza Maria Pereira, e pela prefeitura a senhorita Dirce Pereira.

Em 7 de setembro de 1956, os alunos recitaram poesias, discursos e cânticos. Na ocasião, foi realizada a recepção ao Deputado Lustosa, que prometeu às irmãs uma verba de cr\$200.000 para a construção da escola. Segundo consta no relato da Irmãs, em 1957, tudo continuava igual, e se não fosse pela boa vontade da população do local, nem a moradia delas estaria construída.

Diante da insistência, a promessa do Deputado Lustosa foi cumprida por meio da Lei Estadual nº 2.945, de 19 de novembro de 1956, que autorizou um crédito especial de cr\$200.000,00 (duzentos mil cruzeiros) para a construção de uma Casa Escolar em madeira, na localidade de Corbélia, à época município de Cascavel.

Imagem 8 - Desfile Cívico 7 de setembro de 1956



Fonte: Peroza (2014).

Na Imagem 7, podemos perceber a presença dos alunos na data cívica e no centro a professora. Seguindo as orientações nacionais, diante do cenário de desenvolvimento, o civismo era uma atividade importante para a disseminação da ideologia do progresso. Nos relatos a seguir, constatamos conflitos de ordem religiosa e política, que dificultavam o trabalho, a organização e principalmente a remuneração das Irmãs:

Em 23 de julho de 1957, conseguimos o registro dos Diplomas que há 1<sup>1/2</sup> anos, estavam extraviados em Curitiba por má vontade e perseguição de muitos. Conseguimos o registro, porém não conseguimos os vencimentos como Regentes de Ensino, mas sim como extranumerárias mensalistas, Ref. V, perdendo, assim mensalmente mais de cr\$2.000,00 cruzeiros e por ano mais de cr\$20.000,00. (DIÁRIO DE CRÔNICAS DAS IRMÃS CATEQUISTAS DE RODEIO – SC, 1957).

A capacitação dos professores era realizada pelo município de Cascavel, como indicado no Diário das Irmãs: “[...] dia 1º de março tiveram início as aulas e isto porque tivemos 15 dias de curso de aperfeiçoamento em Cascavel com todos os professores

do município.” (DIÁRIO DE CRÔNICAS DAS IRMÃS CATEQUISTAS DE RODEIO – SC, 1957).

No ano seguinte, a população aumentou significativamente, assim, o número de alunos matriculados passou de 121 para 149 crianças. Ao final de 1957, depois dos exames oficiais, nove alunos receberam o certificado de conclusão do 4º ano. Junto à cerimônia de encerramento de ano, no dia 15 de dezembro, foi fundada a Biblioteca Infantil de Corbélia, denominada Biblioteca Infantil Osvaldo Cruz, que contava com 143 volumes de assuntos variados.

Diante do aumento populacional, a cada ano, o público escolar elevava-se significativamente, como atestam os dados da Tabela 4:

Tabela 4 - Número de alunos matriculados na Escola São José

<b>Ano</b>	<b>Número de alunos matriculados</b>
1956	117
1957	149
1958	140
1959	196
1960	171
1961	203
1962	320
1963	448
1964	181
1965	258
1966	436
1967	469
1968	430
1969	389
1970	470
1971	464
1972	420
1973	390
1974	429
1975	360

Fonte: Elaborada pela autora a partir do Diário da Irmãs e Registros de Classe da Escola São José (Anexo B).

Em fevereiro de 1958, no início das aulas, 110 alunos estavam matriculados, aumentando progressivamente até se alcançar 140. As professoras responsáveis continuaram sendo as Irmãs Ignez Ochner e Eugênia Odorizzi, Elba Lídia Zanatto e Delza Maria Pereira Barella.

No Diário das Irmãs, notamos a importância da prática pedagógica e da experiência do professor: “Destas vezes, as professoras, já com mais prática, correram melhor os dias e parece que as crianças se desenvolveram mais do que os outros anos.” (DIÁRIO DE CRÔNICAS DAS IRMÃS CATEQUISTAS DE RODEIO – SC, 1958 p. 12).

No ano de 1959, o número de matrículas chegou a 196, e os alunos divididos em turmas de 1º a 4º ano. A Irmã Maria Serafim, no início desse ano, passou a compor o quadro de professoras. Em 1960, a Irmã Otília Piva, formada na Escola Normal Regional de Rodeio - SC, também se integrou ao grupo, assumindo uma turma de 40 alunos.

No início do ano letivo de 1961, as matrículas ultrapassaram 200 alunos, que foram divididos entre as cinco professoras, como observado no Diário: “Responsável pela Escola, Irmã Ignez Ochner. Regentes de Ensino Ir. Maria Serafim, Ir. Eugenia Odorizzi, Ir. Otília Piva e Elba Lídia Zanatto.” (DIÁRIO DE CRÔNICAS DAS IRMÃS CATEQUISTAS DE RODEIO – SC, 1961, p. 23).

No decorrer do ano, diante de muitas lutas, foram nomeadas pela Prefeitura de Cascavel duas zeladoras para auxiliar nos trabalhos da escola, sendo elas Elza Gottardo e Catarina Scharlau. Antes de terminar o ano, foram renovadas 190 matrículas e nos dias seguintes 130 novos alunos foram inscritos.

Em 1962, não houve vagas suficientes na Escola São José, que tinha capacidade máxima de 320 alunos. Muitos ficaram sem estudar devido à falta de espaço e às dificuldades na construção do Grupo Escolar. Até o momento, a escola era denominada “Escola Agrupada de Corbélia”, mas, depois da emancipação política do município, com a licença das autoridades locais e dos membros da diretoria, recebeu o nome de “Escolas Reunidas São José”.

Moritz (2005) pontua que, “Inicialmente os pioneiros construíram a escola com quatro salas de aula, sendo inaugurada em 19 de março de 1962 com o nome de “Escolas Reunidas São José.” (MORITZ, 2005, p. 43). Nesse processo, em 1963, com 448 alunos matriculados, foram necessárias 12 professoras, tanto irmãs quanto

professoras leigas. O Grupo Escolar Duque de Caxias funcionou juntamente à escola até 1964, quando foram desmembrados. Na escola permaneceram as Irmãs, ao passo que as leigas eram responsáveis pelos alunos do Grupo Escolar.

Depois da separação, a “Escola das Irmãs” contava com: uma turma de 1º ano, com 45 alunos, sob a regência da Irmã Maria Serafim; uma turma de 2º ano, com 45 alunos, sob a regência da Irmã Zita Stof; uma turma de 3º ano, com 45 alunos, sob a regência da Irmã Iracema Busarelo; e um 4º ano, com 46 alunos, sob a regência da Irmã Josefina Baldissarelli.

No ano de 1963, foi criado o Jardim de Infância “Anjo da Guarda”, anexo à Escola São José (Imagem 9), para atendimento das crianças menores, totalizando 76 alunos. A construção do prédio localizado na Rua Jasmin, na esquina com a Rua Primavera, foi custeada por uma arrecadação feita pelo Sr. Armando Zanato e seus amigos. A construção desse prédio para o Jardim de Infância e para a Pré-Escola foi feita nesse ano com a ajuda dos pais.

Imagem 9 - Primeira turma do Jardim da Infância da Escola São José - 1963



Fonte: Peroza (2014).

A irmã Ignez Ochner esteve à frente da direção das “Escolas Reunidas São José”, de fevereiro de 1956 até de fevereiro de 1967. A partir de fevereiro de 1967, assumiu a diretoria a irmã Maria Zanella, permanecendo apenas um ano no cargo. Em 1968, a Irmã Leonida Vieira foi nomeada diretora da escola, que contou, nesse ano, com 521 alunos e 19 funcionários. Já em 1969, a diretora eleita foi a Irmã Elide Joaquina Casagrande, permanecendo no cargo até 1978.

Imagem 10 - Desfile Cívico - 1971



Fonte: Peroza (2014).

É possível perceber, na Imagem 10, a grande quantidade de alunos atendidos pela instituição, organizados em fila junto com as meninas, e uma delas carregando a bandeira, à frente do pelotão.

Imagem 11 - Jardim da Infância anexo à Escola São José



Fonte: Zanato (2014 p. 76).

Na Imagem 11, visualizamos o Jardim de Infância, com instalações de madeira. A demanda de alunos atendidos estava crescendo junto com Corbélia, por isso, além da Escola São José e do Jardim de Infância, foram sendo fundadas outras escolas.

Imagem 12 - Foto de Recordação do 1º ano



Fonte: Acervo da autora.

Na Imagem 12, visualizamos a tradicional foto de “já sei ler”. A fotografia foi registrada em 5 de abril de 1973, e tem como personagem Paulo Roberto Vitali, que na época cursava o primeiro ano primário, na Escola São José; sua professora era a Sr.a Ledovina Segalin. Ao fundo, é possível verificar um mapa do estado do Paraná. De acordo com registros disponíveis no Projeto Político-Pedagógico (PPP) do Colégio Estadual Duque de Caxias, identificamos um termo de visita de representantes da Secretaria de Educação, informando que a sua fundação ocorreu em 20 de abril de 1960, mas era conhecida como “Escola Estadual Isolada”, e estava sob a direção da Professora Ubaldina de Andrade. A trajetória dessa unidade escolar pode ser observada no relato a seguir:

Em 1964, a Escola integrava o agrupamento Escolar de Corbélia chamado de “Complexo Escolar São Judas Tadeu”, que era constituído dos seguintes estabelecimentos de ensino: Ginásio Estadual Amâncio Moro, Grupo Escolar Duque de Caxias e Grupo Escolar Castro Alves. (PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO DO COLÉGIO ESTADUAL DUQUE DE CAXIAS, 2021, p. 22).

Em 14 de junho de 1968, por meio do Decreto-Lei 10658/68, passou a funcionar, na sede do município, a escola primária denominada “Grupo Escolar Duque de Caxias”, com a direção da Irmã Leonida Vieira, um corpo docente de 12 professoras e 340 alunos matriculados.

O Colégio Estadual Amâncio Moro foi criado pelo Decreto nº 8929, de 14 de fevereiro de 1968. A princípio, chamava-se “Ginásio Estadual de Corbélia”, mas, com o Decreto Lei nº 5930, de 02 de maio de 1969, passou a se chamar “Ginásio Estadual Amâncio Moro” e, em 04 de agosto de 1978, foi novamente rebatizado de “Escola Amâncio Moro”. Em seu PPP, verificamos a estrutura dessa instituição:

Em 1980, reconhecido pela Resolução nº 947, de 20 de março de 1984, passou a ofertar os cursos profissionalizantes – Básico em Saúde e Crédito em Finanças, incluindo em 1983 o curso Propedêutico, o qual teve seu reconhecimento pela Resolução nº 671 de 20 de fevereiro de 1987, denominado posteriormente como “Educação Geral” e atualmente “Ensino Médio”. (PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO DO COLÉGIO ESTADUAL AMÂNCIO MORO, 2021, p. 17).

Estiveram à frente da direção do Colégio Estadual Amâncio Moro, no ano de 1968, a professora Oneide Alves Oliveira, de 1969 a 1975, a professora Joroslava Zdbeski, e, nos anos de 1976 a 1982, a professora Elis Nobile.

A atual Escola Municipal Castro Alves iniciou suas atividades oficialmente em 02 de março de 1970, sob o nome de Grupo Escolar Castro Alves. A professora Leide Chaves Mazer foi a primeira diretora, a professora Thereza Edy Chaves Zanella foi a secretária e ficaram responsáveis pelas turmas as professoras Aida Terezinha Steffer, Maria Conceição Toledo Bressan, Oneyde Aparecida de Oliveira, Honorina Usso Pereira, Laura Aparecida Krohling, Rosa Maria Bernardi, Eugenia Aparecida Bernardi, Erci Pilatti e Lucia Aparecida Bressan. De acordo com o PPP, “No 2º semestre do ano de 1970, foram empossadas as três primeiras professoras nomeadas diretamente ao Grupo Escolar “Castro Alves”, sendo elas: Maria Conceição Toledo Bressan, Aida Terezinha Steffer e Adélia Jorge Chedid.” (PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO DA ESCOLA MUNICIPAL CASTRO ALVES, 2021, p. 11).

Nesse ano, foram matriculados 174 alunos, distribuídos em oito turmas de 1ª a 4ª séries. No início de 1971, a professora Oneyde Aparecida de Oliveira assumiu a direção, com auxílio da professora Rosa Maria de Oliveira, que atuou como secretária,

e compuseram o corpo docente Maria Conceição Toledo Bressan, Erci Pilatti, Adélia Jorge Chedid, Aida Terezinha Steffer, Honorina Usso Pereira e Ecléia Wolf, como professoras estaduais, além de Sidemar Gongora e Lucia Maria Bressan, professoras municipais. O montante de alunos foi 166, sendo distribuídos em seis turmas de 1ª a 4ª série.

Outra informação relevante encontrada no PPP foi:

Durante o ano de 1971, o processo de criação do Grupo Escolar tramitava na então Secretaria de Estado da Educação e Cultura, sob o protocolo nº 4536/4 – 70 e no Palácio do Governo sob o nº 927/70. Sendo oficialmente criado em 31 de dezembro de 1971, pelo Decreto nº 1279/71, quando já findava o seu segundo ano de atividades. (PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO DA ESCOLA MUNICIPAL CASTRO ALVES, 2021, p. 11)

Durante certo período, o nome da escola passou por diversas modificações: “Grupo Escolar Castro Alves” (1970); “Escola Castro Alves – Ensino de 1º Grau” (1978); e “Escola Estadual Castro Alves – Ensino de 1º Grau” (1984). Com relação à Escola São José, no mês de dezembro de 1968, finalmente foi autorizado oficialmente o funcionamento das Escolas Reunidas São José, que até então vinha atendendo de maneira precária.

Ao longo dos anos, muitas Irmãs e professoras passaram pela Escola São José, e o Quadro 1 nomina-as de acordo com os anos de atuação:

Quadro 1 - Diretoras e alguns Professores da Escola São José – 1955 a 1982

<b>Ano</b>	<b>Professoras</b>
1955*	Cleyr Karam da Silva Delza Maria Pereira
1956	<b>Irmã Ignez Ochner (Diretora)</b> Irmã Eugênia Odorizzi Elba Lídia Zanato Delza Maria Pereira Dirce Maria Pereira
1957	<b>Irmã Ignez Ochner (Diretora)</b> Irmã Eugênia Odorizzi Elba Lídia Zanato Delza Maria Pereira Dirce Maria Pereira
1958	<b>Irmã Ignez Ochner (Diretora)</b> Irmã Eugênia Odorizzi Elba Lídia Zanato Delza Maria Pereira Dirce Maria Pereira
1959	<b>Irmã Ignez Ochner (Diretora)</b> Irmã Eugênia Odorizzi

	Irmã Maria Serafim Delza Maria Pereira Dirce Maria Pereira
1960	<b>Irmã Ignez Ochner (Diretora)</b> Irmã Eugênia Odorizzi Irmã Maria Serafim Irmã Otília Piva Elba Lídia Zanato
1961	<b>Irmã Ignez Ochner (Diretora)</b> Irmã Eugênia Odorizzi Irmã Maria Serafim Irmã Otília Piva Elba Lídia Zanato
1962	<b>Irmã Ignez Ochner (Diretora)</b> Irmã Eugênia Odorizzi Irmã Maria Serafim Irmã Otília Piva Elba Lídia Zanato Tereza Flores
1963	<b>Irmã Ignez Ochner (Diretora)</b> Irmã Eugênia Odorizzi Irmã Maria Serafim Irmã Josefina Baldissarelli Elba Lídia Zanato Lidia Lacerda Tereza Flores Catharina Schardong Janette Relly Rita Maria Krohling Assunta Casagrande Ilsi Muskopf Maria Celina da Silva Maria Alves Daliffe
1964	<b>Irmã Ignez Ochner (Diretora)</b> Irmã Eugênia Odorizzi Irmã Maria Serafim Irmã Josefina Baldissarelli Irmã Zita Stof Irmã Iracema Buscarello Elba Lídia Zanato Lidia Lacerda Tereza Flores Catharina Schardong Janette Relly Rita Maria Krohling
1965	<b>Irmã Ignez Ochner (Diretora)</b> Irmã Livia Guzzato Irmã Maria Serafim Irmã Iracema Buscarello Eneida Lube Terezinha Maria Krohling Delfina Maria Secchi
1966	<b>Irmã Ignez Ochner (Diretora)</b> Irmã Maria Serafim

	<p>Irmã Ivone Herinzen          Lorena Slaviero          Elis Ana Côcco          Neli Carpenedo          Veronica Lucia Rubin          Miracy L. Aita          Juçara Quedi Taborda          Iraci Maria De Toni          Elzira Slomp          Maria Neiva Giongo          Terezinha Maria Krohling          Erminda Wohlgemmethi          Cândida Mattei          Ivanir Russi</p>
1967	<p><b>Irmã Maria Zanella (Diretora)</b>          Irmã Elide Casagrande          Irmã Oldi Campestrini          Irmã Maria Serafim          Noviça Ivone Herinzen          Lorena Slaviero          Elis Ana Côcco          Neli Carpenedo          Veronica Lucia Rubin          Miracy L. Aita          Juçara Quedi Taborda          Iraci Maria De Toni          Elzira Slomp</p>
1968	<p><b>Irmã Maria Zanella (Diretora) –          Irmã Leonida Vieira (Diretora)</b>          Irmã Elide Casagrande          Irmã Maria Caron          Irmã Maria Serafim</p>
1969	<p><b>Irmã Elide Casagrande (Diretora)</b>          Irmã Maria Caron          Irmã Leonida Vieira          Irmã Maria Serafim          Irmã Gersê</p>
1970	<p><b>Irmã Elide Casagrande (Diretora)</b>          Irmã Maria Caron          Irmã Leonida Vieira          Irmã Maria Serafim          Irmã Gersê</p>
1974	<p><b>Irmã Elide Casagrande (Diretora)</b>          Irmã Aurélia          Elisa Marcussi          Mirian Zaar          Ledovina Segalin          Nilva Lazzari          Anny da Cunha          Iraci Wulzicoski          Vali Meier          Loida Rozzini          Djalмира de Sá Almeida          Alaíde Pacheco Soster</p>
Primário	
Jardim de Infância	Semilda Agnoletto

	Miracy Telles
1975 Primário	<b>Irmã Elide Casagrande (Diretora)</b> Leoni Rubnich Eliana Teixeira Erlete Schechelli Elisa Marcussi Mirian Zaar Djalмира de Sá Almeida Enriqueta Giotti Leni Maria Marchiori Marilena Bernardi Alaíde Pacheco Soster Sonia dos Santos Enriqueta Giotti Anny da Cunha Marina Benedito
Jardim de Infância	Anna Rubin Ana Maria Branco Arlete Lengler
1976	<b>Irmã Elide Casagrande (Diretora)</b> Eliana Teixeira Mirian Zaar Enriqueta Giotti Ledovina Segalin Maira Zuchi Marilena Bernardi
1977	<b>Irmã Elide Casagrande (Diretora)</b> Marina Benedito Elisa Marcussi Maria Luiza Pierdoná Eliana Teixeira Vania Lucia Meier Ledovina Segalin Maria das Graças Benedito Djalмира de Sá Almeida Marilena Bernardi Mirian Hermi Zaar Sonia Maria dos Santos Leni Maria Ludwig Serviria Ana Cella Olga Rios Irene Berté Leoni Rubnich Inês Berté Marilize Giglio
1978	<b>Irmã Elide Casagrande (Diretora)</b> Marina Benedito Elisa Marcussi Maria Luiza Pierdoná Lucy Gonçalves Camero Maira Zuchi Eloisa Miranda Marilize Giglio Olga Rios Enriqueta Giotti

	<p>Lourdes Marcussi          Leni Maria Ludwig          Ledovina Segalin          Leoni Rubnich          Marilena Bernardi          Alaíde Soster          Maria das Graças Benedito</p>
1979	<p><b>Irmã Irma G. Grotto (Diretora)</b>          Enriqueta Giotti          Maria Zuchi          Jacinta Ludovico          Eloisa Miranda          Olga Rios          Valéria Gazineu          Semilda Agnoletto          Zilda Meira          Ivete Belli          Maria Luiza Pierdoná          Ana C. Stocker          Maria Stefanello          Marilena Bernardi</p>
1980	<p><b>Irmã Irma G. Grotto (Diretora)</b>          Jacinta Ludovico          Valéria Gazineu          Semilda Agnoletto          Ivete Belli          Maria Luiza Pierdoná          Ana C. Stocker          Reuma de Sá Almeida          Reuva de Sá Almeida          Sirley Pereira          Jandira de Oliveira          Roseli Pierdoná          Carmem Faitão          Marcia Regina Pereira          Eloisa Miranda          Enriqueta Giotti          Marilena Bernardi</p>
1981	<p><b>Irmã Inês Ferrari (Diretora)</b>          Eloisa Miranda          Jacinta Ludovico          Ana C. Stocker          Enriqueta Giotti          Vera Lúcia Turra          Marilena Bernardi          Jandira de Oliveira          Ivete Belli          Carmem Faitão          Sirley Pereira          Aliete Joergensen          Semilda Agnoletto          Anny da Cunha          Lucia Ludovico          Neide Camilo          Anna Rubin</p>

	Leoni Lucia Rubnich Nidia Bordin Bergamin
1982	<b>Irmã Inês Ferrari (Diretora)</b> Eloisa Miranda Jacinta Ludovico Ana C. Stocker Enriqueta Giotti Vera Lúcia Turra Marilena Bernardi Jandira de Oliveira Ivete Belli Carmem Faitão Sirley Pereira Aliete Joergensen Semilda Agnoletto Anny da Cunha Lucia Ludovico Neide Camilo Anna Rubin Leoni Lucia Rubnich Nidia Bordin Bergamin

\*Anterior à chegada das Irmãs.

Fonte: Elaborado pela autora a partir do Diário da Irmãs e dos Registros de Classe da Escola São José.

Conforme observamos nesse quadro, ao longo da história, a Escola São José foi dirigida pelas Irmãs Catequistas Franciscanas, e mesmo com a municipalização do ensino, em 1992, essa prática permaneceu. Somente no ano de 2006, devido a adequações necessárias, em função da legislação educacional, a direção da escola foi assumida por uma professora integrante do quadro do magistério municipal.

Quadro 2 - Diretoras da Escola São José

<b>Diretora</b>	<b>Ano</b>	<b>Nome</b>
1. <sup>a</sup> Diretora	1956 a 1967	Ignes Ochner
2. <sup>a</sup> Diretora	1967 a 1968	Maria Zanella
3. <sup>a</sup> Diretora	1968	Leonida Vieira
4. <sup>a</sup> Diretora	1969 a 1978	Elide Joanhina Casagrande
5. <sup>a</sup> Diretora	1979 a 1980	Irma G. Grotto
6. <sup>a</sup> Diretora	1980 a início de 1983	Inês Ferrari
7. <sup>a</sup> Diretora	1987 a 1989	Maria Scremim
8. <sup>a</sup> Diretora	05/1989 a 08/1997	Nilsa Stolf
9. <sup>a</sup> Diretora	08/1997 a 2005	Irma Poffo

10ª Diretora	02/2006 a 12/2006	Simone Segalin
11ª Diretora	01/2007 a 12/2008	Simone Segalin
12ª Diretora	01/2009 a 12/2010	Maria Ivone Muller
13ª Diretora	01/2011 a 12/2012	Maria Ivone Muller
14ª Diretora	01/2013 a 12/2013	Silvana Turchatto Zani
15ª Diretora	01/2014 a 12/2014	Sandra Regina Pereira dos Santos
16ª Diretora	01/2015 a 12/2016	Sandra Regina Pereira dos Santos
17ª Diretora	01/2017 a 12/2018	Sandra Regina Pereira dos Santos
18ª Diretora	01/2019 a 12/2020	Jeruza W. Ikuno / Priscila Letícia Agliardi

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados coletados no PPP da Escola Municipal São José.

Analisando o Quadro 1, é perceptível a forte presença religiosa, com as Irmãs Catequistas Franciscanas no processo de escolarização em Corbélia. Levando em consideração os moldes sociais da época, o catolicismo era religião predominante no país, assim como no referido município. Foram 27 anos de domínio religioso na educação corbeliana. Esse fenômeno merece uma reflexão para compreender a história da educação local e regional.

As dificuldades encontradas para que houvesse um local adequado para as aulas e principalmente para atender ao número de crianças que aumentava constantemente remetem aos poucos recursos existentes na localidade, que, conforme já comentado, pertence a uma região colonizada tardiamente em relação aos demais espaços do país.

### 3.3 RELIGIOSIDADE E EDUCAÇÃO: O DIÁRIO DAS IRMÃS

Ao estudar a História da educação brasileira, é possível observar a estreita relação entre educação e religião. Os franciscanos e jesuítas chegaram ao Brasil juntamente com os portugueses, assumindo grande responsabilidade no processo de catequização e de colonização. Saviani (2013) destaca que “A colonização do Brasil contou com a colaboração imprescindível das ordens religiosas.” (SAVIANI, 2013, p.

39). Nessa época, a educação era uma atribuição das ordens religiosas, responsabilizando-se pelo ensino de cunho religioso e pela intervenção religiosa nas vidas dos habitantes locais.

Sangenis e Mainka (2019) ressaltam:

[...] no que pese todo tipo de emulação típica dos tempos coloniais entre as ordens religiosas -, terem sido os franciscanos os primeiros missionários a desembarcar no Brasil e aqueles que permaneceriam atuantes nas novas terras conquistadas durante os 49 anos iniciais de colonização que precederam a chegada dos inacianos à Bahia. (SANGENIS; MAINKA, 2019, p. 10).

Antes mesmo da chegada da Companhia de Jesus, os Franciscanos já atuavam em terras brasileiras. Ao todo, nove grupos atuavam de maneira isolada na missão e na educação. Além disso, de acordo com as pesquisas e registros históricos, não havia pretensão de conseguir uma instalação institucional estável.

A dinâmica relação entre Estado e Igreja marcou a história da educação brasileira, ao passo que ambos atuaram em parceria para o fortalecimento das instituições, principalmente no campo educacional. Geralmente, os franciscanos são pouco associados à educação. A sua imagem fundada em estereótipos é recorrentemente associada a figuras simples, incultas e desinteressados nas ciências e questões intelectuais. Essas descrições são clichês que não correspondem à realidade histórica. Tanto os Jesuítas quanto os Franciscanos dedicavam-se à educação, ao ensino, à pesquisa e à erudição, tendo escrito diversas obras.

O catolicismo foi a religião oficial e permitida no Brasil até o ano de 1889, quando o advento da República provocou uma ruptura entre Estado e Igreja. Juntamente com a ascensão das ideias republicanas e liberais, fortaleceu-se também a ideia do ensino laico, oferecido pelo Estado, em contraponto à educação confessional oferecida pelos colégios católicos.

Apesar da separação entre Estado e Igreja, na prática, a moral religiosa continuava exercendo forte influência na sociedade brasileira, o que levou o regime republicano a reconhecer a sua relevância no âmbito educacional para o progresso social. Sobre isso, Kulesza (2006) afirma que “[...] é justamente a partir da Proclamação da República que a Igreja no Brasil consolida sua hegemonia como agência formadora das elites dirigentes através da criação de inúmeros colégios católicos.” (KULESZA, 2006, p. 88).

As disputas ideológicas se intensificaram nas décadas de 30 a 60 do século XX, gerando mudanças estruturais que desencadearam a construção do sistema nacional de educação pública, assim como a aceleração do modo de produção capitalista provocou alterações no campo educacional. A acirrada rivalidade entre o projeto nacional-populista de Vargas e as oligarquias tradicionais ligadas ao setor agrário exportador, influenciadas pelo ambiente político internacional, marcou o cenário político brasileiro pelos binômios conservadores x progressistas, esquerda x direita. Nesse cenário, relacionado à educação, Bittar e Bittar relatam (2012) que:

A educação, por exemplo, foi palco de manifestações ideológicas acirradas, pois desde 1932, interesses opostos vinham disputando espaço no cenário nacional: de um lado, a Igreja Católica e setores conservadores pretendendo manter a hegemonia que mantinham historicamente na condução da política nacional de educação; de outro, setores liberais, progressistas e até mesmo de esquerda, aderindo ao ideário da Escola Nova, propunham uma escola pública para todas as crianças e adolescentes dos sete aos 15 anos de idade. (BITTAR; BITTAR, 2012, p. 158).

Diante do crescimento populacional na localidade de Corbélia, ocasionado pelas vendas de terras por parte das companhias colonizadoras, rapidamente a instrução dos filhos dos novos moradores passou a ser considerada necessidade básica. Anteriormente à chegada das Irmãs Franciscanas, a escolarização das crianças era realizada na igreja do vilarejo, por professoras leigas. Em 1954, depois da recusa do convite por parte das Irmãs Vicentinas, residentes em Toledo, por indicação de um morador, o Pároco local, Padre Bernardo Lube, dirigiu-se a Rodeio (SC) para solicitar à Reverendíssima Madre Olívia Paterno que cedesse algumas Irmãs Franciscanas Catequistas para que se encarregassem da educação e da doutrina católica no local.

A Congregação das Irmãs Catequistas Franciscanas nasceu em Rodeio (SC), em 1915, para responder à necessidade de educação e de catequese nas escolas paroquiais, frequentadas pelos filhos e filhas dos imigrantes italianos. No início do século XX, no Vale do Itajaí, em Santa Catarina, Brasil, muitas escolas eram mantidas pelas comunidades, sob a responsabilidade do pároco local. Todavia, surgiu um grande problema: os professores, vindos com a imigração de 1875, estavam deixando seu posto e não havia quem os substituísse.

De acordo com o Portal Franciscanos,

No dia 14 de janeiro de 1915, na Igreja de São Virgílio, próximo a Rodeio, as três jovens manifestaram a Frei Polycarpo a disposição de se consagrar ao Senhor e permanecer para sempre no serviço que tinham assumido. Outras jovens, animadas pelo mesmo ideal de vida, uniram-se às três primeiras e logo o grupo cresceu. Duas a duas, viviam nas comunidades do interior da paróquia. Dedicavam-se ao magistério escolar e à catequese, realizavam as tarefas domésticas, cuidavam da capela e organizavam as orações. Completavam o dia com trabalhos hortigranjeiros. A casa, pequena e pobre, era simples como a casa dos colonos. As “Mestras”, como eram chamadas, viviam do jeito do povo simples do meio rural. O bispo de Florianópolis, Dom Joaquim Domingues de Oliveira, aprovou o grupo dando-lhe o nome de “Companhia das Catequistas”. (FRANCISCANAS..., 2021).

A Companhia se desenvolveu e foi para outros estados e regiões missionárias, ultrapassando também as fronteiras do Brasil. Desde a década de 1940, as “Mestras” começaram a ser chamadas também de “Irmãs”. Em 1958, fazendo justiça à origem do grupo, foi reconhecido oficialmente como “Irmãs Catequistas Franciscanas”. Atualmente, conta com seis províncias, com fraternidades em 22 estados do Brasil e no Distrito Federal, além de estar presente em nove países.

No momento em que aceitaram o convite, as religiosas designadas para Corbélia iniciaram o registro de sua trajetória em um Diário de Crônicas, sendo uma fonte muito rica para esta pesquisa. Um dos registros é destacado a seguir:

Ouvindo as boas propostas e vendo a necessidade de um povo que luta para começar novo lugar, deu resposta afirmativa, prometendo de 1954 aqui chegar com a finalidade de escolher o lugar para onde deviam construir o Colégio de Formação como tinham prometido. A Rvma. Madre agradou-se do lugar e deixou a palavra que 1956 teriam duas Irmãs para dar início ao ensino religioso e profano. (DIÁRIO DE CRÔNICAS DAS IRMÃS CATEQUISTAS DE RODEIO – SC, 1956).

Conforme acordado, em fevereiro de 1956, duas Irmãs chegaram para cuidar da educação, sendo elas as Irmãs Ignez Ochner e Eugênia Odorizzi, acompanhadas de uma assistente, a Irmã Alida Zanella. Os desafios enfrentados, como a distância de familiares e a precariedade de recursos no local, foram evidenciadas nos registros, conforme este excerto:

Primeiros dias passados em Corbélia: Casa provisória, alugada da Firma, bastante desprovida do necessário. Olhava-se de um lado,

faltava uma coisa, olhávamos de outro lado, era uma meia dúzia de coisas que faltavam, mas como não há começo sem dificuldade, nos conformamos a tudo enfrentar a fim de obtermos boas vocações para nosso Colégio de Formação que está para ser erguido no centro desta vila que pretende surgir cidade em poucos anos. (DIÁRIO DE CRÔNICAS DAS IRMÃS CATEQUISTAS DE RODEIO – SC, 1956).

As Irmãs foram recebidas com muito entusiasmo pela população da localidade, sendo homenageadas pelo Padre Bernardo Lube, com a benção solene, poesias e cânticos. As aulas continuaram a ser realizadas na pequena capela, com capacidade para apenas 40 crianças, mas as matrículas alcançaram o total de 117.

Sendo a escola um campo de disputa entre a Igreja Católica e os governos, uma das dificuldades enfrentadas foi com relação à nomeação das Irmãs por parte do Governo Estadual, o que ocorreu, após muita insistência, no dia 23 de junho de 1956, mas elas perderam seus vencimentos desde o dia 15 de fevereiro.

Outro desafio está relacionado ao cargo com o qual foram nomeadas. Elas esperavam ser indicadas Regentes de Ensino (regionalistas), porém, receberam a nomeação de Professoras Primárias, ocasionando uma diferença mensal de aproximadamente Cr\$ 2 mil.

Em 1957, as religiosas ainda moravam em uma casa alugada, aguardando o cumprimento da promessa de construção da Casa das Irmãs, o que se materializou com a arrecadação de materiais e dinheiro por parte da Associação de Pais e Mestres.

Muitas eram as promessas das autoridades para a liberação de verbas com o intuito de se construir o Colégio, de adquirir materiais para a escola e das nomeações das referidas Irmãs, como ressaltado no Diário:

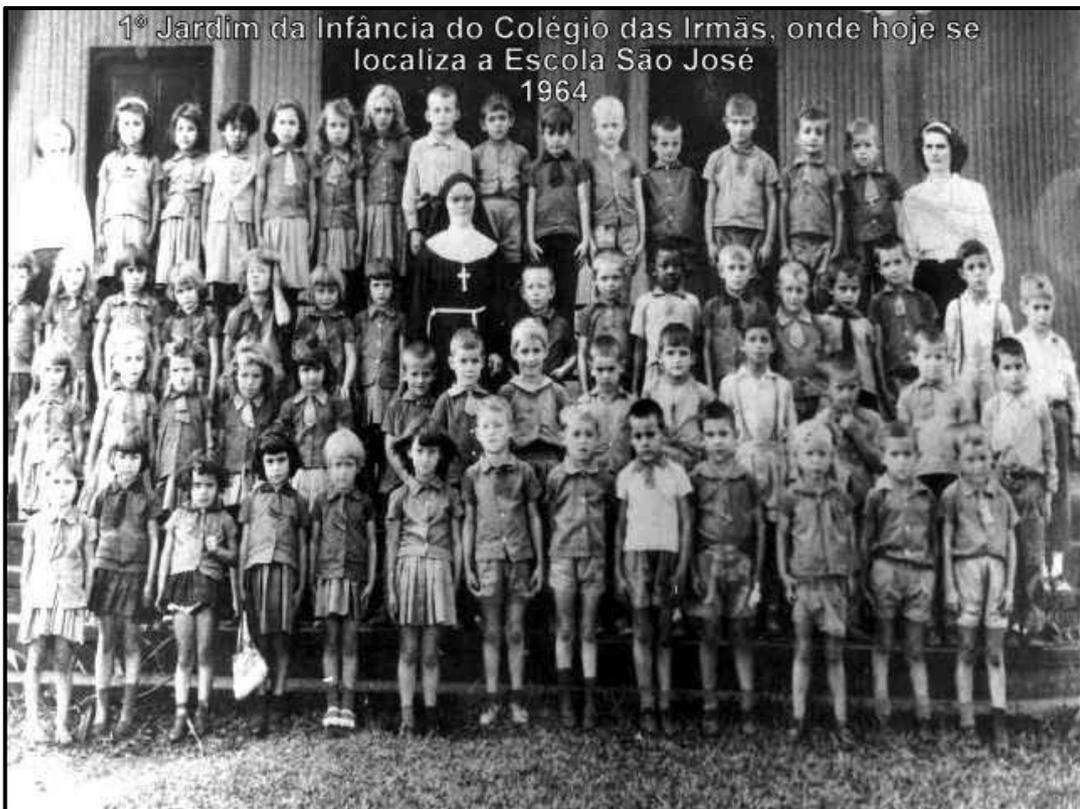
O Sr. Deputado Lustosa, o Sr. Rui Gandara, chefe oficial do Gabinete do Governador em Curitiba, o Sr. Governador Moisés Lupion, a Sra. Inspetora de Ensino Elma Sanways de Cascavel, o Sr. Prefeito do Município, todas estas pessoas mencionadas tinham prometido verbas, auxílios menores para a construção do Colégio, objetos necessários para a escola, endireitar as nomeações; o Rvmo. Padre Bernardo Lube e o Sr. Armando Zanato, que tinham prometido a Rvma. Madre Olívia erguer o quanto antes possível um enorme Colégio de Formação e até a data nada se realizou; nem por parte de autoridades de Curitiba e Cascavel, nem por parte dos do lugar. (DIÁRIO DE CRÔNICAS DAS IRMÃS CATEQUISTAS DE RODEIO – SC, 1957).

Além desses conflitos, ainda é possível identificar divergências que geraram atrasos na resolução das demandas da escola. Mesmo assim, no fim de 1957, depois

dos exames finais, nove alunos conquistaram o diploma do 4º ano. A entrega das certificações foi festejada no dia 15 de dezembro, juntamente com a fundação da Biblioteca Infantil “Oswaldo Cruz”.

Depois de muitas lutas, em junho de 1960, iniciaram a limpeza do terreno onde iniciaria a construção da escola, e no mês de julho lançaram-se seus alicerces, com a promessa de conclusão até o fim do ano.

Imagem 13 - Primeiro Jardim da Infância da Escola São José



Fonte: Peroza (2014).

A Imagem 13 destaca a organização da escola dirigida pelas religiosas; as meninas e meninos estão em lados opostos, e a Irmã aparece como figura central e as professoras nas laterais. A vestimenta revela os costumes da época: as mulheres e meninas usavam saias enquanto os homens e os meninos podiam usar bermudas e calças.

A quantidade de crianças na foto demonstra que as turmas atendidas no Jardim de Infância eram numerosas, em relação à quantidade de professores disponíveis para lecionar.

### 3.4 ESCOLA NOSSA SENHORA APARECIDA – 1958

A localidade denominada Patrimônio da Penha era de propriedade do Sr. Elio Zanato, que a comprou do Sr. Fridolino Dillemburg. Em 1961, abrangia 80 alqueires de terra, divididos em datas e chácaras. Para atender à população local, uma escola foi construída pela Fundação Paranaense de Colonização e Imigração e com o auxílio dos moradores, em um terreno doado por Fridolino Dillemburg.

O primeiro professor foi o r Arnaldo Thomaz, que chegou à Penha em 27 de agosto de 1957. Por intermédio de amigos, foi apresentado ao Prefeito de Cascavel, Helberto Edwino Schwarz, que o nomeou como professor municipal, prometendo pleitear a sua nomeação como professor estadual, o que aconteceu depois de algum tempo.

A escola servia também como capela, sendo que o Padre de Corbélia celebrava ali missas para os fiéis.

Imagem 14 - Primeira escola da Penha



Fonte: Peroza (2014).

Na Imagem, visualizamos a inauguração da Escola da Penha, que contou com a presença da população local, do Padre Bernardo Lube, que fez a benção de inauguração, das Irmãs, dos alunos e das professoras da Escola São José. Em agosto de 1961, foi realizada uma festa em prol da comunidade. De acordo com relatos do Livro Tombo da Igreja, foram recebidas muitas pessoas, devido ao grande volume de políticos, buscando votos para a primeira eleição de prefeito e vereadores de Corbélia (marcada para 18 dezembro), e à visita das Irmãs Caritas e Anselma, Franciscanas do Colégio Nossa Senhora Aparecida de São Paulo. Depois de receberem o carinho do povo, por meio de homenagens e flores, concordaram em assumir a responsabilidade pela escola a partir de 1962.

Em novembro de 1961, a escola Nossa Senhora Aparecida, onde lecionava o professor Arnaldo Thomaz, foi desmanchada e reconstruída na quadra, onde futuramente seria levantada a Igreja. A obra foi realizada com o auxílio dos moradores, sendo coordenada pelo carpinteiro Alberto Paini. A construção, que media 18x8m, também servia de Igreja, até que essa fosse construída.

Para abrigar as Irmãs, que chegaram em janeiro de 1962, foi construída uma casa. O grupo foi formado pelas Irmãs Edwiges, Filomena, Lourdes, acompanhadas da Irmã Superiora Caritas, da Irmã Gabriela, da Irmã Antonia e duas juvenistas.

A Escola Nossa Senhora Aparecida iniciou suas atividades escolares em 1962, ofertando o ensino da Pré-Escola à 4ª série, além do curso de admissão. A diretora foi a Irmã Edwiges, cujo nome de batismo era Terezinha de Nunes e Souza.

### 3.5 ESCOLAS RURAIS E URBANAS NAS DÉCADAS DE 1960 A 1980

A partir da emancipação política de Corbélia, em 1961, e diante do crescimento populacional ocorrido na época, surgiu a necessidade de criação de novas escolas para atender à demanda educativa.

Logo que assumiu a Prefeitura, o Sr. Julio Tozzo, por meio da Lei nº 07/1961, criou o quadro de funcionários, constando 15 cargos de professor, a fim de atender às escolas do município. No mesmo ano, por meio da Lei nº 10/1961, foram criados mais 10 cargos de professores do ensino primário rural.

A Lei nº 10 de 26 de novembro de 1963 ampliou o quadro de professores para 40 vagas. De acordo com o Plano Municipal de Educação de Corbélia, entre os anos de 1960 e 1969, havia 67 escolas rurais que exerciam as atividades educacionais,

sem autorização de funcionamento, sendo regulamentadas pelas Secretaria Estadual de Educação (SEED), seguindo as diretrizes da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) nº 4.024/61. Essas escolas estão apresentadas no Quadro 3:

Quadro 3 - Relação de Escolas Rurais Municipais nos anos de 1960-1969

<b>1</b>	Escola Rural Almirante Barroso	<b>35</b>	Escola Rural Nereu Ramos
<b>2</b>	Escola Rural Alto Palmital	<b>36</b>	Escola Rural Ney Braga
<b>3</b>	Escola Rural Anahy	<b>37</b>	Escola Rural Nilson Ribas
<b>4</b>	Escola Rural Bela Vista	<b>38</b>	Escola Rural Olivio Durigon
<b>5</b>	Escola Rural Boa Vista	<b>39</b>	Escola Rural Osvaldo Aranha
<b>6</b>	Escola Rural Bom Jesus	<b>40</b>	Escola Rural Osvaldo Cruz
<b>7</b>	Escola Rural Bragantina	<b>41</b>	Escola Rural Padre Anchieta
<b>8</b>	Escola Rural Cachoeira Abaixo	<b>42</b>	Escola Rural Pasta Mecânica
<b>9</b>	Escola Rural Caparaó	<b>43</b>	Escola Rural Paulo Pimentel
<b>10</b>	Escola Rural Carlos Alberto Moro	<b>44</b>	Escola Rural Pingo de Ouro
<b>11</b>	Escola Rural Castelo Branco	<b>45</b>	Escola Rural Pio XII
<b>12</b>	Escola Rural Centenário do Iguatu	<b>46</b>	Escola Rural Porto Anahy
<b>13</b>	Escola Rural Coelho Neto	<b>47</b>	Escola Rural Porto Zero
<b>14</b>	Escola Rural Colônia São Sebastião	<b>48</b>	Escola Rural Presidente Kennedy
<b>15</b>	Escola Rural D. João VI	<b>49</b>	Escola Rural Presidente Vargas
<b>16</b>	Escola Rural D. João XXIII	<b>50</b>	Escola Rural Princesa Isabel
<b>17</b>	Escola Rural D. Pedro I	<b>51</b>	Escola Rural Rui Barbosa
<b>18</b>	Escola Rural D. Pedro II	<b>52</b>	Escola Rural Rui Gandara
<b>19</b>	Escola Rural Deomilton Picksius	<b>53</b>	Escola Rural Samália
<b>20</b>	Escola Rural do Sapucaí	<b>54</b>	Escola Rural Samambaial
<b>21</b>	Escola Rural Euclides da Cunha	<b>55</b>	Escola Rural Santa Catarina
<b>22</b>	Escola Rural Fazenda Boa Esperança	<b>56</b>	Escola Rural Santa Inês
<b>23</b>	Escola Rural Fazenda São José	<b>57</b>	Escola Rural Santo Antônio
<b>24</b>	Escola Rural General Osório	<b>58</b>	Escola Rural Santos Dumont

<b>25</b>	Escola Rural João Fridolino Dilemburg	<b>59</b>	Escola Rural São Caetano
<b>26</b>	Escola Rural José Bonifácio	<b>60</b>	Escola Rural São João
<b>27</b>	Escola Rural José de Alencar	<b>61</b>	Escola Rural São Miguel
<b>28</b>	Escola Rural Machado de Assis	<b>62</b>	Escola Rural São Vandelino
<b>29</b>	Escola Rural Manoel Ribas	<b>63</b>	Escola Rural Serraria Guarita
<b>30</b>	Escola Rural Marechal Cândido Rondon	<b>64</b>	Escola Rural Serraria Slavieiro
<b>31</b>	Escola Rural Marechal Deodoro	<b>65</b>	Escola Rural Tomé de Souza
<b>32</b>	Escola Rural Mem de Sá	<b>66</b>	Escola Rural Vasco da Gama
<b>33</b>	Escola Rural Monteiro Lobato	<b>67</b>	Escola Rural Visconde de Mauá
<b>34</b>	Escola Rural Munhoz da Rocha		

Fonte: Plano Municipal de Educação de Corbélia – PR (2015) – Dados organizados pela autora.

A Lei nº 14/1967 legalizou a nomenclatura das Escolas Municipais existentes até então. Não foi possível listar os nomes oficializados pela referida lei, pois o anexo se perdeu com o tempo. As denominações das escolas, em sua maioria, têm a ver com o local onde foram construídas, com personalidades políticas (estaduais ou nacionais) ou com Santos da Igreja Católica.

No ano de 1970, foram autorizadas legalmente a construção de salas de aula nas seguintes localidades: Colônia Boa Vista<sup>32</sup>, Samália<sup>33</sup>, Colônia São Miguel<sup>34</sup>, Estrada Anahy/Iguatu<sup>35</sup>, Comunidade Sapucaí<sup>36</sup>, Biquinha<sup>37</sup> e Colônia Lisboa (Rio da Erva)<sup>38</sup>.

Já nos anos de 1971 a 1976, foi autorizada a construção de salas de aula nestes locais: Comunidade Pinhalzinho<sup>39</sup>, na Propriedade do Sr. Honorino Broca<sup>40</sup>, Alto Palmital<sup>41</sup>, Longuinópolis<sup>42</sup>, Colônia Sapucaí<sup>43</sup>, Linha Timburi (antiga Escola

<sup>32</sup> Lei Municipal nº 02/70.

<sup>33</sup> Lei Municipal nº 06/70 e Lei Municipal nº 06/74.

<sup>34</sup> Lei Municipal nº 07/70.

<sup>35</sup> Lei Municipal nº 11/70.

<sup>36</sup> Lei Municipal nº 12/70.

<sup>37</sup> Lei Municipal nº 17/70.

<sup>38</sup> Lei Municipal nº 34/70.

<sup>39</sup> Lei Municipal nº 16/71.

<sup>40</sup> Lei Municipal nº 18/71.

<sup>41</sup> Lei Municipal nº 19/71.

<sup>42</sup> Lei Municipal nº 35/71.

<sup>43</sup> Lei Municipal nº 36/71.

Princesa Isabel)<sup>44</sup>, Patrimônio Iguatu<sup>45</sup>, Rio Tourinho (Fazenda Três Irmãos )<sup>46</sup>, Fazenda Santo Eduardo, Rio Bonito<sup>47</sup>, Porto Anahí<sup>48</sup>, Fazenda Nossa Senhora Aparecida<sup>49</sup>, Linha Munhoz da Rocha<sup>50</sup>, propriedade do Sr. Quirino Fernandes<sup>51</sup>, Boa Vista<sup>52</sup>, Colônia Nova<sup>53</sup>, Serraria Guarita<sup>54</sup>, Placa Aparecida<sup>55</sup>, propriedade de João Zeskoski<sup>56</sup>, Santa Rosa<sup>57</sup>, Sapucaí (propriedade do Sr. João Senna)<sup>58</sup>, Bragantina<sup>59</sup>. Também foi liberada a construção de salas de aula para as Escolas José Bonifácio, Domingos Gazineu, Fagundes Varela e Prudente de Moraes, por meio das Leis nº 07/76, 08/76 e 09/76, respectivamente.

Seguindo essa mesma dinâmica de funcionamento, nos anos de 1970 a 1979, surgiram outras escolas, chegando a um total de 123 unidades escolares rurais, conforme o Quadro 4:

Quadro 4 - Relação de Escolas Rurais Municipais nos anos de 1970-1979

<b>01</b>	Escola Rural Armando Zanato	<b>20</b>	Escola Rural José Bonifácio	<b>40</b>	Escola Rural Rio das Antas
<b>02</b>	Escola Rural Balsa Nova	<b>21</b>	Escola Rural José do Patrocínio	<b>41</b>	Escola Rural Rio Tourinho
<b>03</b>	Escola Rural Benjamim Constante	<b>22</b>	Escola Rural José Frohlich	<b>42</b>	Escola Rural Santa Lúcia
<b>04</b>	Escola Rural Boa Esperança	<b>23</b>	Escola Rural Julia Wanderley	<b>43</b>	Escola Rural Santa Terezinha
<b>05</b>	Escola Rural Cascatinha	<b>24</b>	Escola Rural Lucia Zanella Duce	<b>44</b>	Escola Rural Santo Eduardo
<b>06</b>	Escola Rural Castelo Branco	<b>25</b>	Escola Rural Marechal Floriano	<b>45</b>	Escola Rural Santo Izidoro

<sup>44</sup> Lei Municipal nº 22/72 e Lei Municipal nº 57/73.

<sup>45</sup> Lei Municipal nº 33/72.

<sup>46</sup> Lei Municipal nº 02/73.

<sup>47</sup> Lei Municipal nº 06/73.

<sup>48</sup> Lei Municipal nº 08/73.

<sup>49</sup> Lei Municipal nº 19/73 e Lei Municipal nº 06/75.

<sup>50</sup> Lei Municipal nº 25/73.

<sup>51</sup> Lei Municipal nº 38/73.

<sup>52</sup> Lei Municipal nº 56/73.

<sup>53</sup> Lei Municipal nº 58/73.

<sup>54</sup> Lei Municipal nº 03/74.

<sup>55</sup> Lei Municipal nº 08/74.

<sup>56</sup> Lei Municipal nº 18/74.

<sup>57</sup> Lei Municipal nº 35/75.

<sup>58</sup> Lei Municipal nº 01/76.

<sup>59</sup> Lei Municipal nº 12/76.

<b>07</b>	Escola Rural Costa e Silva	<b>26</b>	Escola Rural Maria Quitéria	<b>46</b>	Escola Rural São Bento
<b>08</b>	Escola Rural D. João Bosco	<b>27</b>	Escola Rural Marilis Pirotelli	<b>47</b>	Escola Rural São Camilo de Lelles
<b>09</b>	Escola Rural Domingos Gazineu	<b>28</b>	Escola Rural Moinho Deitos	<b>48</b>	Escola Rural São João
<b>10</b>	Escola Rural Duarte da Costa	<b>29</b>	Escola Rural Nossa Senhora Aparecida	<b>49</b>	Escola Rural São José
<b>11</b>	Escola Rural Duque de Caxias	<b>31</b>	Escola Rural Olaria Velha	<b>50</b>	Escola Rural São Paulo
<b>12</b>	Escola Rural Fagundes Varella	<b>32</b>	Escola Rural Parigot de Souza	<b>51</b>	Escola Rural Serraria do Salto
<b>13</b>	Escola Rural Floriano Peixoto	<b>33</b>	Escola Rural Paulo VI	<b>52</b>	Escola Rural Serraria Gotz
<b>14</b>	Escola Rural Fuad Nacle	<b>34</b>	Escola Rural Pedro Álvares Cabral	<b>53</b>	Escola Rural Tiradentes
<b>15</b>	Escola Rural Gonçalves Dias	<b>35</b>	Escola Rural Pio XII	<b>54</b>	Escola Rural Tomé de Souza
<b>16</b>	Escola Rural Guilherme Otto	<b>36</b>	Escola Rural Presidente Médice	<b>55</b>	Escola Rural Vereador Ozório
<b>17</b>	Escola Rural Guilherme Senn	<b>37</b>	Escola Rural Prudente de Moraes	<b>56</b>	Escola Rural Vital Brasil
<b>18</b>	Escola Rural João Paulo I	<b>38</b>	Escola Rural Raposo Tavares	<b>57</b>	Escola Rural Wilson Dias Ribeiro
<b>19</b>	Escola Rural Joaquim Nabuco	<b>39</b>	Escola Rural Rio da Erva		

Fonte: Plano Municipal de Educação de Corbélia – PR (2015) – Dados organizados pela autora.

A maioria dos terrenos para a construção das escolas foi cedido pelos moradores das localidades, donos de fazendas e serrarias, no intuito de facilitar o acesso à educação para seus filhos e dos funcionários, além de moradores próximos. Os termos de doação dos espaços encontram-se arquivados na Secretaria Municipal de Educação (Anexo E). No Documento 2 é possível verificar como se dava a doação dos terrenos para construção de salas de aula em madeira ou alvenaria.

## Documento 2 - Termo de Doação de Terreno



## Prefeitura Municipal de Corbélia

ESTADO DO PARANÁ

*Santos Dumont*

TERMO DE DOAÇÃO

Que fazem: MODESTO MOSCARDI, e sua mulher Da. Laura Galter brasileiros, casados, lavradores, residentes e domiciliados neste-município de Corbélia, Comarca de Cascavel, Estado do Paraná, à Prefeitura Municipal de Corbélia ou qualquer outro órgão de direito público.

Que o sr. Modesto Mascardi e sua mulher são senhores e - legítimos possuidores de uma área de terras rural com 10 alqueires paulistas de 24.200 mte<sup>2</sup>. consistentes dos lotes nºs 87/A e 88 da - gleba nº 2 Sapucaí, adquirido da Cia. Brasileira de Imigração e Co- lonização "Cobrinco), por escritura de matrícula imobiliária nºs. 40634 e 19.250 cfe. registro de imóveis de Cascavel, Pr.

Que os quadros doam à Prefeitura Municipal de Corbélia - ou qualquer outro órgão de direito público, uma área de 10.000 me- tros<sup>2</sup>, ou seja 100 x 100 metros, localizada na área referida acima.

Que a referida área deverá somente ser utilizada para - construção de escolas, jardins, quadras de educação física, enfim - tudo que se referir ao ensino.

Que os doadores se comprometem a outorgar a assinar a es- critura pública de doação, no prazo de 30 dias, e assim que a - lei o permita.

E, por estarem certos, justos e concordados, assinam o presente termo de doação em três vias de igual teor e forma, jun- tamente com duas testemunhas que a tudo assistiram.

Corbélia, 04 de Março de 1974

*Modesto Mascardi*  
Modesto Mascardi

*Laura Galter*  
Laura Galter

Testemunhas:

*Françisco Moreira*

*João D. H. de Jesus*

Fonte: Arquivo da Secretaria Municipal de Educação de Corbélia (PR).

A partir de 1980, a Secretaria de Estado da Educação, considerando o disposto na Lei Federal nº 5692/71 (LDB) e o contido nos artigos 73 e 74 da

Deliberação nº 30/80 do Conselho Estadual de Educação, autorizou, por meio da Resolução nº 3711/82, as seguintes escolas a funcionarem:

Quadro 5 - Relação de Escolas Rurais Municipais nos anos de 1980-1989

1	Escola Rural Almirante Barroso	27	Escola Rural Marilis Piretelli
2	Escola Rural Ana Nery	28	Escola Rural Nereu Ramos
3	Escola Rural Armando Zanato	29	Escola Rural Nilson Ribas
4	Escola Rural Benjamim Constant	30	Escola Rural Nossa Senhora Aparecida
5	Escola Rural Casemiro de Abreu	31	Escola Rural Olívo Durigon
6	Escola Rural Costa e Silva	32	Escola Rural Osvaldo Cruz
7	Escola Rural D. João VI	33	Escola Rural Padre Anchieta
8	Escola Rural D. Pedro I	34	Escola Rural Parigot de Souza
9	Escola Rural D. Pedro II	35	Escola Rural Pio XII
10	Escola Rural Deomilton Piksius	36	Escola Rural Presidente Kennedy
11	Escola Rural Domingos Gazineu	37	Escola Rural Presidente Vargas
12	Escola Rural Duarte da Costa	38	Escola Rural Princesa Isabel
13	Escola Rural Euclides da Cunha	39	Escola Rural Prudente de Moraes
14	Escola Rural Fagundes Varela	40	Escola Rural Santa Terezinha
15	Escola Rural Gabriel de Lara	41	Escola Rural Santo Eduardo
16	Escola Rural General Osório	42	Escola Rural Santos Dumont
17	Escola Rural Guilherme Senn	43	Escola Rural São Bento
18	Escola Rural João Fridolino Dilemburg	44	Escola Rural São Camilo Lelles
19	Escola Rural José de Alencar	45	Escola Rural São José
20	Escola Rural José Bonifácio	46	Escola Rural São Paulo
21	Escola Rural José Frolich	47	Escola Rural Tiradentes
22	Escola Rural José do Patrocínio	48	Escola Rural Tomé de Souza
23	Escola Rural Julia Wanderley	49	Escola Rural Vasco da Gama
24	Escola Rural Manoel Ribas	50	Escola Rural Visconde do Mauá
25	Escola Rural Marechal Cândido Rondon	51	Escola Rural Vital Brasil
26	Escola Rural Marechal Floriano	52	Escola Rural Wilson Dias Ribeiro

Fonte: Plano Municipal de Educação de Corbélia – PR (2015) – Dados organizados pela autora.

Alguns nomes de escolas presentes nos Quadros 3, 4 e 5 se repetem, pois as instituições entraram em funcionamento na década de 1960 e permaneceram ao longo dos anos de 1970 e 1980. Devido ao êxodo rural, justificado pela extensa migração da população do campo para as cidades em busca de oportunidades de trabalho nas indústrias e à emancipação política de Braganey, em 1982, houve a diminuição do número de escolas rurais.

Braganey, na condição de município, passou a responder administrativamente pelas escolas Almirante Barroso, na localidade Samália, Dom Pedro II, localizada em Santa Inês, e Tiradentes, localizada em Bragantina.

No ano de 1989, a Escola Rural Gabriel de Lara passou a se chamar Escola Municipal Gabriel de Lara, tendo em vista que sua localização, nesse momento, integrava a área urbana do município. No mesmo ano, a Escola Municipal Jardim Vera Lúcia recebeu a denominação de Escola Municipal Tancredo Neves.

Buscamos determinar a localização, ano de abertura e cessação das Escolas Rurais em funcionamento até a década de 1980, pois só tiveram autorização de funcionamento a partir do ano de 1982. As informações encontradas constam no Quadro 6:

Quadro 6 - Relação de Escolas Rurais Municipais de Corbélia (PR)

<b>ESCOLA</b>	<b>ANO DE FUNDAÇÃO</b>	<b>LOCALIZAÇÃO</b>	<b>ANO DE CESSAÇÃO</b>
1. Escola Rural Almirante Barroso	1970	Samália	Com a emancipação de Braganey, passou a pertencer ao novo município.
2. Escola Rural Ana Nery	1973	Colônia São Sebastião	**
3. Escola Rural Armando Zanato	1966	Bom Jesus	1993
4. Escola Rural Benjamim Constant	1974	Cascatinha	**
5. Escola Rural Casemiro de Abreu	1972	Santa Rosa	1999
6. Escola Rural Costa e Silva	1971	Placa Alvorada	2015*
7. Escola Rural D. João VI	1959	Colônia Nova	1999
8. Escola Rural D. Pedro I	1961	Samambaial	1993
9. Escola Rural D. Pedro II	1965	Santa Inês	Com a emancipação de Braganey, passou a pertencer ao novo município.

10. Escola Rural Deomilton Piksius	1967	Rancho Alegre	1995
11. Escola Rural Domingos Gazineu	1971	Santa Inês/ Rio das Antas	**
12. Escola Rural Duarte da Costa	1967	Centenário Iguatu	1999
13. Escola Rural Euclides da Cunha	1968	Planalto Piquirizinho	1995
14. Escola Rural Fagundes Varella	1973	Água da Jurema	1992
15. Escola Rural Gabriel de Lara	1976	Vila São José	Atualmente denominada Escola Municipal Gabriel de Lara
16. Escola Rural General Osório	1975	Estrada Balsa Nova Samália	**
17. Escola Rural Guilherme Senn	1971	Munhoz da Rocha	**
18. Escola Rural João Fridolino Dilemburg	1973	Munhoz da Rocha Propriedade José da Gama	**
19. Escola Rural José de Alencar	1970	Colônia São Miguel	**
20. Escola Rural José Bonifácio	1966	Colônia Santa Inês	Com a emancipação de Braganey, passou a pertencer ao novo município.
21. Escola Rural José Frolich	1973	Fazenda Sapucaí Carlitão	1993
22. Escola Rural José do Patrocínio	1973	Barra Bonita	2000
23. Escola Rural Julia Wanderley	1970	Boa Esperança	2015*
24. Escola Rural Manoel Ribas	1967	Vendinha	1990
25. Escola Rural Marechal Cândido Rondon	1961	Jaboticabeira Planalto	1999
26. Escola Rural Marechal Floriano	1970	São Joaquim	**
27. Escola Rural Marilis Pirotelli	1973	Rio Bonito	1991
28. Escola Rural Nereu Ramos	1962	Rio das Antas	**
29. Escola Rural Nilson Ribas	1965	Rio Novo	1995
30. Escola Rural Nossa Senhora Aparecida	1969	Placa Aparecida Penha	Atualmente denominada Escola Municipal do Campo Dom Bosco.
31. Escola Rural Olívo Durigon	1967	Ponte do Piquiri	2000
32. Escola Rural Osvaldo Cruz	1973	Porto Anahy	2015*

33. Escola Rural Padre Anchieta	1972	Boa Vista Anahy	2015*
34. Escola Rural Parigot de Souza	1965	Água do Palmital	**
35. Escola Rural Pio XII	1976	Linha Garibaldi	1985
36. Escola Rural Presidente Kennedy	1973	Sapucaí	**
37. Escola Rural Presidente Vargas	1973	Colônia São Pedro	2000
38. Escola Rural Princesa Isabel	1973	Linha Timburi	1997
39. Escola Rural Prudente de Moraes	1973	Samália Iguatu	**
40. Escola Rural Santa Terezinha	1970	Fazenda Wilson	1996
41. Escola Rural Santo Eduardo	1973	Fazenda Santo Eduardo Encruzo Nova Aurora	1999
42. Escola Rural Santos Dumont	1962	Pingo de Ouro	2015*
43. Escola Rural São Bento	1974	Capela São Bento	1989
44. Escola Rural São Camilo Lelles	1970	Biquinha	1991
45. Escola Rural São José	1973	Sítio José Ismael Santa Inês	**
46. Escola Rural São Paulo	1968	Barro Preto	**
47. Escola Rural Tiradentes	1968	Bragantina	Com a emancipação de Braganey, passou a pertencer ao novo município.
48. Escola Rural Tomé de Souza	1968	Campininha	1995
49. Escola Rural Vasco da Gama	1968	Vasquinho	1999
50. Escola Rural Visconde do Mauá	1967	Encruzo Ouro Verde	1999
51. Escola Rural Vital Brasil	1970	Olaria Velha	1999
52. Escola Rural Wilson Dias Ribeiro	1971	Sítio São José Iguatu	**

\*Escolas que estavam inativas desde a década de 1990 e foram cessadas definitivamente em 2015;

\*\* Não foi possível localizar o ano de cessação das atividades;

Fonte: Plano Municipal de Educação de Corbélia – PR (2015) – Dados organizados pela autora.

Notamos, no Quadro 6, que a diversidade de localização das escolas era grande, o que se justifica pela extensão da área rural pertencente à Corbélia. Entre as escolas que estavam em funcionamento na década de 1980, apenas uma foi fundada

na década de 1950. Nas décadas posteriores, foram abertas 19 e 31 escolas rurais, nas décadas de 1960 e 1970, respectivamente.

A emancipação dos distritos de Iguatu e Anahy desencadeou o processo de extinção das escolas rurais a partir de 1990. Em 1999, funcionaram apenas duas escolas rurais mantidas pelo município - as Escolas José do Patrocínio e Presidente Vargas -; as demais foram desativadas. Algumas só finalizaram suas atividades definitivas em 2015.

Muitos professores atuaram nas escolas rurais de Corbélia. Em uma busca nos arquivos da Secretaria Municipal de Educação, foi possível determinar quem foram esses docentes, em que escolas e em quais anos atuaram, como registrado no Quadro 7:

Quadro 7 - Professores das Escolas Rurais Municipais de Corbélia nos de 1960 a 1980

<b>Nome da Escola</b>	<b>Nome dos Professores</b>	<b>Anos de Atuação</b>
<b>Almirante Barroso</b>	Eulina Barankievicz	1965
	Diva Dias	1967
	Celina Simaria Barankievicz	1968
	Dirce de Oliveira	1971
	Iracema de Souza	1972 e 1974
	Rosemari dos Santos	1972 e 1973
	Adolfo Luiz	1973
	Maria de Fatima Mendes	1973
	Maria Ribeiro Sasse	1974 a 1976
	Luiza Ferreira da Silva	1975 e 1976
	Lenir Firmino Alves	1976 e 1977
	Deonina da Rocha Lima	1977 a 1980
	Doralice Fernandes	1978 a 1980
<b>Alto Palmital</b>	Leonilda Espíndola	1964 e 1965
	Maria Stela Salustiano da Silva	1967
<b>Ana Nery</b>	André Ciornei	1967 e 1968
	Adelaide Matzembacher	1971 a 1974
	Frauzina Gonçalves	1976
	Maria Ribeiro Sasse	1977 a 1980
<b>Armando Zanato</b>	Ledir Azevedo	1967
	Cleide Francisco	1971
	Maria de Lourdes Stocker	1973
	Helena Paiva Oliveira	1972 a 1974
	Clotilde Gracioso da Silva	1975 a 1978
	Deonina da Rocha Lima	1977
	Maria das Dores Silva	1979
	Maria Elza dos Santos	1980
<b>Balsa Nova</b>	Maria Mendes de Souza	1972
	Ana Mendes de Souza	1972
<b>Bela Vista</b>	Maria da Conceição Damasceno	1965

<b>Benjamim Constant</b>	Fause Campos de Lima	1976 a 1978
	Ana Maria de Santana Aguiar	1979 e 1980
<b>Carlos Alberto Moro</b>	Maria Stela Salustiano da Silva	1968
	Carina Soares da Rocha	1972 e 1973
	Izaura Gomes Reis	1973
	Maria A. Oliveira	1973
	Cristina Gertrudes Kaiser Melo	1973 a 1976
	Geralda Aparecida Araújo Soares	1974
	Maria José Passarelo	1974
	José Carreiro de Melo	1974 a 1976
	Maria de Fátima Baltazar Soares	1976 e 1977
	Claudiomiro de Oliveira Soares	1978 e 1979
<b>Casimiro de Abreu</b>	Maria S. Pickarczewicz	1965
	Terezinha Lourdes Bruch	1978
	Artidor R. R. Andrade	1979 e 1980
<b>Coelho Neto</b>	Salete Maria Casarotto	1968, 1971 a 1973
	Irma Lubenow	1974
	Odete Casarotto	1974 a 1979
	Assunta Beatriz L. da Silva	1975
<b>Costa e Silva</b>	Maria Raimunda de Jesus	1971 a 1975
	Maria da Conceição Brandão	1972
	Marlene Soares Andrade	1976 e 1977
	Lourdes Aparecida Januário	1978 e 1979
<b>D. João VI</b>	Joana Reway Teixeira	1962, 1964 a 1968, 1971 a 1980
	Daltivia Alves Teixeira	1967 e 1968, 1971 e 1972, 1979 e 1980
	Idanir Vidal Teixeira	1973 e 1974, 1976
	Neli Rosa Dal Maso	1973
	Ester Lopes	1974
	Anadir Vidal Teixeira	1978
<b>D. Pedro I</b>	Liduvina Faccin	1964
	Nelsi Vergutz	1964
	Assunta Mezzaroba	1965
	Walfrido Alves Teixeira	1965
	Antonio Orides Teixeira	1967
	Tereza Mezzaroba	1967 e 1968
	Olivia Salvador	1971 e 1972
	Victalina Lourenço Gomes Alves	
	Irani Schliech Machke	1972 a 1980
<b>D. Pedro II</b>	Maria Nenevê Furtado	1962, 1964 e 1965, 1968
	Antônio Mattiolo	1967
	Glécia Maria Majeovski	1971 a 1973
	Lourdes Galina	1972
	Ladi L. Santacatarina	1973 e 1974
	Jucélia Majeovski	1974
	João Ducalis de Almeida	1976
	Vilma Vanda Souza Ribeiro	1977
	Clotildes Schinato dos Santos	1978 e 1979
	Estázio José dos Santos	1978 e 1979
Maria Aparecida Cruz	1968	

<b>Deomilton Picksius</b>	Neuza Melquides Generoso	1968
	Maria Madalena Assis	1971
	Margarida Dos Santos	1972
	Zildo Brandão	1973 a 1977
	Maria da Conceição Brandão	1973 e 1974
	Maria Ribeiro da Silva	1978
<b>Domingos Gazineu</b>	Nelson Nunes	1972 a 1974
	Alicéia Salvador Nunes	1974 a 1978
	Maria Aparecida Ganda Sousa	1974 a 1978
	Adilson Paiva Maria	1979 a 1980
<b>Duarte da Costa</b>	Marlene Aparecida Marcondes	1968
	Maria de Lourdes Souza	1972
	José P. Feitosa	1973
	Maria José Furis	1974
	Maria Madalena Fachi	1975
	Aniceta Conceição Fêder	1976
	Maria Aparecida dos Santos	1977
	Elvira Luiza de Souza	1978
	Iracema Fávaro Lira	1979 e 1980
<b>Euclides da Cunha</b>	Maria Kluska	1968 a 1971
	Nadir Kluska	1972 a 1974
	Clemiuda Zaparolli	1975
	José Aparecido de Jesus	1976
	Francisca Lucia Ferreira	1977 e 1978
	Jurema Ap. Vidal Teixeira	1979 e 1980
<b>Fagundes Varella</b>	Fátima Gonçalves Sardinha	1976 e 1977
	Maria de Fatima Ribeiro	1978 e 1979
<b>Fuad Nacli</b>	Luiz Boschetti	1971
	Terezinha Lourdes Brustolin	1972 e 1973
	Estázio José dos Santos	1974 a 1976
	Clotildes Schinato dos Santos	1975 e 1976
<b>General Osório</b>	Abel Ferreira da Silva	1968
	Bernarda Rogoguinski	1972,1973
	Leonilda M. Paula Santos	1976 a 1979
	Tereza D. da Silva	1978
	Jacira Tibúrcio Schemberg	1980
<b>Guilherme Senn</b>	Diomar Fuhrmann	1965
	Tereza Zielinski	1965 e 1967
	Leni Lopes Pereira	1971
	Reni Lopes Pereira	1972 a 1977
	Maria do Rozário Vieira	1978
	Inês Fachiochi	1979
<b>João Fridolino Dillemburg</b>	Tereza Zielinski	1964, 1968,1971 e 1979
<b>João Paulo I</b>	Ozília da Vitória	1979
<b>José Bonifácio</b>	Maria Lourdes Weber	1962
	Irani Klauss Schliek	1964
	Arminda Dall Alba	1965
	Maria Nenevê Furtado	1967
	Joselina Effgen	1971
	Lourdes Galina	1972
	Idila Trevisol	1972 a 1980
	Nadir Sanagiotto	1973

	Carmelinda Trevisol	1975 e 1977
	Odete Minuzzo	1978 e 1980
<b>José de Alencar</b>	Abel Ferreira da Silva	1962, 1964 a 1967
	Dirce Maria Pickarczewicz	1976 a 1978
	Maria Seduk Pickarczewicz	1968, 1972 a 1975 e 1979
	Adelmo Francisco Poletto	1973
	Miguel Pickarczewicz	1974
	Nadir Pickarczewicz	1972 a 1974
	Terezinha de Fátima Poletto	1975 e 1976
<b>José do Patrocínio</b>	Lurdes D. Pegoraro	1978 e 1979
<b>José Froelich</b>	Antonia Tadiotto	1962
	Erica Narloch	1962, 1964 e 1965, 1967
	Maria de Lourdes Pereira Mariani	1973
	Izaura Gomes Reis	1974 e 1975
	Maria Goveia dos Santos	1976
	Maria Francisca Beserra	1977
	Soni Fernandes de Souza	1978 a 1980
<b>Julia Wanderley</b>	Neuza Costa	1965
	Alaíde Aparecida Andrade	1972
	Ercilia Palomo Viana	1973
	Maria Madalena Souza	1973
	Elvira Luiza de Souza	1973 e 1974
	Maria Aparecida dos Santos	1974 a 1978
	Maria de Fatima dos Santos	1975 a 1978
	Rita de Cassia Batista	1977
	Olinda de Fátima Lima	1979 e 1980
<b>Machado de Assis</b>	Maria Ilma Rodrigues	1968
	Marina da Silva	1972 a 1974
	Cicera da Silva	1977 e 1978
	Jilza Lino dos Santos	1979
	Dina	1980
	Jurema Amaral Andrade	1980
<b>Manoel Ribas</b>	Maria das Graças Ferreira	1968
	Doroti Balbino Nunes	1971 e 1972
	Maria de Lourdes Taliari	1973
	Aparecida Simões Brandão	1973 a 1979
	Olinda Rodrigues Souza	1974
	Marlene Francisca de Paula	1974 a 1977
	Maria Aparecida Dalago	1977 a 1980
<b>Marechal Candido Rondon</b>	Terezinha Vidal	1968
	Maria Kluska	1971
	Clotildes Schinato dos Santos	1973
	Maria Joana de Oliveira	1973 e 1974
	Estázio José dos Santos	1975
	Inês B. Bueno	1975
	Adelir Trentin	1976 e 1977
	Iris Trentin	1976 e 1977
	Deonir Trentin	1976 e 1977
	Artidor R. R. Andrade	1978 e 1979
	Jurema A. Andrade	1979 a 1980
	Maria Aparecida Bueno Marques	1968
	Maria Aparecida Aguiar	1971

<b>Marechal Deodoro</b>	Calmita P. Lima	1971 a 1976
	Maria de Lourdes Reis	1971 a 1975 e 1979
	Benedita Rosa	1972
	Iracema de Souza	1972 e 1974
	Maria Elizabete Lapuch	1973 e 1974
	Maria José Gomes	1972 a 1976
	Iracema dos Santos Rocha	1973, 1978 e 1979
	Vanda F. Lapuch	1973, 1975, 1977 a 1979
	Maria Lucia Ferdinande	1974
	Maria M. P. Lima	1974
	Maria Elohi Santos Comiran	1974 a 1978
	Dulce Mari Comiran	1974 a 1976
	Marlene dos Santos Gomes	1974 a 1976
	Marina da Silva	1975 a 1979
	Lucia Aparecida Frota	1976 e 1977
	Maria de Fatima Figueira	1976 a 1978
	Doralice Fernandes	1977
	Maria de Lourdes Martins	1977 e 1978
	Tânia Helena Lapuch	1979
	Roseli de Jesus Ferdinande	1979
<b>Marechal Floriano</b>	Lucia Martins Escanhola	1972
	Maria Aparecida Ganda Sousa	1972 a 1974
	Calmita P. Lima	1973
	Maria de Lourdes Reis	1973
	Maria Aparecida Pereira	1973 e 1974
	Maria Regina Pelegrina	1974
	Emilia Gomes da Silva	1976
	Adelir Schinato dos Santos	1977 e 1978
	Eleni de Souza	1977 e 1978
	Pedro Raimundo	1979 e 1980
Adelar Ribeiro de Castilho	1980	
<b>Maria Quitéria</b>	Maria do Socorro Almeida Ruela	1978 e 1979
	Maria Aparecida de Lima	1979
<b>Marilis Pirotelli</b>	Leonilda P. Hanchut	1974 a 1977
	Lenir Mattiolo	1978
	Tereza Martins	1979
<b>Mem de Sá</b>	Calmita Pereira Lima	1968
	Armindo Denardin/ Ilvanir Denardin	1971
	Maria Aparecida da Silva	1973
	Maria Sonia dos Santos	1974 e 1976
	Ivonete dos Santos	1975
	Geni dos Santos	1978
<b>Monteiro Lobato</b>	Inês Tomaz	1964
	Valda Paschoarelli	1964
	Dilma Frohling	1965
	Elza Fago	1965
	Irma Prevedelo	1965
	José Alves de Souza	1965
	Maria Aparecida de Sousa	1965, 1978 e 1979
	Sirlei Prevedello	1967
	Etília Pichischi Moreira	1962, 1965 e 1968
	Vitor Karachinski	1964

<b>Nereu Ramos</b>	Anazir Alves dos Santos	1967
	Elvira Nakoneczney	1967 e 1968
	Maria Helena Michalzeszen	1971 e 1972
	Josefa Michalzeszen	1973
	Maria Nakoneczney	1974 e 1977
	Antonio Mattiolo	1976
	Maria Piekargewicz	1978 a 1980
<b>Nilson Ribas</b>	Nilsa Lazzari	1968
	Inês Deitos Jurkevicz	1973 a 1979
	Maria Vieira de Carvalho	1973
<b>Nossa Senhora Aparecida</b>	Francisca Ramires Bondezan Gautolini	1971 a 1978
	Nadir Dias Ramires	1971 a 1979
	Maria de Lourdes Reis	1974
	Maria de Lourdes Silva	1978 e 1979
	Dalvina Vicentina Ferreira	1979
<b>Olivo Durigon</b>	Silvia T. Andreani	1968
	Marcilio Dalto	1972
	Lenice de Fátima Gomes	1973
	Conceição do Nascimento	1974
	Rosidete Eloi Branco	1977
	Itamar Ubial	1978
<b>Oswaldo Cruz</b>	Alvino Barbosa Sobrinho	1962, 1964 e 1965
	Lidia Sanches	1964
	Ana Tereza Schmidt	1965
	Elena Kaoru Hanada	1965
	Gertrudes Sontag	1965
	Ercilia Terezinha Teste	1965, 1967 e 1968
	Aurelice Marcos de Oliveira	1967
	Dirce da Silva	1971
	Elizabeth Ferreira	1971 e 1972
	Nair Testa	1972
	Terezinha Mitsuko Okuzono	1973
	Maria José da Silva	1973 a 1978
	Sebastião Correia da Silva	1978
	Ana Aparecida Silva	1979 e 1980
	Maria de Fatima Vilas Boas	1979 e 1980
	Nazário Detofól	1963
	Clarice Aparecida de Sousa	1967 e 1971
	Neuza Ferreira da Silva	1967 e 1968
	Maria Aparecida Neves da Cruz	1968, 1971 a 1974
	Afonso Ligório da Cruz	1971 a 1974
	Antonia Aparecida Bertollo	1971
	Luiz Antonio Pereira Prado	1972
	Selma de Souza Costa	1972
	Zilda Nagliatte	1972 a 1975
	Lourdes Tertuliano Nagliate	1972 a 1980
	Maria Francisca Beserra	1973 a 1975
	Maria Vieira de Carvalho	1974
	Cícera dos Anjos	1974, 1976 e 1978
	José do Carmo Marcelino	1975 a 1980
	Josefa Santos do Nascimento	1975
Luzia Batista Silva	1975	

<b>Padre Anchieta</b>	Ester Soares de Andrade	1976
	Iraci Zabel	1978
	Lidia Kolbenik	1979 e 1980
<b>Paulo Pimentel</b>	Inédia Favin	1968, 1971 e 1972
	Clara Terezinha Geiss	1974
	Lurdes D. Pegoraro	1977
<b>Paulo VI</b>	Luiz Boschetti	1971
	Valdemira Pivotto	1972
	Marlei Salete Borges	1973
	Estázio José dos Santos	1973 e 1976
	Artidor R. R. de Andrade	1978
<b>Pedro Cabral</b>	Margarida dos Santos	1976
	Francisca M. Reginaldo	1977 a 1979
	Otalvina Reginaldo	1978
<b>Pio XII</b>	Gladis Maria Romitti	1967
	Elides Specia	1968
	Lourdes Alberton	1971
	Elisa Zanatta	1972
	Angelina Skura	1973
	Terezinha Dobcz Ruiz	1973
	Conceição Firmina de Lima	1974
	João Batista de Mattos	1975
	Marli Forteski	1976
	Madalena Aquino	1977
	João Enervi Alberton	1978 a 1980
<b>Presidente Kennedy</b>	Erica J. Narloch	1968
	Carlos Narloch	1971
	Maria Goveia dos Santos	1977 e 1978
	Amires do Carmo Maria	1979 e 1980
	<b>Presidente Médici</b>	Rosinha Boeno dos Santos
<b>Presidente Vargas</b>	Elói Ernesto Belorini	1962
	Antonio Mattiolo	1964 e 1965
	Maria Tereza Antonello	1967 e 1968
	Vicente Kraieski	1971, 1975 e 1976
	Leonilda P. Miranda	1972
	Cleonita M. Pagani	1973
	Égide Tebaldi	1973 e 1974
	Ozília Rizzo da Vitória	1976
	Jurema A. Andrade	1977
	Antonia R. dos Santos	1978
Lidia Tebaldi	1979 e 1980	
<b>Princesa Isabel</b>	Erna Floriano	1965
	Alzira Jandrey	1968, 1972 a 1974
	Madalena Daquino	1975 e 1976
	Isaura Oliveira Pachensky	1976 e 1978
	Maria Egídia Silvestre	1979 e 1980
<b>Prudente de Moraes</b>	Jardelina do Espírito Santo	1976
	Aniceta Conceição Fêder	1977 a 1979
	Jacira Santos	1980
<b>Rui Barbosa</b>	Vicente Kraieski	1971
<b>Santa Catarina</b>	Luci Elisa Paganello	1964
	Lurdes Dall Apria	1965 a 1967
<b>Santa Lucia</b>	Carolina dos Reis	1972

	Idelma Tereza Rossi	1973 a 1975
	Ivone Stefanello	1976
<b>Santo Eduardo</b>	Cileide Simões de Almeida	1972
	Norma Alzira Rodrigues	1973
	José Carlos Andrade	1974 e 1975
	José Carreiro de Melo	1977
	Cristina Kaiser Melo	1977 e 1978
	Maria de Fatima Baltazar Soares	1978 a 1980
	Claudiomiro de Oliveira Soares	1978 e 1979
	Zoneide Durski	1980
<b>Santo Isidoro</b>	Anita Boniatto	1971
	Maria de Lourdes Oliveira	1972
	Otalvino Zimmermann	1972
	Izaura Gomes Reis	1973
	Nelve Clarice Gross	1974 e 1975
	Madalena dos Santos Aquino	1977
	Maria Trindade Gil de Azevedo	1978
<b>Santos Dumont</b>	Ana Bernardina Guerra Moscardi	1965 e 1967
	Alice da Silva	1967 e 1968
	Aparecida Simões	1971 e 1972
	Maria José da Silva	1972
	Matilde Catarina Simões	1972 a 1974
	Albirani Batista dos Santos	1973 e 1974, 1976, 1978, 1980
	Lindalva Moreira Camapum	1975
	Aparecida de Fatima Zaneti	1977 a 1980
	Ana Lucia Inacio	1979 e 1980
<b>São Bento</b>	Catarina Miranda	1972
	Lucas Cupinski	1976
	Erica Jung Narloch	1977 a 1980
<b>São Camilo de Lelles</b>	Josefa Santos do Nascimento	1972 a 1979
	Luzia Batista da Silva	1974 a 1976
	Zenilde Santos	1978
<b>São João</b>	Maria Ivandir Adami	1962
	David Androcheska	1965
	Leonilda Spindola	1965
	Rosa Mary Cassini	1965
	Maria Regina Pelegrina	1975, 1978 e 1979
<b>São José</b>	Niquelina Stemposki	1965
	Maria José Martinuzzo	1974
	Mirian Ermi Zaar	1976
	Terezinha Lurdes Brustolin	1976
	Joaquim Mageski	1977 e 1978
	Mauricio M. da Silva	1979
<b>São Pedro</b>	Ozília da Vitória	1973 a 1978
<b>São Vendelino</b>	Irani Schliek Machke	1965
	Cleci Casarolli	1967 e 1968
	Gladis Maria Romitti	1971
	Vania Forte	1972 a 1974
	Nair Maria Marasca	1975
	Carlos Alberto Ferst	1976
	Edith Detz	1967
	Lourdes Maria Poletto	1970

<b>Tiradentes</b>	Hilda Nolli	1971
	Maria Conceição Oliveira	1972
	Maria Aparecida Xavier da Silva	1973
	Ercilia Palomo Viana	1974 a 1980
	Lucrécia Denardin Bruno	1977 a 1980
	Carne Marli Piran	1977 a 1979
<b>Tomé de Souza</b>	Terezinha E. Beltramin	1968
	Inês Fachiochi	1971 a 1977
	Neide Fachiochi	1971 a 1973
	Leonita Gross Klans Reinke	1978 e 1979
<b>Vasco da Gama</b>	Maria Dirde da Silva	1968 a 1971
	Elena Chimello	1972
	Carmen Lucia Andrade	1973
	Ivone Dobicz	1974
	Eliane Weber	1975 e 1976, 1979
	Cirilei Almeida	1977 e 1978
	Sebastião Ap. da Cruz	1980
<b>Vereador Osório</b>	José dos Santos	1973
	Eronidina Lima Santos	1975 e 1976
	Fatima de Jesus Silva	1977
	Inês Fachiochi	1979
<b>Visconde de Mauá</b>	Florinda Rosa Vilele	1968
	Aurelice Marcos Oliveira	1971
	Luzia Felber Batista do Nascimento	1972
	Maria Ivone de Oliveira	1972 e 1973
	Anita Boniatto	1973
	Maria José Carvalho	1973
	Manuel Messias Neves	1974 e 1975
	Selma de Souza Costa	1974
	Alice Negrão	1975
	Soni Fernandes	1976
	Vilma Casado Jacomel	1976
	Elizabeth Menezes Martins	1977 e 1978
	Lea Clara Batista do Nascimento	1978 a 1980
	Maria Ferreira Santos	1979
<b>Vital Brasil (Olaria Velha)</b>	Luiz João da Azevedo	1972
	Tereza Rodrigues da Silva	1972 a 1979
	Joana Vieira Carrasco	1974
	Maria José da Silva	1975
	Euza Maria da Silva	1979
<b>Wilson Dias Ribeiro</b>	Luiza Ferreira do Nascimento	1972 e 1973
	Alaíde Aparecida Andrade	1973
	Guimar Ferreira	1973
	Clarice Aparecida Batista	1974
	Lucia M. Escanhola	1974
	Celina Ramos Ratz	1975
	Benedita Marta Silva	1976
	Clotildes Schinato dos Santos	1977
	Estázio José dos Santos	1977
	José Florentino Silva	1978
Antonio Neves Costa	1979 e 1980	

Fonte: Secretaria Municipal de Educação de Corbélia (PR) – Dados organizados pela autora.

Analisando os nomes que constam no quadro, e por serem, em sua maioria, de professores que atuaram nas escolas municipais até pouco tempo, é possível estabelecer um certo padrão. Muitos iniciavam a carreira cedo, sem formação específica. Com base nos arquivos da Secretaria Municipal de Educação, verificamos que a maioria dos professores era leiga, atuava nas comunidades onde residia, ensinava parentes e vizinhos mais próximos.

O quadro permite acompanhar a trajetória dos professores nas escolas em funcionamento nos diferentes anos e a rotatividade destes no município, bem como em que anos as escolas estiveram em funcionamento

Tais docentes atuaram em escolas construídas com a participação popular. Como já destacado, os termos de doação dos terrenos para construção de escolas, nas comunidades rurais, demonstram a preocupação com a escolarização das futuras geração. As plantas baixas (Anexo D), por sua vez, evidenciam a simplicidade da maioria dos prédios escolares, feitos geralmente de madeira, compostos por uma sala de aula para turmas multisseriadas e uma cozinha pequena para a preparação do lanche. Inclusive, os alimentos foram, por muito tempo, preparados pelos próprios professores.

Assim, percebemos a importância do professor nesses espaços, pois, além de ensinar os alunos de primeira à quarta séries, ainda se encarregava da alimentação e limpeza do local.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em todo o desenvolvimento deste trabalho, procuramos atingir o objetivo inicial: compreender o processo histórico de escolarização no município de Corbélia a partir de seus determinantes econômicos, sociais, políticos e culturais, assim como evidenciar os elementos históricos que contribuíram para a organização da educação institucionalizada.

O trabalho foi elaborado a partir da investigação e da interpretação de fontes primárias e secundárias relacionadas ao objeto de pesquisa. Iniciamos a investigação com a catalogação de fontes primárias, existentes na Secretaria Municipal de Educação, na Prefeitura Municipal de Corbélia, no Museu Municipal, Biblioteca Municipal, Câmara Municipal de Vereadores e nos arquivos da Escola Municipal São José e Núcleo Regional de Educação. Nesses locais, encontramos documentos históricos, tais como: atas de resultados finais; listas de professores; atas de reuniões pedagógicas; livro ponto de docentes; relatórios de desempenho escolar; livros de registro de classe; e a relação de alunos matriculados. Além disso, reunimos diversas Leis, Decretos e Resoluções (municipais, estaduais e federais) que tratavam sobre a escolarização.

O trabalho de levantamento, de catalogação e de registro das fontes contribuiu tanto para uma investigação mais completa do objeto de pesquisa quanto para a preservação dessas fontes e, conseqüentemente, da memória histórica. Todavia, muitas dificuldades foram encontradas no levantamento das fontes, haja vista que muitas vezes estavam arquivadas de forma desorganizada. Outros desafios estavam relacionados à pandemia da covid-19, que, por conta dos protocolos de isolamento e distanciamento social, impediram um contato mais direto nos locais de pesquisa.

Pontuamos, ainda, que muitas fotos e fontes foram perdidas pela falta de arquivamento adequado e por intemperes climáticas, como é o caso de uma chuva de granizo que ocorreu em setembro de 2013, devastando boa parte da cidade e danificando o telhado da Câmara Municipal de Vereadores, onde muitos documentos estavam armazenados.

A leitura das fontes foi subsidiada pela pesquisa bibliográfica, que nos permitiu compreender tanto questões metodológicas (por exemplo, a leitura de imagens, plantas de escolas, documentos etc.) como as questões relacionadas ao objeto de pesquisa propriamente dito, o processo de escolarização.

Para compreender tal processo, foi necessário analisar o contexto sócio-histórico em que as escolas foram implantadas, indagando-se onde, como, quando e por que tais escolas funcionaram. Nesse sentido, os estudos sistematizados no primeiro capítulo foram relevantes, visto que possibilitaram o entendimento de como ocorreu a colonização do município de Corbélia e o seu desenvolvimento socioeconômico.

Constatamos que a ocupação do município de Corbélia ocorreu no movimento de colonização do estado do Paraná, mais especificamente da região Oeste. Foi influenciada por diversos fatores, sendo os mais importantes a Marcha para o Oeste e a criação da Colônia Militar de Foz do Iguaçu.

A região Oeste paranaense foi considerada estratégica por causa de sua localização na fronteira com o Paraguai e a Argentina, permanecendo, por longas décadas, inexplorada e desabitada pelos brasileiros. Tais circunstâncias permitiram que paraguaios e argentinos acessassem o território por meio do Rio Paraná e explorassem irregularmente as riquezas naturais do Oeste paranaense, como a madeira e a erva-mate. O governo brasileiro somente demonstrou interesse em colonizar a região diante da criação de uma Colônia Militar em Foz do Iguaçu. Juntamente com a criação da Colônia Militar, havia o interesse de ocupar a região fronteira, pois acreditava-se que, dessa forma, o país estaria protegido contra a invasão e exploração dos estrangeiros no território brasileiro.

Os primeiros povoados da maioria das cidades do Oeste do Paraná iniciaram pelos construtores da rodovia, que acampavam nos arredores de onde seria construída a estrada, fixando suas residências, e pelos migrantes que vinham de outros estados em busca de terras devolutas para colonizar. Assim se constituiu o município de Corbélia. O povoado, que teve início entre as décadas de 1940 e 1950, esteve primeiramente ligado à Cascavel, que, à época, era distrito do município de Foz do Iguaçu, mas foi se desenvolvendo e transformou-se, em 1957, em distrito administrativo do recém-emancipado Município de Cascavel. A emancipação municipal ocorreu em 1961.

Da mesma forma como a história da colonização do município foi influenciada por diversos fatores, os movimentos migratórios que possibilitaram a constituição do município contribuíram para a criação das primeiras escolas, localizadas principalmente no campo. Para entender como se deu a escolarização nesse município, enfatizamos o período compreendido entre 1955 e 1982, considerando que

os registros da primeira escola em funcionamento datam de 1955, período anterior à emancipação. Nesses primórdios, a história da educação local foi fortemente influenciada pela Igreja Católica, que teve um papel central.

Notamos que, durante o recorte histórico pesquisado, existiram em Corbélia inúmeras instituições escolares que foram criadas para atender a uma população emergente e carente de educação. Apesar de se tratar de um município de origem recente (com 60 anos de história), muitas instituições escolares foram criadas e fechadas em um curto espaço de tempo.

Em toda sua trajetória histórica, catalogamos 123 escolas públicas primárias localizadas no campo e na cidade. Das escolas rurais, quase todas foram desativadas, mas uma passou a fazer parte das escolas urbanas diante do crescimento da cidade e outra mudou de nome, permanecendo no Distrito de Nossa Senhora da Penha.

Constatamos que o final da década de 1950 foi crucial para o processo de ocupação de terras e, por sua vez, para a necessidade de escolarização formal. Na década de 1960, quando a população do campo era expressivamente maior que a da cidade, o poder público assumiu gradativamente a responsabilidade pela criação de novas escolas e pela manutenção das já existentes. O número de escolas criadas foi crescente até a década de 1970, quando, em um movimento contraditório, a partir da década de 1980, ocorreu um processo de fechamento de escolas, em grande parte devido ao êxodo rural e ao desmembramento territorial que deu origem a novos municípios.

Ao analisar os fatores que contribuíram para a ascensão e o declínio dessas instituições, concluímos que a ascensão esteve relacionada ao aumento populacional que foi crescente até a década de 1970, quando os índices atingiram o auge de 39.824 habitantes em todo o território corbeliano. A maioria das escolas estava localizada na zona rural, onde concentrava-se a maior parte da população (aproximadamente 92,4%). Até a década de 1960, havia no centro da cidade apenas duas escolas: a Escola São José e o Complexo Escolar São Judas Tadeu, que integrava os Grupos Escolares Duque de Caxias, Amâncio Moro e Castro Alves.

Outro fator que contribuiu para o aumento da demanda escolar relaciona-se às mudanças na concepção de educação, que assumiu maior relevância perante a população. Embora as legislações educacionais procurassem garantir que a educação fosse para todos, sabemos que, por muito tempo, foi privilégio para poucos. No início, os pais matriculavam seus filhos na escola para que adquirissem

conhecimentos básicos como ler, escrever e contar. Já os que possuíam mais recursos, encaminhavam seus filhos para concluir os estudos em centros mais desenvolvidos, por exemplo, na capital do estado, Curitiba, onde eram oferecidos cursos de caráter profissionalizante, o que mais tarde, passou a ser ofertado em Corbélia, como os cursos de Magistério e de Técnico em Contabilidade.

O movimento de fechamento das escolas foi intenso na década de 1980, porém, gradativo nas décadas seguintes. Conforme evidenciamos no Quadro 6, a partir da década de 1990, o índice geral da população entrou em declínio, chegando a totalizar 16.312 habitantes, em 2010.

Ainda com base nos dados levantados na pesquisa, verificamos que a migração ocorrida internamente no município é reflexo de um movimento que ocorreu no Paraná e nos demais estados do país. Ao mesmo tempo em que as pessoas deixavam o campo e mudavam-se para a cidade, também migravam dos municípios essencialmente agrícolas para as cidades e estados com economia mais diversificada.

Além do decrescente índice populacional, outro fator que estimulou o fechamento das escolas foi a implantação de novas políticas educacionais, como a municipalização de ensino e a nuclearização. Evidenciamos que a primeira escola foi criada na sede da cidade de Corbélia em 1955, sucedida pela implantação de outras na zona rural, estando presentes em todas as localidades do município.

O fechamento das escolas não foi mera imposição por parte das autoridades municipais. Muitas instituições foram fechadas devido à falta de demanda, ocasionada pelo êxodo rural. Ao mesmo tempo, muitas famílias abandonaram o campo por falta de escolas ou para que seus filhos pudessem dar continuidade aos estudos, para além do ensino primário.

Em se tratando dos aspectos estruturais, a partir das plantas baixas analisadas, pudemos compreender que as escolas localizadas na zona rural, em geral, funcionavam com precariedade. A maioria foi construída em terrenos doados pelos moradores locais, como é evidenciado por meio dos Termos de Doação coletados (Documento 2). Os pequenos prédios, geralmente construídos em madeira, continham apenas uma sala de aula, ou no máximo duas, que atendiam a turmas multisseriadas, uma cozinha e um espaço para horta, cultivado pelos professores e alunos.

O movimento de criação e cessação das escolas rurais foi impulsionado por diversos fatores: o processo de colonização do Estado do Paraná, da região Oeste e

do município de Corbélia; a oscilação entre a população rural e urbana motivada por mudanças na organização da agricultura brasileira; e a implantação de políticas educacionais voltadas para a municipalização e para a nuclearização das escolas. Esses foram os principais fatores que contribuíram diretamente no fluxo de criação e de desativação das escolas rurais em Corbélia.

Ao estudar a História da educação brasileira, é possível observar a estreita relação entre educação e religião. Seguindo esse movimento nacional, ressaltamos a presença da Congregação das Irmãs Catequistas Franciscanas, que chegaram à Corbélia e, em 1956, já participavam ativamente das primeiras ações educacionais.

Conforme imagens e documentos destacados nesta pesquisa, é perceptível a forte presença religiosa no processo de escolarização local. Foram 27 anos de domínio permanente na educação de Corbélia. Tal fenômeno merece uma reflexão para compreender a história da educação local e regional.

Ao finalizamos o trabalho, ressaltamos a importância das fontes, as quais não serviram apenas como ponto de partida, mas subsidiaram o desenvolvimento da pesquisa. Compreendemos a importância de recuperar e valorizar as fontes para a compreensão da história da educação, pois as instituições pesquisadas estão inseridas em um contexto maior, no qual se relacionam constantemente.

As fontes têm significados associados ao contexto e expressam a história dos sujeitos. Apesar de procurarmos analisar o objeto em sua totalidade, sabemos que ainda restaram lacunas. Assim, pretendemos que os conhecimentos sistematizados neste trabalho sirvam como estímulo e inspiração para realização de outras investigações.

## REFERÊNCIAS

- ABREU, Raphael Lorenzato de. Localização de Corbélia no Paraná. **Wikipédia**, 11 de novembro de 2006. Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Corb%C3%A9lia#/media/Ficheiro:Parana\\_Municip\\_Corbélia.svg](https://pt.wikipedia.org/wiki/Corb%C3%A9lia#/media/Ficheiro:Parana_Municip_Corbélia.svg). Acesso em: 20 jan. de 2021.
- AMOP. Associação dos Municípios do Oeste do Paraná. Departamento de Educação. **Currículo básico para a escola pública municipal**: Educação infantil e ensino fundamental - anos iniciais. - Cascavel: AMOP, 2014. Gráfica Assoeste e Editora Ltda.
- ANDRADE, Rodrigo Pinto de; TOLEDO, César Alencar Arnaut de. História da educação, instituições escolares, fontes e pesquisa em arquivos na região oeste do Paraná. **Revista Linhas**, [S.l.], v. 15, n, 28, p. 175-199, 2014. Disponível em: <https://revistas.udesc.br/index.php/linhas/article/view/1984723815282014175>. Acesso em: 15 maio 2020.
- ARANHA, Maria Lúcia Arruda. **História da Educação**. São Paulo: Moderna, 1996.
- BARROS, José D'Assunção. **O Campo da História**. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.
- BASBAUM, Leôncio. **História sincera da República de 1930 a 1960**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1975.
- BITTAR, Marisa; BITTAR, Mariluce. História da Educação no Brasil: a escola pública no processo de democratização da sociedade. **Acta Scientiarum Education**, Maringá, v. 34, n. 2, p. 157-168, 2012. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciEduc/article/view/17497>. Acesso em: 20 jan. de 2021.
- BOTTOMORE, Tom (org.). **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.
- BRASIL. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Censo 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/corbélia/panorama>. Acesso em outubro de 2020.
- CRESTANI, Leandro de Araújo. **Colonização do Oeste do Paraná**. 2021. 52 slides. Disponibilizado pelo autor em 11 abr. 2022.
- CRESTANI, Leandro de Araújo; BALLER, Leandro, OLIVEIRA; Nilton Marques de. **História, fronteiras e territórios: a construção do espaço agrário**. – Toledo: Fasul, 2016.
- DIÁRIO DE CRÔNICAS DAS IRMÃS CATEQUISTAS DE RODEIO – SC. Corbélia, 1956-1982.

EMER, Ivo Oss. **Desenvolvimento do Oeste do Paraná e a construção da escola**. 1991. Dissertação (Mestrado em Educação) - Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1991.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. Boris Fausto: colaboração de Sérgio Fausto. 14. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013.

FERREIRA, João Carlos Vicente. **O Paraná e seus municípios**. Maringá, PR: Memória Brasileira, 1996.

FERRETI, Salete. **Ocupação e Colonização do Município de Corbélia**. 1994. Monografia (Especialização em Geografia do Brasil) - Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 1994.

FORTE, Grindier. **Festa das Mães: a construção da identidade e a manutenção dos laços de sociabilidade no Distrito Nossa Senhora da Penha (1996-2016)**. 2017. Monografia (Licenciatura em História) - Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba, 2017.

FRANCISCANAS CATEQUISTAS CELEBRAM 106 ANOS DE FUNDAÇÃO. **Franciscanos**, 15 de janeiro de 2021. Disponível em: <https://franciscanos.org.br/noticias/franciscanas-catequistas-celebram-106-anos-de-fundacao.html#gsc.tab=0>. Acesso em: 20 jan. de 2021.

GHIRALDELLI JUNIOR, Paulo. **História da Educação**. São Paulo: Cortez, 1992.

GOMES, Maria Valdeny Ferreira. **A expansão da escola pública primária na região oeste do Paraná (1970-1980)**. 2012. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, 2012.

GOMES, Marquiana de Freitas Vilas Boas. **Geografia do Paraná: Imagens e Paisagens**. 1.ed. Volume único: 4º e 5º ano. São Paulo: Moderna, 2011.

GOOGLE MAPS. Corbélia. **Google Maps**, 2022. Disponível em: <https://www.google.com/maps/place/Corb%C3%A9lia,+PR,+85420-000/@-24.7918686,-53.3138056,7833m/data=!3m2!1e3!4b1!4m5!3m4!1s0x94f231f4dba9f175:0x22f74524dcc7c5a9!8m2!3d-24.7968776!4d-53.2950198>. Acesso em: 20 jan. de 2021.

HOBBSAWN, Eric J. **Sobre história**. Tradução de Cid Knipel Moreira. São Paulo, Companhia das Letras, 2013.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. 2. ed. Tradução de Célia Neves e Alderico Toríbio. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

KUENZER, Acácia Zeneida. Desafios teórico-metodológicos da relação trabalho educação e o papel social da escola. *In*: FRIGOTTO, Gaudêncio (org.). **Educação e crise do trabalho: perspectivas de final de século**. Petrópolis: Vozes, 1998, p. 55-75.

KUENZER, Acácia Zeneida. Conhecimento e competências no trabalho e na escola. *In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 25, 2002, Caxambu. Anais...* Caxambu: Anped, 2002.

KULESZA, Wojciech Andrzej. Igreja e Educação na Primeira República. *In: MACHADO, Charliton José dos Santos; SCOCUGLIA, Afonso Celso (orgs.) Pesquisa e historiografia da educação brasileira.* Campinas, SP: Autores Associados, 2006.

LINDNER, Sandra Inês. **A escolarização em Toledo: uma luz na escuridão da mata** – Fundação Educacional de Toledo – FUNET (1974-1984). 2019. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, 2019.

LOMBARDI, José Claudinei. **História e historiografia da educação no Brasil.** *In: COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO, 3, 2003, Vitória da Conquista. Conferência.* Vitória da Conquista, BA: UNEB, 2003.

MANACORDA, Mario Alighiero. **História da Educação: da Antiguidade aos nossos dias.** São Paulo, Cortez/Autores Associados, 1989.

MARX, Karl; ENGELS, Friederich. **A ideologia alemã.** Tradução de Luis Cláudio de Castro e Costa. São Paulo, Martins Fontes 1984.

MELO, Claudia Ferreira de. **Cidade, ensino e memórias públicas em Cascavel – Pr.** 2016. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2016.

MIGUEL, Maria E. B. Do levantamento de fontes à construção da historiografia: uma tentativa de sistematização. *In: NASCIMENTO, Maria Isabel Moura; SANDANO, Wilson; LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Dermeval (orgs.) Instituições Escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica.* Campinas, SP: Autores Associados; HISTEDBR; Sorocaba, SP: UNISO; Ponta Grossa, PR: UEPG, 2007.

MORITZ, Leila Lúcia Pavan. **História da Educação no Município de Corbélia – Décadas 1950/1960.** 2005. Monografia (Especialização História da Educação Brasileira) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, 2005.

MUFATTO, Lidiane Maciel. **O projeto especial multinacional de educação – Brasil – Paraguay – Uruguay e a concepção da escola pública na região Oeste do Paraná: 1975 a 1983.** 2016. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, 2016.

MYSKIW, Antônio Marcos. **Colonos, posseiros e grileiros: conflitos de terra no oeste paranaense (1961-1966).** 2002. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2002.

NADALIN, Sérgio Odilon. **Paraná: Ocupação do Território, População e Migrações.** 1. ed. Curitiba: SEED, 2001. (Coleção História do Paraná; textos introdutórios).

NAGEL, Lizia Helena. O Estado brasileiro e as políticas educacionais a partir dos anos oitenta. *In*: NOGUEIRA, Francis Mary Guimarães (org.). **Estado e políticas sociais** no Brasil. Cascavel: Edunioeste, 2001.

NATH, Valdecir Antônio. **A importância do Estudo da história regional para a compreensão das relações de poder e cultura que se estabelecem no mundo contemporâneo**. 2010. Material Didático (Programa de Desenvolvimento Educacional) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, 2010.

NATH, Valdecir Antônio. **A primeira escola pública secundária de Cascavel: o Ginásio Wilson Joffre (1960-1980)**. 2013. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, 2013, volume 1.

PACHECO, Patricia. **História das instituições escolares: Escola Manoel Ludgero Pompeu (1967-1997) Cascavel rumo ao progresso**. 2010. Monografia (Especialização em História da Educação Brasileira) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, 2010.

PAGNONCELLI, Claudia. **A institucionalização da educação infantil no município de Cascavel: uma abordagem histórica (1970-2013)**. 2015. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, 2015.

PERIS, Alfredo Fonceca. **A dinâmica econômica dos eixos Cascavel-Guaíra e Cascavel-Foz do Iguaçu**. 2001. Dissertação (Mestrado em Teoria econômica) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2001.

PEROZA, Daiane. **Corbélia e sua história**. 1. ed. Corbélia: BPM, 2005.

PEROZA, Daiane. Corbélia através de imagens... ontem e hoje. **Corbelia.blogspot**, 10 de dezembro de 2014. Disponível em: <http://corbelia.blogspot.com/>. Acesso em: 15 mar. 2021.

PRIORI, Angelo *et al.* **História do Paraná: séculos XIX e XX**. Maringá: Eduem, 2012. E-book.

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO. Escola Municipal São José, Corbélia, PR, 2014.

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO. Colégio Estadual Duque de Caxias, Corbélia, PR, 2020.

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO. Colégio Estadual Amâncio Moro, Corbélia, PR, 2021.

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO. Escola Municipal Castro Alves, Corbélia, PR, 2021.

REIMANN, Marisa Marta Moenster. **História da Educação em Mercedes: uma perspectiva**. 2007. Monografia (Especialização em História da Educação Brasileira) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, 2007.

RIBEIRO, Maria Luisa Santos. **História da Educação brasileira: a organização escolar**. 17. ed. Campinas: Autores Associados, 2007.

ROMANELLI, Otaiza de Oliveira. **História da educação no Brasil 1930-73**. Petrópolis, Vozes, 1986.

SANGENIS, Luiz Fernando Conde; MAINKA, Peter Johann. Presença franciscana e supremacia jesuítica no campo da História e da História da Educação na época colonial – um diagnóstico na pesquisa historiográfica a partir da análise dos CBHE da SBHE. **Revista Brasileira de História da Educação**, [S./], v. 19, e061, p. 1-24, jun. 2019. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/46967/pdf>. Acesso em: 15 out. 2021.

SAVIANI, Dermeval. **A história das ideias pedagógicas no Brasil**. 2. ed. rev. ampl. Campinas, SP: Editores Associados, 2008.

SAVIANI, Dermeval. Formação de professores: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro. **Revista Brasileira de Educação**, [S./], v. 14, n. 40 p. 143-155, 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782009000100012>. Acesso em: 15 out. 2021.

SAVIANI, Dermeval. Instituições de memória e organização de acervos para a história das instituições escolares. *In*: SILVA, João Carlos da; ORSO, José Paulino; CASTANHA, André Paulo; MAGALHÃES, Livia Diana Rocha (orgs.). **História da educação: arquivos, instituições escolares e memória histórica**. Campinas: Alínea, 2013, p. 13-31.

SBARDELOTTO, Denise Kloeckner. **História do Colégio Estadual Bartolomeu Mitre: Primeiro Grupo escolar do Oeste do Paraná**. 2007. Monografia (Especialização em História da Educação Brasileira) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, 2007.

SILVA, João Carlos da *et al.* História e memória: Arquivos e instituições escolares na região Oeste do Paraná. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, v.12, n. 45e, p. 64-75, 2012. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8640108>. Acesso em: 15 maio 2020.

SMITH, Adam. **A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas**. Volumes I e II. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

SPERANÇA, Alceu; SPERANÇA, Carlos. **Pequena História de Cascavel e do Oeste**. Cascavel: J. S. Impressora, 1980.

SPERANÇA, Alceu. **Cascavel a História**. Curitiba: Lagarto, 1992.

THOMÉ, Sérgio A. **A primeira escola primária em Cascavel**. 2005. Monografia (Curso de Especialização em História da Educação Brasileira) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, 2005.

TONET, Ivo. Educação e formação humana. **Revista Ideação**, Cascavel, v. 8, n. 9, p. 9-21, 2006. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/ideacao/article/view/852>. Acesso em: 15 out. 2019.

TRINDADE, Etelvina Maria de Castro; ANDREAZZA, Maria Luiza. **Cultura e Educação no Paraná**. Curitiba: SEED, 2001.

WACHOVICZ, Ruy Cristovam. **Obrageros, mensus e colonos: história do oeste paranaense**. Curitiba: Ed. Vicentina, 1982.

WACHOVICZ, Ruy Cristovam. **História do Paraná**. 10. ed. Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná, 2002.

XAVIER, Maria Elizabete Sampaio, RIBEIRO, Maria Luisa, NORONHA, Olinda Maria **História da Educação: a escola no Brasil**. São paulo: FTD, 1994.

ZANATO, Elcio. **A saga de Iracema e Armando Zanato: Corbélia de minha juventude: fragmentos autobiográficos/ Elcio Zanato**. – Cascavel, Edição do autor, 2014.

ZANIN, Tatiane. **História da Educação de Guaraniaçu: da colonização aos nossos dias**. 2010. Monografia (Especialização em História da Educação Brasileira) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, 2010.

ZANIN, Tatiane. **A constituição da escola pública no município de Guaraniaçu: percursos históricos**. 2013. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, 2013.

## LEIS

CORBÉLIA. Câmara Municipal. **Lei nº 02, de 26 de fevereiro de 1970**. Fica o Prefeito Municipal autorizado a construir uma "casa escolar" com 2 (duas) salas na Colônia Boa Vista, e dá outras providências. Corbélia: Câmara Municipal, 1970.

CORBÉLIA. Câmara Municipal. **Lei nº 06, de 26 de fevereiro de 1970**. Fica o Prefeito Municipal de Corbélia, autorizado a construir uma Casa Escolar com (duas) 2 salas, no Patrimônio Samália e dá outras providências. Corbélia: Câmara Municipal, 1970.

CORBÉLIA. Câmara Municipal. **Lei nº 07, de 26 de fevereiro de 1970**. Fica o Prefeito Municipal de Corbélia autorizado a construir uma "Casa Escolar". Corbélia: Câmara Municipal, 1970.

CORBÉLIA. Câmara Municipal. **Lei nº 11, de 30 de março de 1970.** Fica o Prefeito Municipal de Corbélia, autorizado a construir uma "Casa Escolar" com uma sala de aula na propriedade do Sr. João Lavide, na estrada que liga Anahy e Iguatú, e dá outras providências. Corbélia: Câmara Municipal, 1970.

CORBÉLIA. Câmara Municipal. **Lei nº 12, de 30 de março de 1970.** Fica o Prefeito Municipal de Corbélia, autorizado a construir uma "Casa Escolar" com uma sala de aula na propriedade do Sr. Vicente Ferreira, nas proximidades do Rio Sapucaí, e dá outras providências. Corbélia: Câmara Municipal, 1970.

CORBÉLIA. Câmara Municipal. **Lei nº 17, de 30 de março de 1970.** Fica o Prefeito Municipal de Corbélia autorizado a construir uma casa Escolar com uma sala no sítio do Sr. Clemente Carlos Sobrinho, e dá outras providências. Corbélia: Câmara Municipal, 1970.

CORBÉLIA. Câmara Municipal. **Lei nº 34, de 12 de agosto de 1970.** Autoriza a construção de uma Casa Escolar na Colônia Lisboa e dá outras providências. Corbélia: Câmara Municipal, 1970.

CORBÉLIA. Câmara Municipal. **Lei nº 16, de 15 de setembro de 1971.** Autoriza construção de uma (1) sala de aula na localidade "PINHALZINHO" na propriedade de Fridolino Ari Alebrand e dá outras providências. Corbélia: Câmara Municipal, 1971.

CORBÉLIA. Câmara Municipal. **Lei nº 18, de 15 de setembro de 1971.** Autoriza construção de uma sala de aula na propriedade do Sr. Honorino Broca e da outras providências. Corbélia: Câmara Municipal, 1971.

CORBÉLIA. Câmara Municipal. **Lei nº 19, de 15 de setembro de 1971.** Autoriza construção de uma sala de aula na localidade de ALTO PALMITAL, na encruzilhada da BR-369 com a estrada que liga à Nova Aurora, e dá outras providências. Corbélia: Câmara Municipal, 1971.

CORBÉLIA. Câmara Municipal. **Lei nº 35, de 26 de dezembro de 1971.** Autorizado a construção de uma escola. Corbélia: Câmara Municipal, 1971.

CORBÉLIA. Câmara Municipal. **Lei nº 36, de 26 de dezembro de 1971.** Autoriza o Chefe do Poder Executivo a construir uma casa escolar com (1) uma sala de aula, na localidade denominada COLÔNIA SAPUCAÍ, e dá outras providências. Corbélia: Câmara Municipal, 1971.

CORBÉLIA. Câmara Municipal. **Lei nº 22, de 28 de junho de 1972.** Autoriza o Chefe do Poder Executivo a construir uma sala de aulas na localidade denominada "Linha Timburi" e da outras providências. Corbélia: Câmara Municipal, 1972.

CORBÉLIA. Câmara Municipal. **Lei nº 33, de 17 de outubro de 1972.** Autoriza o Chefe do Executivo Municipal a construir uma casa escolar com 4 (quatro) salas de aulas e dá outras providências. Corbélia: Câmara Municipal, 1972.

CORBÉLIA. Câmara Municipal. **Lei nº 02, de 13 de março de 1973.** Autoriza o Chefe do Poder Executivo Municipal a construir uma sala de aula na localidade denominada Rio Tourinho, e dá outras providências. Corbélia: Câmara Municipal, 1973.

CORBÉLIA. Câmara Municipal. **Lei nº 06, de 13 de março de 1973.** Autoriza o Chefe do Poder Executivo Municipal a construir uma sala de aulas, na localidade denominada Rio Bonito, e dá outras providências. Corbélia: Câmara Municipal, 1973.

CORBÉLIA. Câmara Municipal. **Lei nº 08, de 13 de março de 1973.** Autoriza a construção de uma Sala Escolar na localidade denominada Porto Anahí, e dá outras providências. Corbélia: Câmara Municipal, 1973.

CORBÉLIA. Câmara Municipal. **Lei nº 19, de 02 de maio de 1973.** Autoriza o Prefeito Municipal de Corbélia, a construir uma sala de aulas e dá outras providências. Corbélia: Câmara Municipal, 1973.

CORBÉLIA. Câmara Municipal. **Lei nº 25, de 12 de junho de 1973.** Autoriza o Chefe do Executivo Municipal de Corbélia, a construir uma sala de aula, e dá outras providências. Corbélia: Câmara Municipal, 1973.

CORBÉLIA. Câmara Municipal. **Lei nº 38, de 14 de setembro de 1973.** Autoriza o Chefe do Poder Executivo Municipal de Corbélia, a construir uma sala de aulas e dá outras providências. Corbélia: Câmara Municipal, 1973.

CORBÉLIA. Câmara Municipal. **Lei nº 56, de 21 de novembro de 1973.** Autoriza o Executivo Municipal a mandar construir 2 (duas) salas de aula na localidade denominada Boa Vista, e dá outras providências. Corbélia: Câmara Municipal, 1973.

CORBÉLIA. Câmara Municipal. **Lei nº 57, de 21 de novembro de 1973.** Fica o Executivo Municipal autorizada a mandar construir uma sala de aula na localidade Linha Timbeuri, e dá outras providências. Corbélia: Câmara Municipal, 1973.

CORBÉLIA. Câmara Municipal. **Lei nº 58, de 21 de novembro de 1973.** Autoriza o Executivo Municipal a mandar construir uma casa escolar com 2 (duas) salas de aula, na localidade de Colônia Nova, e dá outras providências. Corbélia: Câmara Municipal, 1973.

CORBÉLIA. Câmara Municipal. **Lei nº 03/, de 20 de março de 1974.** Autoriza o Executivo Municipal a mandar construir uma casa escolar com 2 (duas) salas de aula, na localidade de Colônia Nova, e dá outras providências. Corbélia: Câmara Municipal, 1974.

CORBÉLIA. Câmara Municipal. **Lei nº 06, de 09 de abril de 1974.** Autoriza o Prefeito Municipal de Corbélia, a construir uma sala de aula na localidade Samália, e dá outras providências. Corbélia: Câmara Municipal, 1974.

CORBÉLIA. Câmara Municipal. **Lei nº 08, de 11 de maio de 1974.** Autoriza o chefe do Executivo Municipal de Corbélia, a construir 2 - duas salas de aulas e dá outras providências. Corbélia: Câmara Municipal, 1974.

CORBÉLIA. Câmara Municipal. **Lei nº 18, de 18 de setembro de 1974.** Autoriza a construção de 2 (duas) salas de aulas, e dá outras providências. Corbélia: Câmara Municipal, 1974.

CORBÉLIA. Câmara Municipal. **Lei nº 06, de 25 de março de 1975.** Autoriza a construção de uma casa escolar com 2 salas de aulas, e dá outras providências. Corbélia: Câmara Municipal, 1975.

CORBÉLIA. Câmara Municipal. **Lei nº 35, de 02 de dezembro de 1975.** Autoriza o chefe do Executivo Municipal a construir duas salas de aulas e dá outras providências. Corbélia: Câmara Municipal, 1975.

CORBÉLIA. Câmara Municipal. **Lei nº 01, de 17 de março de 1976.** Autoriza o Poder Executivo Municipal a construir uma sala de aula na localidade de Sapucaí, e dá outras providências. Corbélia: Câmara Municipal, 1976.

CORBÉLIA. Câmara Municipal. **Lei nº 12, de 15 de junho de 1976.** Autoriza o Poder Executivo Municipal a construir 2 (duas) salas de aula no Patrimônio de Bragantina e dá outras providências. Corbélia: Câmara Municipal, 1976.

CORBÉLIA. Câmara Municipal. **Lei nº 874, de 25 de junho de 2015.** Aprova o Plano Municipal de Educação de Corbélia, para o período de 2015 a 2025 de acordo com a Lei Federal nº 13.005 de 25 de junho de 2014 e dá outras providências. Corbélia: Câmara Municipal, 2015.

PARANÁ. Assembleia Legislativa. **Lei nº 2.945, de 19 de novembro de 1956.** Autoriza o Poder Executivo a abrir, pela Secretaria de Viação e Obras Públicas, um crédito especial de Cr\$. 200.000,00, destinado à construção de uma Casa Escolar, em Corbélia, Município de Cascavel. Curitiba: Assembleia Legislativa, 1956.

PARANÁ. Assembleia Legislativa. **Lei nº 6917, de 2 de setembro de 1977.** Cria o Distrito Administrativo de Anahy. Curitiba: Assembleia Legislativa, 1977.

PARANÁ. Assembleia Legislativa. **Lei nº 6918, de 2 de setembro de 1977. Cria o Distrito Administrativo de Braganey.** Curitiba: Assembleia Legislativa, 1977.

PARANÁ. Assembleia Legislativa. **Lei Estadual nº 6922, de 2 de setembro de 1977.** Cria o Distrito Administrativo de Iguatu. Curitiba: Assembleia Legislativa, 1977.

PARANÁ. Assembleia Legislativa. **Lei nº 6926, de 2 de setembro de 1977.** Cria o Distrito Administrativo de Ouro Verde do Piquiri. Curitiba: Assembleia Legislativa, 1977.

## ANEXOS

ANEXO A - DIÁRIO DE CRÔNICAS DAS IRMÃS CATEQUISTAS FRANCISCANAS  
DE RODEIO - SC

Corbélia                      1.956.

Corbélia, é a caçula das cidades paranaenses. Tem seu início no ano de 1953 por Armando Zanatto, fica situada nos sertões do Oeste paranaense no sublimar vale do Tiquini. Armando Zanatto, fundador e colonizador deste recanto do Paraná, quis que Corbélia em poucos anos tentasse surgir cidade, mas, uma cidade baseada na religião verdadeira e por isso mesmo pediu desde os primeiros dias um Padre do S.V.D. o Pe. Bernardo Lübe que nasceu junto, e cresceu com Corbélia, desde os primeiros rasgos que se deram neste sertão fertilíssimo.

Não contentes só com a presença do Romo Pe., pois, pensaram logo em armar um União para dar iniciativa a educação e instrução das crianças que em bandos apareciam de todos os lugares. Primeiros dirigiram-se às Irmas Vicentinas, residentes em Toledo, a Ch. Superiora aqui esteve e não aceitou a proposta. Imediatamente tiveram notícia e conselho de padre V. Catequistas de Rodeio, Sta. Catarina, pois havia aqui um morador que bem conhecia estas Irmas que são para esse finalidade: escola e doutrina e limpeza das igrejas. Foi, então, que Pe. Bernardo Lübe dirigiu-se a Rodeio para fazer o pedido à Roma. Madre Olivia Paterno. Ouvindo as boas propostas e vendo a necessidade de um povo que luta para começar novo lugar, deu resposta afirmativa, prometendo de 1954 aqui chegar com a finalidade de escolher o lugar para onde deviam construir o Colégio de formação como tinham prometido. A Roma. Madre agradeceu-se do lugar e deixou a palavra que 1956 teriam duas Irmas para

dar início ao ensino religioso e profano.

Em 1955, estiveram a visitar Corbélia, Srta. Alida Zanella e Sr. Clélia & Anesi, onde o Sr. Armando Zanatto, aproveitou a ocasião para filmar a chegada das Irmãs e o acontecido nos mesmos dias em que aqui se achavam. Ambas, assistiam a benção fundamental do Colégio.

Viagem das Vrs. Catequistas à  
Corbélia 77

Acompanhadas pela Sr. Assistente Alida Zanella, partimos de Foz de Iguazú dia 27 de janeiro. Passando por Porto União, tomamos o trem que segue rumo a Paraná. Chegando em Engenheiro Gutierrez, houve baldeação e seguimos por um ramal com o trem misto para a cidade de Guapiruvã, onde chegamos a 1 1/2 horas da madrugada. (28) Madrugamos nas Irmãs de São Carlos que apesar de poucos dias de estadia no lugar, nos acolheram com muito carinho. Às 2 1/2 hrs. da tarde, tomamos o ônibus que seguia à Laranjeiras, onde chegamos às 7 1/2 hrs. da tarde. Cidade nova, onde reside o Exmo. Sr. Bispo desta prelazia. Passamos a noite no Colégio das Vrs. Vicentinas, onde fomos bem recebidas. Na manhã seguinte, prosseguimos viagem (29) a Cascavel, onde chegamos a 1 1/2 hrs. da tarde, depois de termos apreciado as colossais paisagens do Est. do Paraná, que iam se descortinando às nossas vistas. Chegamos em Corbélia às 4 1/2 horas da tarde, onde surpreendemos o Povo. P. Bernardo e o povo que justamente não nos esperavam naquele <sup>dia</sup>, mas sim uns dias antes.

Acompanhadas pelo P. Bernardo, fomos ver a nova residência e logo nos foi servido um

café na casa do colonizador Sr. Ambrósio Lavatto, onde  
moças distintas, não deixaram de nos atender,  
pois, por uns dias, foi lá mesmo que tomamos as  
refeições. Passado uns dias, o Sr. Assistente deixou-nos  
e partiu para Poções. Aí é que começamos extra-  
nhar na verdade e as saudades de nossa terra vol-  
taram e aumentaram com os dias. Para nos acor-  
tarmos um pouco, levamos uns três meses.

### Primeiros dias passados em Corbélia

Casa provisória, alugada da Lima, bastante  
desprovida do necessário. Olhava-se de um lado, faltava  
uma coisa; olhávamos de outro lado, era uma meia  
dúzia de coisas que faltavam, mas como não há co-  
meço sem dificuldade, nos conformamos a tudo enfren-  
tar a fim de obtermos boas vocações para nosso Co-  
legio de Lomazão que está para ser erguido no centro  
desta vila que pretende surgir cidade em poucos anos.

### Festejos da chegada das Irmãs em Corbélia

Passado 15 dias, quiz o Povo. P. Bernardo com  
o povo, realizar uma homenagem que há poucos dias  
vinham preparando. Dada a benção solene, tiveram iní-  
cio o discurso, poesias e cânticos, dando boas vindas às  
Irmãs recém chegadas. A Irmã Ignaz Ochner, em nome  
da Povo. Madre Olívia e da Congregação, agradeceu às  
solemnidades feitas.

### 1.ª Matricula das crianças

Nos dias 10. 11. e 12 de fevereiro matriculamos os  
alunos para a entrada na escola, onde por espanto,  
o número da matrícula chegou a 117. Onde abrigar  
tanta gente? A pequena Capela que servia de Escola  
só podia abrigar uns 40 alunos; e os outros? Apela-  
mos, então, que qto. antes terminassem com a Es-

cola provisionária, apesar de todos os dias termos dado doutrina, aulas de civildade e chamada. Aborrecidas as crianças de comparecerem sem poderem assistir aulas, tivemos que suspender as aulas por 5 dias. Passado estes, lecionamos no duro; sem mesa, sem cadeiras, sem conforto nenhum para o professor e nem para o aluno.

As crianças que vinham de mundança do 4 canto do mundo, custou bastante em pô-los num só método.

### Perseguições por parte das Autoridades de Curitiba e Cascavel

A inveja foi grande em ver que num lugar começado há 3 anos apenas, já alcançaram a vinda de duas Irmãs para dirigir a Escola de Guapada de Corbélia. Duas Irmãs sozinhas não venciam com tanto trabalho. Apelamos, então, a duas moças, a Srs. Elbe Lidia Lanatto e Delze Maria Pereira para qto. antes serem nomeadas pelo Estado e mais a Srs. Riva Pereira, pela Prefeitura, todas competentes para auxiliá-los a lecionar.

Com a graça de Deus se multiplicaram os trabalhos e tiveram a bênção de Deus. Nos adversários de Corbélia, crescia cada vez mais a inveja e as nomeações ficavam sempre mais difíceis de serem resolvidas. Depois de tantas orações por parte de muitos conseguimos ser nomeadas no dia 23 de junho, perdendo todos os vencimentos a partir de 15 de fevereiro até 23 de junho e ainda fomos nomeadas (errado), ao invés de sermos nomeadas como Regentes de Cursos (Regionalistas) nos nomearam como professoras primárias, perdendo deste modo

mensalmente uns ou dois mil e poucos cruzeiros  
(cr\$ 2.000,00).

### Chegada das primeiras juvenistas

No dia 24 de fevereiro de 1956, chegaram as três primeiras juvenistas, trazidas pelo Rev. mo. Sr. Bernardo; Edite Acordi, Erica Wensing e Irma Cardoso. Erica Wensing, menina doente, quiz da mesma se retirar ainda no 1º mês que aqui estava; Irma Cardoso, tb. teve que retirar-se por ser doente. No mês de julho reunimos mais 3. Teresinha Clemente, Lídia Griggio e Ivanir Adamir. Dessas todas ficou escolhida pelo próximo ano a juvenista Teresinha que depois de algumas justas provas, tb. logo se retirou, mostrando não ter vocação. As outras, simplesmente, não tinham vocação para serem Irmãs Catequistas. Custaram, no imenso sacrifício estas meninas, pois, aqui, tudo é dificuldade em encontrar as coisas.

### Primeiras festas escolares

Por ocasião da chegada de Nossa Senhora do Rosário, recitaram as crianças de Corbélia as 1ªs poesias, discursos e cânticos, os quais deixaram satisfeitos pais e mestres e o povo. A 2ª festinha foi dia 7 de setembro; representaram com um pouco mais de perfeição que a 1ª vez. Foi feita tb. uma recepção ao Deputado Lustosa o qual nos prometeu uma verba de cr\$ 200.000,00 para a construção do novo Colégio. A chegada do Ex. mo. Governador do Estado, Moisés Lupion, foi motivo de um novo ensaio para a recepção que foi no dia 11 de outubro. Desta vez, souberam as crianças cativar o Governador de um tal modo que deixou-nos bons exemplos. Prometeu-nos fornecer todo o material necessário a construção do Colégio e cuidar do bem estar das Irmãs Catequistas em Corbélia, enquanto estiver a seu poder.

### Visita da Prma. Madre

Finalmente, depois de tanta espera, tivemos a visita da Prma. Madre que permaneceu 8 dias em nossa casa, soube confortar-nos em nossas dificuldades. Houve duas reuniões com o povo, onde foi feita uma ata e lançados os compromissos do povo perante a Prma. Madre.

### Encerramento das aulas

No dia 12 de dezembro foram realizadas os festejos do encerramento das aulas, presidindo esta festa o Sr. Prefeito Municipal, a dra. Inspectora, o Prmo. Pe. Angelo e os pais das crianças. Tanto as autoridades como os pais, partiam satisfeitos para suas casas por terem assistido a entrega dos diplomas à 1ª turma de diplomandos de Corbélia. Nós irmãs, três dias após, seguimos contentes para as férias em Pedeiro, onde revemos nossos queridos superiores e colegas.

Sim

1. 957

### Início das aulas. 1957.

Logo pelos fins de fevereiro retornamos a Corbélia e dia 1º de março tiveram início as aulas e isto porque tivemos 15 dias curso de aperfeiçoamento em Cascavel com todos os professores do Município. A matrícula inicial foi de 121 crianças e depois 149, novas lutas se apresentaram. Crianças vindas de mudança de diversos Estados, dificultavam o método de ensino. Em abril tivemos chegada de uma nova candidata a Irmã Duarte, de Cafelândia.

### Registro dos Diplomas

Em 23 de julho de 1957, conseguimos o registro

do Diplomas que há 1/2 anos estavam estraviados em Curitiba por má vontade e perseguição de muitos. Conseguimos o registro, porém não conseguimos os vencimentos como Regentes de Ensino, mas sim como Extraumerárias, Mensalistas, Ref. V, perdendo, assim mensalmente mais de cr\$ 2.000, 00 anexo e por ano mais de cr\$ 20.000, 00.

Muitos foram os pedidos, requerimentos e mais coisas, e até 1958 nada conseguimos.

### Preparativos para o desfile

7 de setembro

Ensaios de marcha, hinos patrióticos, recitativos, discurso juntamente com uma encomenda de bonas e um número de 60, pois, foi este número de crianças escolhidas para representarem a Escola de Corbélia em Cascavel. Na manhã de dia 7, amanheceu entre relâmpagos e trovões, deu apenas de rechejar uma pequena festa na localidade e pelas 10 horas, deu seu tonencialmente. Uma semana após a festa, as Irmãs, professoras e alunos foram inaugurar uma escola com o nome de "Nossa Senhora de Fátima", onde autoridades vindas de Curitiba e Cascavel, louvaram a boa apresentação que fez a Escola de Corbélia.

### Primeira comunhão das crianças

No dia 27 de outubro fizeram sua 1ª comunhão as crianças desta Escola, em número de 35; o tempo foi chuvoso. Apesar disto, deu-se festa muito animada.

### Fundação do Círculo de Pais e Mestres

Mestres

A associação do Círculo de Pais e Mestres, foi fundada no dia 19 de maio. No dia 23 de junho foi convocada a 2ª reunião, onde se tratou de realizar uma festa escolar para a compra de carteiras e demais móveis para a escola. Dia 18 de setembro tratou-se com os pais de família de juntar material, para a obra da construção da sala





## ANEXO C - LISTA DE ESCOLAS MUNICIPAIS - 1980

	Nome da Escola	Localidade	Distrito	Município	Dados sobre a Escola					
					nº salas	tiros	água	banh.	sanitários	n2
1	Almirante Bargaso	Samália	Iguatu	Corbélia	2	Alv.	Poço	sim	fos.neg.	102,00
2	Ana Nery	Col. São Sebastião	Braganey	Corbélia	1	Mad.	poço	sim	fos.neg.	40,00
3	Armando Zanato	Bom Jesus	Sede	"	1	Mad.	poço	sim	fos.neg.	40,00
4	Benjamin Constant	Cascatinha	Braganey	"	1	Mad.	poço	sim	fos.neg.	30,00
5	Casimiro de Abreu	Santa Rosa	Sede	"	1	Mad.	poço	sim	fos.neg.	30,00
6	Costa e Silva	Placa Alvorada	Anahy	"	1	Mad.	poço	sim	fos.neg.	42,00
7	Deomilton Piskius	Rancho Alegre	Anahy	"	1	Mad.	mina	sim	fos.neg.	40,00
8	Coolho Neto	Serraria Jacaré	Sede	"	1	Mad.	enc.	sim	fos.neg.	42,00
9	Castelo Branco	Moinho Deitos	sede	"	1	Mad.	poço	sim	fos.neg.	40,00
10	D. João VI	Colônia Nova	Sede	"	2	Mad.	poço	sim	fos.neg.	75,00
11	D. Pedro I	Samambaia	Sede	"	1	Mad.	poço	sim	fos.neg.	40,00
12	D. Pedro II	Santa Inês	Braganey	"	2	Mad.	poço	sim	fos.neg.	85,00
13	Domingos Gazineu	Fda. Sta. Inês	Braganey	"	2	Mad.	poço	sim	fos.neg.	140,00
14	Duarte da Costa	Centen. de Iguatu	Iguatu	"	1	Mad.	poço	sim	fos.neg.	55,00
15	Euclides da Cunha	Sítio H. Kluska	Sede	"	1	Mad.	poço	sim	fos.neg.	30,00
16	Fagundes Varella	Água da Jurema	Iguatu	"	1	Mad.	mina	sim	fos.neg.	55,00
17	General Osório	Estr. Balsa Nova	Iguatu	"	1	Mad.	Poço	sim	fos.neg.	50,00
18	Guilherme Senn	Munhoz da Rocha	Braganey	"	2	Mad.	poço	sim	fos.neg.	101,75
19	João F. Dillenburg	Munhoz da Rocha	Braganey	"	1	Mad.	poço	sim	fos.neg.	30,00
20	João Paulo I	Anta Gorda	Curo Verde	"	1	Mad.	mina	sim	fos.neg.	60,00
21	José Bonif	Santa Inês	Braganey	"	2	Mad.	poço	sim	fos.neg.	108,00
22	Jose Bonifácio	"	"	"	2	Mad.	mina	sim	fos.neg.	30,00
23	José de Alencar	Col. São Miguel	Braganey	"	1	Mad.	poço	sim	fos.neg.	48,00
24	José do Patrocínio	Linha Sta. Cater.	Sede	"	1	Mad.	não	não	fos.neg.	48,00
25	José Fröhlich	Faz. Sapucó	Sede	"	1	Mad.	poço	sim	fos.neg.	46,75
26	Julia Vanderley	Bom Esperança	Iguatu	"	1	Mad.	poço	não	fos.neg.	30,00
27	Machado de Assis	Faz. Gaúcha	Braganey	"	1	Mad.	poço	não	fos.neg.	80,00
28	Marechal Cândido Rondon	Flanalto	Sede	"	1	Mad.	poço	sim	fos.neg.	55,00
29	Manoel Ribas	Vendinha	Iguatu	"	1	Mad.	poço	sim	fos.neg.	55,00
30	"	"	"	"	1	Mad.	mina	sim	fos.neg.	45,00
31	Marechal Floriano	Estr. Brag. Iguatu	Braganey	"	1	Mad.	mina	sim	fos.neg.	45,00
32	"	"	"	"	1	Mad.	mina	sim	fos.neg.	45,00

Nome da professora	Grau instr.		Sit. funcional				Séries				Turnos			Tot. alun.	Distância sede	Meio de transp.	Observações
	S.H.	Nor.	Lic.	Est.	Man.	Part.	1ª	2ª	3ª	4ª	M.	Int.	Vesp.				
Doralice Fernandes	x				x		32	7	14	5	x			x	26	74	"
Deonina Rocha Lima	x				x		32							x	32	74	"
Maria Ribeiro Sasse		x			x		22	17	9	4	x			x	52	65	"
Maria Elza dos Santos	x				x		14	3	5	4				x	26	30	"
Ana Maria Santana Aguiar	x				x		19	4	3	1	x				27	32	"
Artidor R. Roque Andrade	x				x		18	4	3	2				x	27	40	"
Lourdes Aparecida Januário	x				x		23	1	1					x	25	50	"
Joaquim Wageski	x				x		32	6	2	3				x	43	45	"
Odete Casaroto		x			x		14	5	4	3	x				26	30	"
Lenir Firmino Alves		x			x		18	10	9	5				x	42	35	"
Joana Reway Teixeira	x				x			11	10					x	21	40	"
Dartívia Alves Teixeira	x				x		21							x	21	40	"
Iraní Schillich Mackhe		x			x		19	5	5	3				x	32	35	"
(inativa)							31	16	29	8					85	50	falta professoras
Adilson Paiva Maria	x				x		20	18	10	7	x			x	55	45	"
Iracema Pavaró Lira	x				x		28	8	2					x	38	70	"
Jurema Apda. Vidal Teixeira	x				x		18	2		1				x	21	45	"
(inativa)							10	5	5						20	56	falta professor
Jacira Tiburcio Schemberg	x				x		23	10	5	1	x				39	80	"
Inês Facciochi		x			x		21	8	15		x				44	60	"
Tereza Zielinski		x			x		22	12	5	6	x			x	45	64	"
Leila Torres	x				x		29				x				29	50	"
Ozília R. de Vitória	x				x			15	5	1				x	21	50	"
Odete Minuzzo	x				x		20	4			x				24	45	"
Ídila Trevisol	x				x			15	10		x				25	"	"
Luizimar Bibliobio	x				x		10	9	7	3				x	29	48	"
(inativa)															30	"	inesistencia alunos
Soni Fernandes de Souza	x				x		25	10	13	3	x			x	51	50	"
Clinda de Fátima Lima	x				x		22	5	4	6	x				37	70	"
(Machado de Assis) Dina...	x				x		19	7	3	4	x				38	70	"
Jurema Amaral Andrade	x				x		30	10	9	3	x			x	52	30	"
(Anoel Ribas) Aparecida...	x	x			x		41							x	41	65	"
Maria Aparecida Delago	x				x			4	8	7	x				19	"	"
Pedro Raimundo Machado	x				x		70					x		x	70	70	"
Adelar Ribeiro de Castilho	x				x			7	18	8	x				32	"	"

Nome da professora	Grau instr.		Sit. funcional				Séries				Turnos			Tot. alun	Distância sede	Meio de transp.	Observações
	S.H.	Nor.	Lic.	Est.	Mun.	Part.	1ª	2ª	3ª	4ª	M.	Int.	Vesp.				
Clotilde dos Santos		x			x		24	7	6	4	x		x	41	45	Rodov.	
Elena Martins	x				x		27	10	8	10	x		x	55	40	"	
Joaqui Magecki	x				x		16	2	3	6	x		x	27	40	"	
Maria N. Tiekergevitz		x			x		19	11	10	13	x		x	53	40	"	
(Nilson Ribas) Inês....		x			x		7	9	1	4			x	21	40	"	Inês Deitos Jurkevitz
Nadir Dias Ramires		x			x		47	17	17		x		x	64	45	"	
Dalvina Vicentina Ferreira	x				x		16			12			x	28	"	"	
Ana Maria Skau	x				x		20	5	4	2	x			31	65	"	
(Oswal) Ana Aparecida da Silva	x				x		19	15						34	70	"	
Maria de Fátima Vilas Boas	x				x				7	17	x			24	"	"	
José do Carmo Marcelino		x			x		23			42	x		x	65	60	"	
Lidia Kobelnik Prima	x				x		26		21		x		x	47	"	"	
Lourdes Tertuliano Magliato		x			x			24			x			24	"	"	
Maria Aparecida dos Santos	x				x		21	10	3				x	34	80	"	
Pio XII	x				x		13	8	7	2			x	30	34	"	
Pedro Alvares Cabral (Inativa)																	inexistencia alunos
Amires do Carmo Maria	x				x		15	3	5	2			x	25	40	"	
Lidia Tebaldi	x				x		27	6	6	6	x		x	45	40	"	
Maria Egidia Silvestre	x				x		26	5	7	8	x		x	46	50	"	
Jacira Santos	x				x		18	7	10	11	x			46	80	"	
Laudeci J. Dias	x				x		15	6	3	3			x	27	46	"	
Aliete M. Joergensen		x			x		7	3	7	4			x	21	34	"	
Salete A. P. de Oliveira	x				x		22	16	15	1	x		x	54	80	"	
Maria de F.B. Soares		x			x		33	15	8	9	x		x	75	50	"	
Zeneide B. Durski		x			x										"	"	(orientação)
(Santo Isidoro) escola. Inativa																	inexistencia alunos
(Santos Dumont) Aparecida..	x				x		29						x	29	60	"	Aparecida de F. Zanetti
Albirani B. Ferreira		x			x			15					x	15	"	"	
Ana Lucia Inácio	x				x				20	14	x			34	"	"	
Erica Jung Marloch	x				x		13	8	6	5			x	32	36	"	
São Camilo de Lelles		x			x		15	15		5			x	35	70	"	
Maria do Carmo Paiva	x				x		19	4	7				x	30	54	"	
Mauricio M. da Silva	x				x		22				x			22	34	"	
Alda Aparecida da Silva	x				x			10	11	5			x	26	"	"	

Nome da professora	Grau instr.			Sit. Funcional			Séries				Turnos			Tot. alun.	Distância sede IRE	Meio de transp.	Observações
	S.H.	Nor.	Lic.	Est.	Hum.	Part.	1ª	2ª	3ª	4ª	M.	Int.	Vesp.				
Jose Gabriel Viana dos Reis	x			x			15	3	3	1			x	22	46	Rodov.	
(Tiradentes) Lucrécia D. Bruno	x			x			27	20	22	18	x		x	87	45	"	Erécilia P. Viana
(Tomé de Souza) Inativa															30	"	Inexistência alunos
Sebastião Apdo. da Cruz	x			x			21	5	2	6			x	34	45	"	
(Vereador) Inês Facciochi	x	x		x			12		5				x	17	70	"	
Léa Clara B. do Nascimento	x			x			23			12	x			35	50	"	
Maria Ferreira S. Santos	x			x				18	16		x			34	"	"	
Euzza Maria da Silva	x			x			22						x	22	70	"	
Tereza Rodrigues da Silva	x	x		x				9	5	14	x			28	"	"	
Antonio Neves Costa	x			x			30	5	9	5	x		x	49	65	"	
A partir de 1980, projeto implantação Lei 5692, feito até 5ª série, deixando de ser municipal.																	

Digitalizado com CamScanner

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE ENSINO DE PRIMEIRO GRAU  
GRUPO DE ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO

ESTABELECIMENTOS SITUADOS NA ZONA RURAL DO MUNICÍPIO DE ... S. O. R. D. A. I. A. ... PR. .... 45 IRE

Nº	NOME DA ESCOLA	DEP. ADM.			LOCALIDADE	FUNCIONOU EM			OBSERVAÇÕES
		M	E	P		S	N	N	
01	Almirante Baroso	M			Samália	S	S	60	
02	Ana Nery	II			Col. São Sebastião	S	S	40	
03	Armando Zanato	II			Bom Jesus	S	S	40	
04	Benjamin Constant	II			Cascatina	S	S	40	
05	Casimiro de Abreu	II			Santa Rosa	S	S	40	
06	Castelo Branco	II			Moimho Delton	S	S	40	
07	Coelho Neto	II			Serraria Jacaré	S	S	40	
08	Costa e Silva	II			Placa Alverada	S	S	40	
09	D. João VI	M			Colônia Nova	S	S	40	
10	D. Pedro I	M			Samambaial	S	S	40	
11	D. Pedro II	M			Santa Inês	S	S	40	
12	Deomilton Piresius	II			Rancho Alegre	S	S	40	
13	Domingos Gazineu	II			Fzda. Sta. Inês	S	S	40	
14	Duarte da Costa	II			Cent. do Iguaçu	S	S	40	
15	Fernandes Varella	II			Est. Iguaçu-Longuin.	N	N	40	Fechada (Inativa).
16	Gabriel de Lara	II			Vila São José	S	S	40	
17	General Csório	II			Samália	S	S*	30	S*-Func. até 07/81.
18	Guilherme Sem	II			Munhoz da Rocha	S	S	40	
19	José de Alencar	II			Col. São Miguel	S	S	40	
20	João F. Dilenburg	II			Munhoz da Rocha	S	S	40	
21	João Paulo I	II			São Benedito	S	S	40	Inativa em 81.
22	José Bonifácio	II			Col. Santa Inês	S	S	40	
23	José do Patrocínio	M			Barra Bonita	S	S	40	
24	José Fröhlich	M			Sarucaí	S	S	40	
25	Julia Wanderley	II			Boa Esperança	S	N	N*	Inativa em 81.
26	Manoel Ribas	II			Vendinha	S	S	40	
27	Machado de Assis	II			Fzda. Gaúcha	S	N	N	Extinta em 81.

Emílio Pedrolo ..... função ..... Chefe do Órgão Municipal de Educação

Digitalizado com CamScanner

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE ENSINO DE PRIMEIRO GRAU  
GRUPO DE ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO

ESTABELECIMENTOS SITUADOS NA ZONA RURAL DO MUNICÍPIO DE ..... C. O. R. B. A. L. I. A. .... 45ª IRE

Nº	NOME DA ESCOLA	DEP. ADM.			LOCALIDADE	FUNCIONOU EM				OBSERVAÇÕES
		M	E	P		1980		1981		
28	Marechal Candido Rondon	M			Planalto	S		S	27	
29	Marechal Floriano	M			São Joaquim	S		S	21	
30	Maria Quitéria	M			Linha Timburi	S		N		Extinta em 81.
31	Marilis F. Pirotelli	M			Rio Bonito	S		S	24	
32	Monteiro Lobato	M			Fazenda Caparaó	S		N		Demolida em 81, ext.
33	Nereu Ramos	M			Rio das Antas	S		S	24	
34	Nilson Ribas	M			Rio Novo	S		S	22	
35	Nossa Senhora Aparecida	M			Flsca Aparecida	S		S	27	
36	Olivo Dorigon	M			Porte do Piquiri	S		N		Inativa em 81.
38	Oswaldo Cruz	M			Porto Anahy	S		S	27	
39	Padre Anchieta	M			Boa Vista	S		S	25	
40	Parigot de Souza	M			Água do Imbitol	S		S	30	
41	Pedro Alvares Cabral	M			Estrada do Molina		N	N		Demolida em 80, ext.
42	Pio XII	M			Linha Garibaldi	S		S	23	
43	Presidente Kennedy	M			Sapucai	S		S	23	
44	Presidente Vargas	M			Col. São Pedro	S		S	27	
45	Princesa Isabel	M			Linha Timburi	S		S	27	
46	Prudente de Moraes	M			Alto Alegre	S		S	26	
47	Raposo Tavares	M			Fazenda Saudade	S		N		Demolida em 81, ext.
48	Rui Barbosa	M			Colônia Mibeiro	S		N		Inativa em 81.
49	Santa Terezinha	M			Fazenda Wilson	S		S	27	
50	São Bento	M			Capela São Bento	S		S	27	
51	Santo Eduardo	M			Emcr. de Nova Aurora	S		S	27	
52	Santos Dumont	M			Pingo de Ouro	S		S	20	
53	São Camilo de Lelles	M			Biquinha	S		S	32	
54	São José	M			Santa Inês	S		S	25	
55	São João	M			Rio das Antas	S		S	25	

Informações prestadas por Emídio Pedrolo função Chefe do Órgão Municipal de Educação  
setembro/1981 Visto da IRE : .....

Digitalizado com CamScanner

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE ENSINO DE PRIMEIRO GRAU  
GRUPO DE ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO

ESTABELECIMENTOS SITUADOS NA ZONA RURAL DO MUNICÍPIO DE ..... C. O. R. B. A. L. I. A. .... PR. .... 45ª IRE

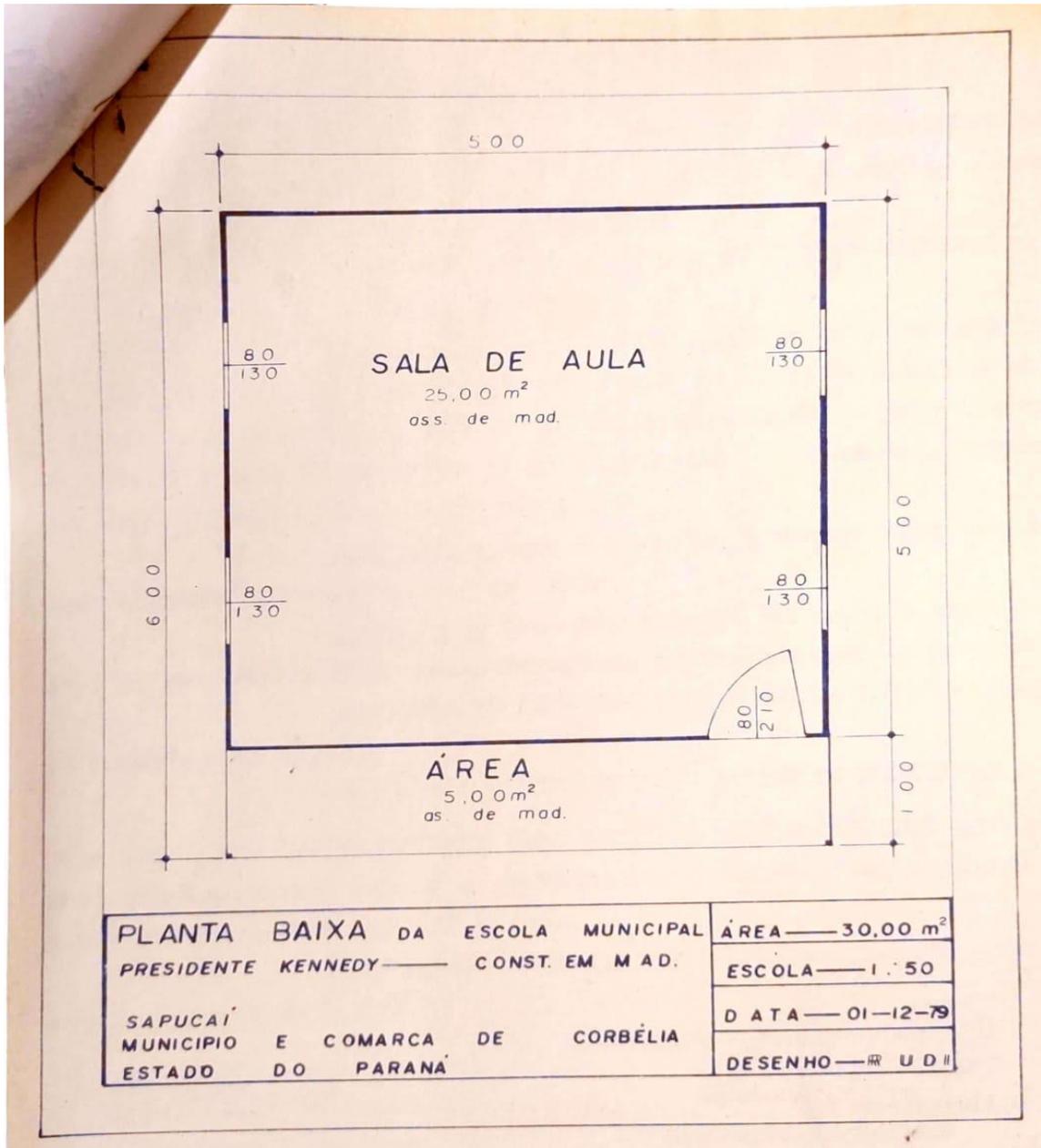
Nº	NOME DA ESCOLA	DEP. ADM.			LOCALIDADE	FUNCIONOU EM				OBSERVAÇÕES
		M	E	P		1980		1981		
56	São Paulo	M			Barro Preto	S		S	29	
57	Santo Isidoro	M			Sapucai		N	N		Demolida em 80, Ext.
58	Tiradentes	M			Bragantina	S		S	29	
59	Tomé de Souza	M			Campina	S		S	29	
60	Vasco da Gama	M			Linha Imbitani	S		S	28	
61	Vereador Osório	M			Rio da Urva		N	N		Demolida em 80, ext.
62	Visconde de Mauá	M			Emcr. de Ouro Verde	S		S	28	
63	Vital Brasil	M			Olaría Velha	S		S	28	
64	Wilson Dias Ribeiro	M			Sítio São José	S		S	35	

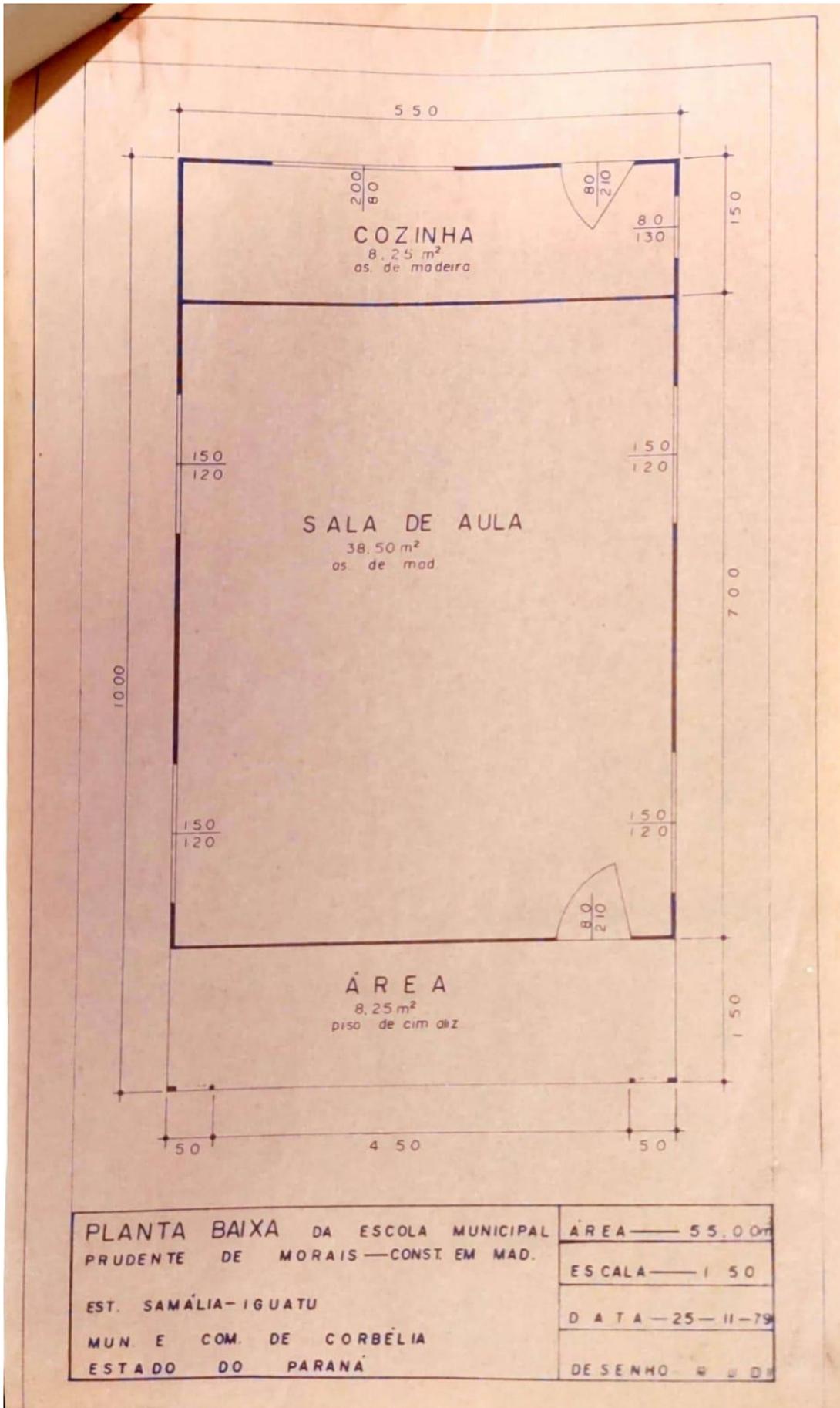
Informações prestadas por Emídio Pedrolo função Chefe do Órgão Municipal de Educação  
setembro/1981 Visto da IRE : .....

2.148

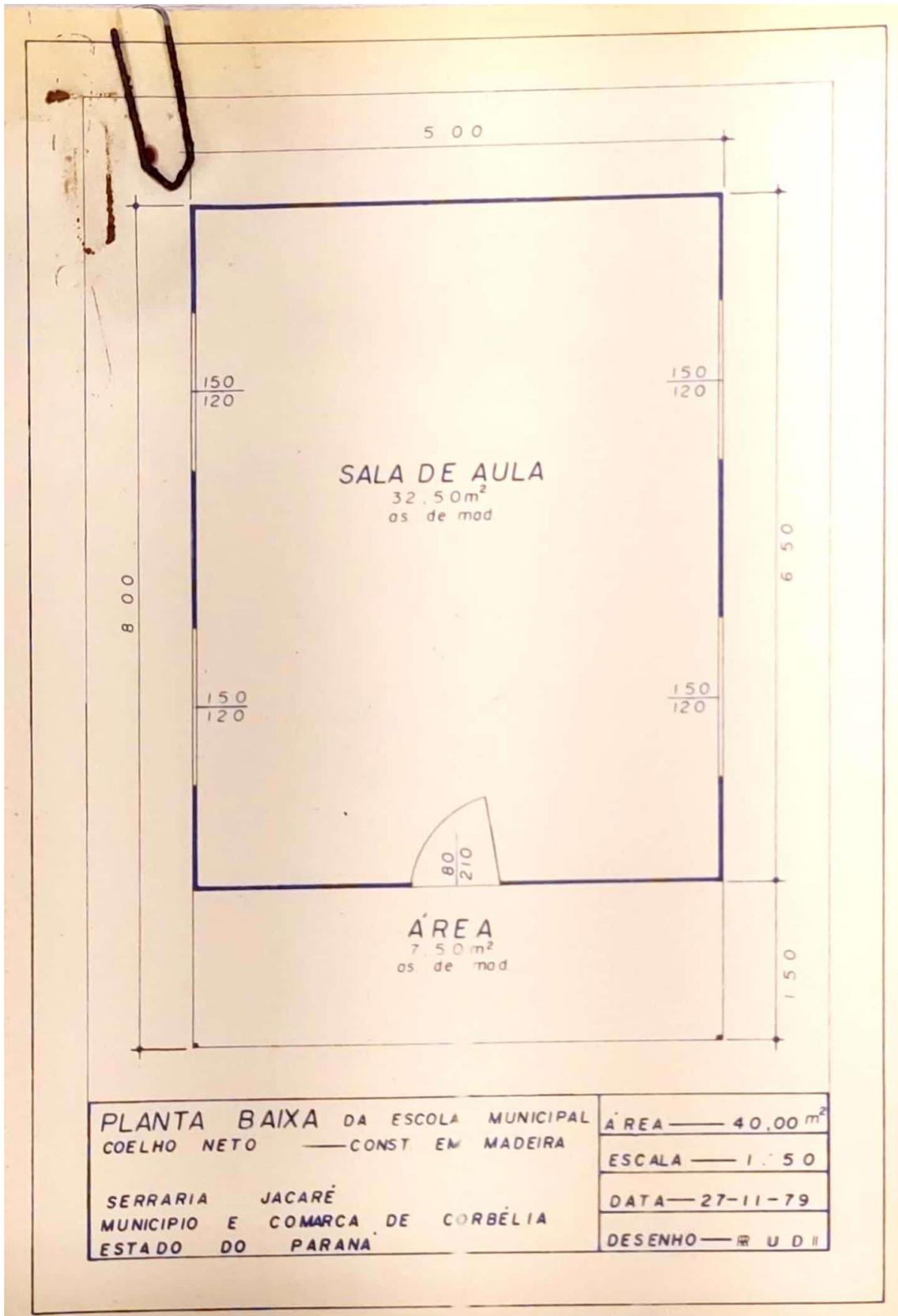
Digitalizado com CamScanner

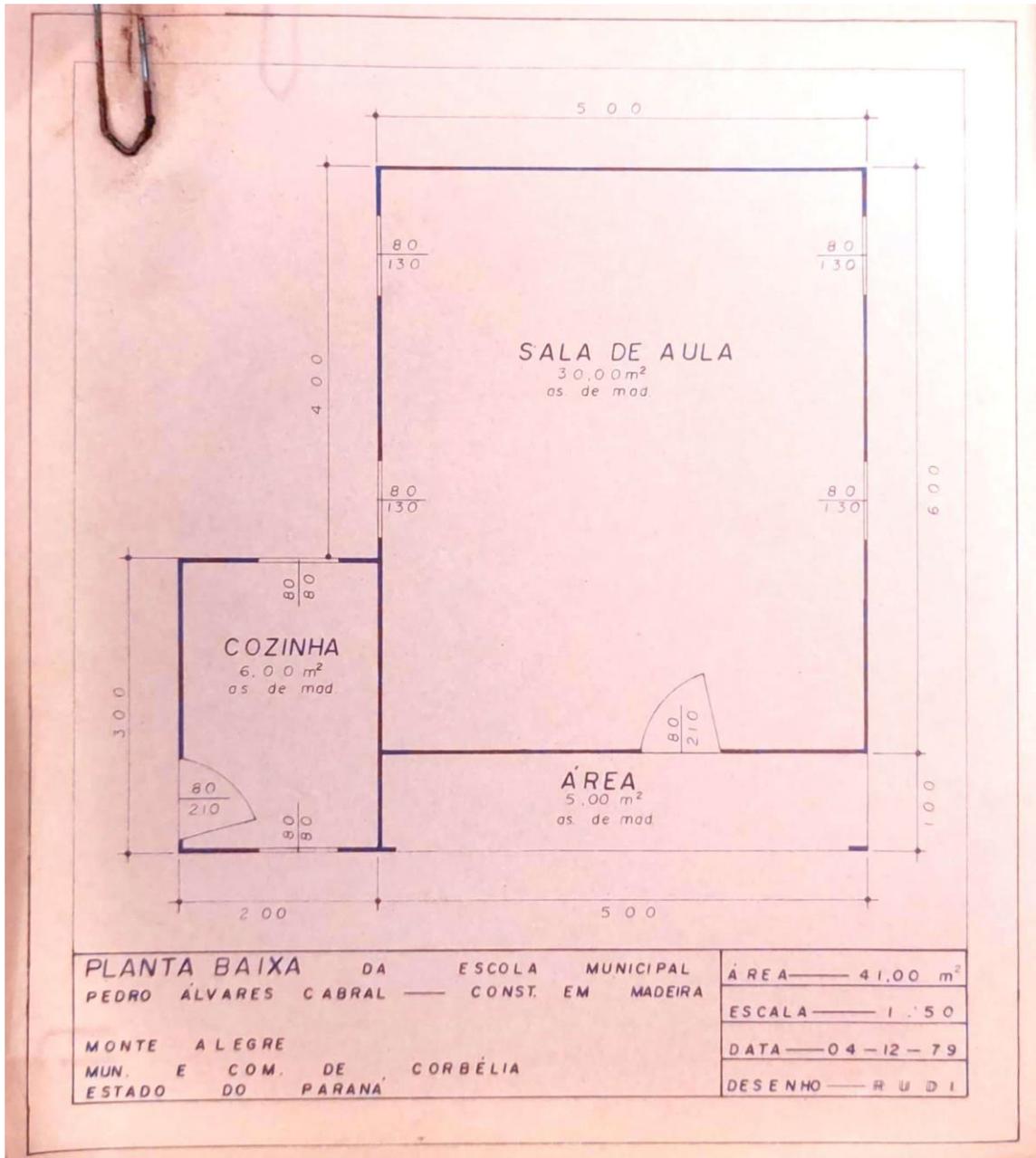
## ANEXO D - PLANTA BAIXA DAS ESCOLA RURAIS

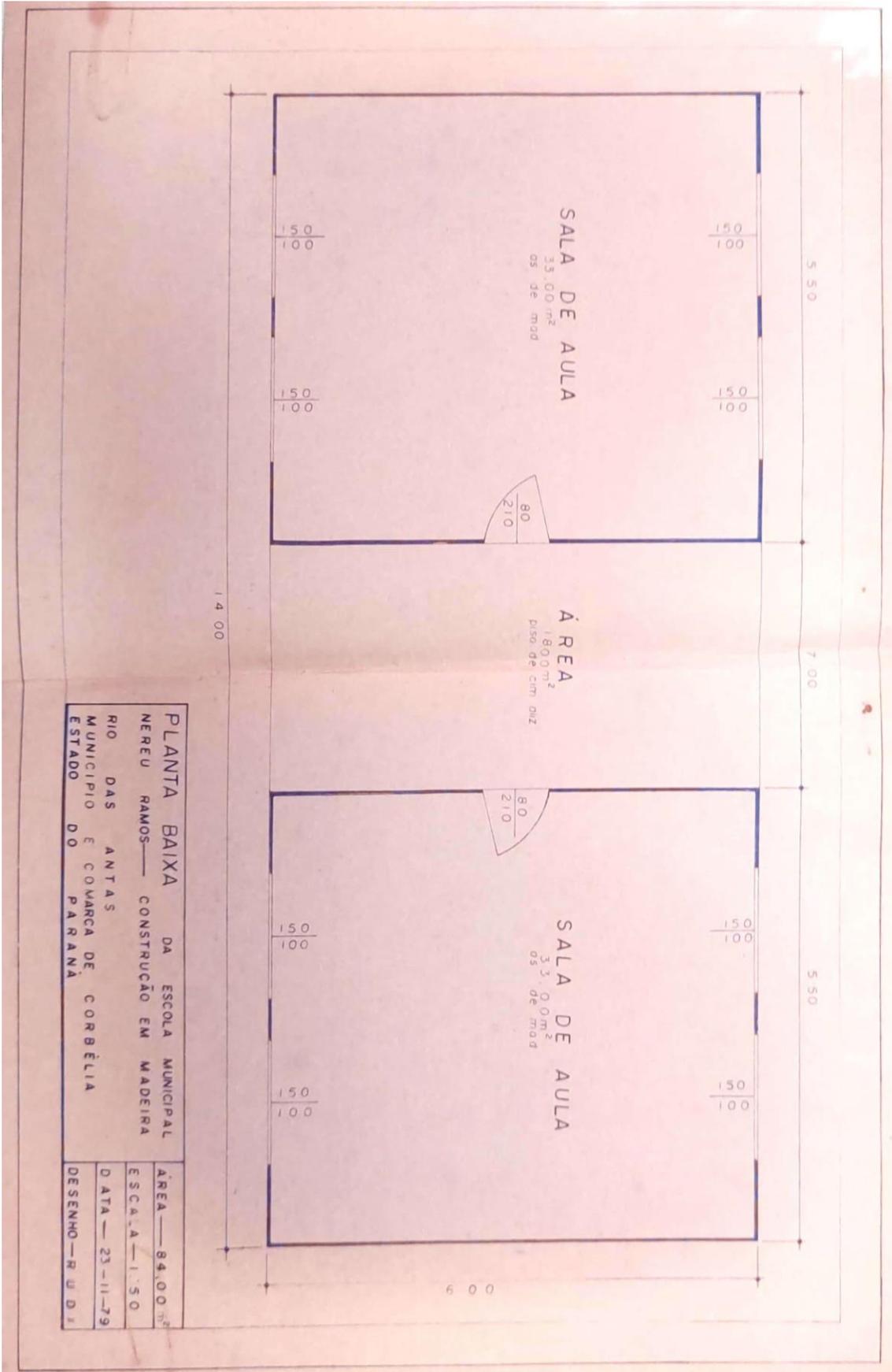




<b>PLANTA BAIXA</b> DA ESCOLA MUNICIPAL PRUDENTE DE MORAIS—CONST EM MAD.  EST. SAMÁLIA-IGUATU  MUN E COM. DE CORBÉLIA ESTADO DO PARANÁ	ÁREA — 55,00m <sup>2</sup>
	ESCALA — 1:50
	DATA — 25-11-79
	DESENHO — W. B. D.







PLANTA BAIXA DA ESCOLA MUNICIPAL		ÁREA — 84,00 m <sup>2</sup>
NEREU RAMOS —	CONSTRUÇÃO EM MADEIRA	ESCALA — 1:50
RIO DAS ANTAS	MUNICÍPIO E COMARCA DE CORBÉLIA	DATA — 23-11-79
ESTADO DO PARANÁ		DESENHO — R. U. D. J.

ANEXO E - TERMO DE DOAÇÃO DE TERRENOS PARA ESCOLAS RURAIS  
MUNICIPAIS

Escola  
Armando Zanatto

TERMO DE CESSÃO DE DIREITOS

Que entre si fazem de um lado a firma AGROPECUARIA ITAIPU LTDA., pessoa jurídica de direito privado, com séde na Rua Gradiolo s/nº, na cidade de Corbélia, Comarca de / Cascavel, Paraná, neste ato representada pelo seu sócio gerente o SR. ALVORINO GIUSEPPE SCHECHELE, brasileiro, casado, industrial, residente e domiciliado na Rua Hortência s/nº, na cidade de Corbélia, Paraná, e de outro lado a PREFEITURA MUNICIPAL/ DE CORBELIA.-

Que a firma AGROPECUARIA ITAIPU LTDA, são / senhores e legítimos possuidores de uma área de terra rural, / consistente do lote nºs 3,4,5,9 da Gleba nº 06, transcrito sob nº 39.345, do livro nº 3-BI, do Cartório de Registro Peculiar/ de Imóveis da Comarca de Cascavel, Paraná.-

Que cedem a Prefeitura Municipal de Corbélia ou a qualquer outro órgão de economia mista, uma área de / terra medindo 20 x 50 (Hum mil) metros quadrados.-

A finalidade da cessão acima mencionada se destina a construção de uma casa escolar, parques, pátios de / recreações, e demais dependências necessárias ao ensino de Primeiro grau, sendo que nesta área funcionará a escola Armando / Zanatto, na localidade de Bom Jesus.-

O presente termo de cessão somente terá / validade pelo tempo em que tiver a referida escola em cima da área.-

E, por estarem certos, justos e concordados assinam o presente TERMO DE CESSÃO em três vias de igual teor, juntamente com duas testemunhas que a tudo assistiram e também assinam.-

Corbélia, 15 de janeiro de 1976.-

Alvorino G. Schechele  
Agro-Pecuária Itaipu Ltda.  
Alvorino G. Schechele - gerente

**FIRMA RECONECIDA**

TESTEMUNHAS

Lidália Pereira  
Daniel de Jesus



*Prefeitura Municipal de Corbélia*  
ESTADO DO PARANÁ

Corbélia, 21 de novembro de 1972.

Prezado Senhor

Venho por meio dêste, encaminhar a V.Sa., o TERMO DE DOAÇÃO, para que V.Sa., o assine e dêvolva duas cópias para esta Prefeitura ou sejam as 1ª e 2ª vias.

O referido Termo de Doação, está datado de janeiro de 1.965, motivo pelo qual esta Prefeitura o deveria te-lo feito na época certa, e por isso recorremos a V.Sa., por solicitação do Sr. SANTOS DURVAL PAIVA, Presidente da Associação de Pais e Professores (APP) da referida escola, e residente naquela localidade.

Por êsso recorremos a V.Sa., afim de firmar o Termo de Doação com data atrazada, para que com êle, possamos providenciar a Escritura Pública Difinitiva da área doada para a construção da escola, do atual proprietário.

Sem outro particular para o momento, e na certeza de contar com seu prestimos, valho-me do ensejo para reiterar-lhe os meus protestos de consideração e apreço

  
Camilo de Belles Gazineu  
- Prefeito Municipal -

Ilmo.Sr.  
SALVADOR GARCIA MARTINS  
Ribeirão Bonito  
São Paulo

*Pegar c/ Arnelino Schechke.*

*Escola Armando Lavato.  
Bon Jesus.*

# PREFEITURA MUNICIPAL DE CORBÉLIA

ESTADO DO PARANÁ

## =\_C\_E\_R\_T\_I\_D\_Ã\_O\_=-

CERTIFICAMOS a pedido da parte interessada que revendo o Livro de Registro de Lei nº 04 (quatro) às Fls. 180 Vª consta o registro da seguinte Lei Municipal:-

"Lei nº 35/75

Data: 02/12/1975

Autoria: Argentino D. Soldatelli.

Súmula:- Autoriza o Chefe do Executivo Municipal / a construir duas salas de aulas e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Corbélia decreta e eu Prefeito Municipal de Corbélia sanciono a seguinte Lei:-

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal de Corbélia, autorizado a construir duas salas de aulas na localidade de Santa Rosa e sendo que as mesmas deverão ser construída de Alvenaria.

Art. 2º - O local para a devida construção deverá ser designado pelo Chefe do Poder Executivo, conforme as necessidades do processo para construção de salas de aulas.

Art. 3º - Os recursos para a conclusão da presente lei na obra serão usados os da dotação orçamentária para o ano de 1976.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor a partir da data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corbélia, aos 02 dias do mês de Dezembro de 1975.

(as.) José Miron Müller

Prefeito Municipal



==== CORBÉLIA EM TEMPO DE DESENVOLVIMENTO ====



# Prefeitura Municipal de Corbélia

ESTADO DO PARANÁ

## "TERMO DE DOAÇÃO"

Que fazem: SEVERINO NAIDEK e sua mulher MADALENA NAIDEK, brasileiros, casados, agricultores, residente e domiciliados na localidade denominada Fiquirizinho, neste Município de Corbélia, Comarca de Cascavel, deste Estado do Paraná; à Prefeitura Municipal de Corbélia ou a outro órgão de Direito Público.

Que o Sr. SEVERINO NAIDEK e sua mulher, são legítimos -/ proprietários de uma área de terras rural de 42,89 alqueires paulistas de 240200 m<sup>2</sup> da Gleba n.º.2, da Colônia "M" São João e Esperança, área essa constituída pelo lote n.º.32, Cadastrado no INCRA sob n.º.721 069 014 346 / 1, sendo o proprietário, portador do CPF n.º.060 599 619 /61 cujo imóvel possui Escritura Pública Definitiva, transcrita no Registro de Imóveis da Comarca de Cascavel, sob n.º.7.692, às fls. 211, do Livro 3 - N, em 01 de setembro de 1.961.-

Que o Sr. SEVERINO NAIDEK e sua mulher doam à PREFEITURA MUNICIPAL DE CORBÉLIA ou a qualquer órgão de direito Público, - uma área de terras de 10.000 m<sup>2</sup>, ou sejam 100 X 100 metros, destacados do lote acima mencionado.

Que a referida área de terras deverá ser usada somente - para construção de Escolas, pátios de recreio e educação física, e outros fins escolares.

Que o Sr. SEVERINO NAIDEK e sua mulher se obrigam a outorgar a Escritura Pública, bem como assinam, o título Público de Doação, tão logo a receptora assim o exigir e a Lei permitir.

E, por estarem certos, justos e concordados, assinam o presente termo de doação em três vias de igual teor e forma, juntamente com duas testemunhas que a tudo assistiram e também assinam.

Corbélia, 10 de janeiro de 1.973.

*Severino Naidek*

Severino Naidek

Testemunhas

*[Handwritten signature]*

*Madalena Naidek*

Madalena Naidek.

Obs. No imóvel supra, foi edificado um prédio escolar em madeira, que denomina-se Escola Rural EUCLIDES DA CUNHA.-

*[Handwritten signature]*

José Miron Müller  
Prefeito Municipal